



E AGORA, WERNER?

SEMINÁRIO DE ECONOMIA BRASILEIRA
EM HOMENAGEM AO PROFESSOR
WERNER BAER

Cristovam Buarque
(Org.)

E AGORA, WERNER?

SEMINÁRIO DE ECONOMIA BRASILEIRA
EM HOMENAGEM AO PROFESSOR
WERNER BAER

Brasília-DF, 2017



Ficha Catalográfica

B917e

Buarque, Cristovam. (Organizador)

E agora Werner? SEMINÁRIO DE ECONOMIA BRASILEIRA EM HOMENAGEM
AO PROFESSOR WERNER BAER. Editorial Abaré : Brasília-DF, 2017.

Realização em Brasília, set./2016.

136p. 29cm

ISBN 978-85-89906-25-8

1. Economia. I. Título. II. Organizador.

CDU: 330

APOIO:



Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia





Jorge Paulo Lemann e o Professor Werner Baer, durante a inauguração do Instituto Lemann para estudantes brasileiros em Illinois, em 2009

PREFÁCIO

Conheci o Professor Werner Baer no início dos anos 60, quando eu ainda estava na graduação em Harvard. Ele tinha acabado de concluir seu doutorado por lá e começava a redirecionar o foco de suas pesquisas para a economia brasileira, tema em que viria a se tornar um dos mais renomados especialistas internacionais.

Ao longo de sua carreira, um aspecto sempre me chamou a atenção: seu interesse e capacidade para formar jovens talentos. Além de ser um pesquisador muito produtivo, Werner investiu muito de seu tempo e energia para desenvolver economistas promissores. Perdi a conta de quantas vezes esteve no Brasil, num esforço de recrutamento para os programas de mestrado e doutorado que liderava. Por onde passou, Werner nunca se cansou de promover jovens estudantes brasileiros e incentivar o seu retorno ao país – algo que nos meus negócios e na minha filantropia também sempre busquei apoiar.

Werner sonhava grande e tinha uma enorme capacidade de realização. Por meio da Fundação da minha família, a Fundação Lemann, fico feliz de ter ajudado a viabilizar alguns de seus projetos na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, onde criamos juntos o Lemann Institute for Brazilian Studies. Considero uma honra que ele tenha encerrado sua carreira como Jorge Paulo Lemann Distinguished Professor of Economics.

O seminário em sua homenagem, sistematizado neste livro, reuniu alguns dos muitos economistas que ele ajudou a formar, para lembrar suas histórias e discutir o futuro da nossa economia e do nosso país. É uma pequena mostra do legado que Werner nos deixa: muito conhecimento acumulado sobre desenvolvimento econômico e gerações de grandes economistas que poderão dar continuidade à sua obra.

Boa leitura!

Jorge Paulo Lemann



INTRODUÇÃO

Como teórico, como professor e como coordenador de programas, Werner Baer deixou uma marca decisiva na formação do pensamento econômico no Brasil.

Foi em função disto que tomei a iniciativa de organizar o debate-homenagem “E agora, Werner? ”, convidando seus ex-alunos, personagens centrais na construção do pensamento econômico brasileiro, para refletirmos, lembrando o papel que ele teve.

O evento ocorreu em 29 de setembro de 2016, em Brasília, e não teria sido possível sem a contribuição da Fundação Lemann. Este livro traz a transcrição completa das palestras, oferecendo oportunidade de acesso aos assuntos debatidos àqueles que não puderam estar presentes.

Entre os palestrantes, estavam presentes economistas como Paulo Roberto Haddad, Cláudio de Moura Castro, Dorothea Werneck, Maurício Bittencourt, Roberto Macedo, Edmar Bacha, Antônio Arantes Lício, Waldery Rodrigues, Clóvis Cavalcanti, José Márcio Camargo, Ricardo Lima, Paulo Rabello de Castro, Francisco Salles, Luis Paulo Rosenberg e Eduardo Amaral Haddad.

Cristovam Buarque

QUEM FOI WERNER BAER?

ECONOMISTA E PROFESSOR WERNER BAER, UM BRASILIANISTA*

O professor Werner Baer nasceu em Offenbach, Alemanha, em 1931. No início dos anos 1950, matriculou-se no Queen's College of New York (CUNY), instituição na qual fez sua graduação em Economia, continuando com mestrado e doutorado na Harvard University (1958). Permaneceu como instrutor nesta Universidade de 1959 a 1961, quando se transferiu para Yale University, onde ficou até 1965. De lá foi para Vanderbilt University (1965-74) e em 1975 mudou-se para a University of Illinois at Urbana-Champaign, no estado de Illinois, onde veio a falecer em 31 de março de 2016.

Desde suas primeiras pesquisas, especializou-se em desenvolvimento econômico do Brasil, ainda na primeira metade dos anos 1960, em estreito contato com o grupo pioneiro de economistas brasileiros da Fundação Getúlio Vargas (Eugenio Gudín, Otávio Bulhões, Mario Henrique Simonsen, Isaac Kerstenevsky), de professores e pesquisadores da USP (Antonio Delfim Netto, Afonso Celso Pastore, Miguel Colasuono) e da UFMG (Paulo Haddad).

Por seus esforços, iniciou um processo de formação de economistas brasileiros em níveis de "Master" e "Ph.D" nos Estados Unidos (não havia, na época, tais cursos no Brasil), onde logrou matricular os primeiros bolsistas, inicialmente em Yale (1964-65), posteriormente em Vanderbilt e em uma dezena de outras boas universidades (1965-74), com recursos da USAID e Ford Foundation e, por fim, na University of Illinois at Urbana-Champaign, durante 42 anos.

Esses primeiros economistas das gerações 1964-74 foram os responsáveis, com o apoio de Werner e juntamente com os grupos originais acima citados, pela montagem dos centros de pós-graduação em economia – mestrado e doutorado – hoje existentes e formadores de centenas de profissionais, resultando na ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia – organização exemplar para dar continuidade à formação dos profissionais de economia. De uma forma ou de outra, foram corresponsáveis pela administração econômica do Brasil dos últimos anos, atual e certamente futura. Os trabalhos de Baer sobre economia brasileira, concentrados principalmente nas áreas de "desenvolvimento econômico" e de "comércio internacional", foram base para todos os estudantes de graduação e pós-graduação do Brasil, nas últimas décadas.

**por Antônio Arantes Lício*

MESA DE ABERTURA

Participantes:

Senador Cristovam Buarque, Michael Eddy (Diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e Felipe Michel Braga (coordenador de projetos e representante da Fundação Lemann em Brasília)





FELIPE MICHEL SANTOS ARAÚJO BRAGA

Para mim e para a Fundação Lemann é uma honra estar aqui nesta homenagem para o Prof. Werner Baer. A Fundação Lemann, nos últimos dez anos, tem feito um grande esforço de aproximação de universidades de excelência no exterior, com universidades, pesquisadores, centros de pesquisa aqui no Brasil.

Hoje nós contamos com quatro Lemann Centers, em Columbia, em Harvard, em Stanford e em Illinois, onde o Prof. Werner Baer foi Lemann Chair por muitos anos.

Aproveitando a menção a Illinois, cumprimento a Prof. Mary Arends, do Departamento de Economia de Consumo e Agricultura de Illinois, que veio dos Estados Unidos para cá especialmente para o nosso evento.

Dois pilares grandes da Fundação Lemann são educação pública de qualidade com equidade para todos e a formação de lideranças. Nesses dois pilares, a contribuição de Werner Baer é exemplar. Eu costumo dizer que o legado mais importante que a gente pode deixar por onde passamos são as pessoas que a gente ajuda a formar. E ver os nomes dos palestrantes que teremos aqui hoje, que representam ainda uma pequena porção desse capital humano que o Werner idealizou e ajudou a construir para o Brasil, já é impressionante.

Um desafio que fica para a gente, que a Fundação Lemann se compromete a continuar, é construir em cima do legado, tanto em relação ao desenvolvimento de políticas e programas em economia, mas também de uma forma mais ampla em educação. Assim como ele, a gente também acredita que capital humano é fundamental e precisamos de muita gente bem formada para formular, executar, monitorar, avaliar bons programas, boas políticas públicas.

Uma satisfação trazida para cá é que além do apoio para o seminário, realizado juntamente com Interlegis, Senado, Anpec, é que temos o objetivo de lançar um prêmio para pesquisas em economia e educação com o nome de Werner Baer. Começamos as conversas em relação a isso para que se possa realizar. Em cima desses pilares tão sólidos que ele

construiu e nos deixou de herança, que se possa continuar construindo e desenvolvendo na direção que ele sonhou e que nós sonhamos com ele para a economia no Brasil.

Agradeço a oportunidade. Será um bom dia para lembrarmos, contarmos e ouvirmos algumas histórias que o Prof. Werner contava sobre o que ele mesmo viveu. E poderemos também continuar essa construção para além do legado, prestando uma boa homenagem e um tributo a ele.

**“ESPERO QUE VOCÊS
APROVEITEM O
SEMINÁRIO.
MUITO OBRIGADO.”**



MICHAEL EDDY

Foi um grande prazer termos sido procurados, na USAID, pelo Dr. Antônio Lício para falarmos neste seminário hoje.

Ficamos muito felizes de saber da importância e do impacto positivo que representou o apoio da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) ao programa de ensino superior chamado Higher Education, executado de 1964 a 1974. Com a criação de uma geração de pensadores, queriam abrir os caminhos para

a formação da economia brasileira moderna. Fundamental ainda foi a atuação do Prof. Werner Baer, que conduziu esse programa e que acreditou no seu propósito, levando bolsistas do Brasil para obter seus graus de mestre e de doutor em universidades americanas como Yale, Harvard, Vanderbilt, California Berkeley, Purdue, Chicago etc. A lista de egressos do programa conduzido pelo Prof. Baer é extensa e impressiona quando lemos os nomes que dela constam. Registramos o papel decisivo que essas pessoas tiveram na criação de políticas públicas e de programas econômicos, nas tomadas de decisões e na formação de novas gerações de economistas brasileiros. Vamos ter a oportunidade hoje de ouvir essas pessoas, de refletir e de aprender novamente com algumas dessas pessoas.

O programa Higher Education, para nós, é um bom exemplo do poder da parceria entre nossos países. Eu me sinto muito honrado de hoje poder continuar apoiando essas parcerias que estreitam laços e que trazem resultados importantes para as nossas sociedades.

Em nome da nossa Embaixadora Liliana Ayalde e do povo dos Estados Unidos, cumprimento todos e desejo que o evento seja um grande sucesso hoje.

Muito obrigado.

**“EM NOME DA NOSSA
EMBAIXADORA LILIANA
AYALDE E DO POVO
DOS ESTADOS UNIDOS,
CUMPRIMENTO TODOS E
DESEJO QUE O EVENTO
SEJA UM GRANDE
SUCESSO HOJE.
MUITO OBRIGADO”**



CRISTOVAM BUARQUE

Quero dizer que este evento é uma das coisas mais gratificantes que fiz no Senado, e não sei se isso se dá por que isto aqui é tão grande ou por que o Senado é tão pequeno no que a gente faz.

Reunir vocês e prestar uma homenagem ao Werner é algo extremamente gratificante. E vou dizer por que e para quê. Por quê? Porque o Werner Baer merece isso. Eu o conheci pouquíssimo, não fiz parte dos que foram para universidades americanas, meu rumo foi outro, fui para a França, mas tenho absoluta consciência do papel que ele teve na criação do pensamento econômico brasileiro, do qual aqui estão grandes representantes.

Além disso, indiretamente, eu sou um grande beneficiado por ele e por vocês, porque, se não fosse o Bacha, eu não estaria aqui, nem em Brasília. Foi o Bacha e o Ricardo Lima – meu velho companheiro, amigo, aluno da escola de engenharia –, que me trouxeram para o departamento de economia e deram um rumo totalmente diferente à minha vida.

Lembro, uma vez, que encontrei o Bacha em Washington, onde eu estava já há quatro anos, há seis no Banco Interamericano, querendo voltar e naquela dúvida... “Vamos para Brasília, ele disse”. Conto aqui até algo interessante. Entramos no elevador, e Cecílio Morales, que era um gerente importante, disse: “Ouvi falar que você vai para o Brasil?” Eu disse: “Sim.” “Vai para Brasília?” Eu disse: “Sim.” Ele disse: “O Edmar Bacha está lá?” Eu disse: “Não, está aqui, com a gente.” Ele não conhecia fisicamente o Bacha, mas conhecia pelo nome.

O Werner formou, como professor e como coordenador desse programa, pessoas que foram fundamentais, inclusive o Clóvis Cavalcanti, que foi meu professor, em Recife, embora hoje pareça mais jovem do que eu, sobretudo quando ele faz as maratonas dele. Este é o porquê desta homenagem.

O Werner merece, pelo papel histórico dele no Brasil. Merece, tem que ser reconhecido, e nesse sentido fico muito feliz que o Lemann tenha aceitado a ideia de um prêmio vinculando educação e economia. Esse prêmio vai ter boa repercussão, e espero que

a Anpec seja envolvida também, para que possamos ter, todo o ano – ou a cada dois anos – não sei como vocês vão querer fazer –, o reconhecimento de alguém que tenha feito um grande trabalho vinculando economia à educação.

Para quê? Como dizem, 'Não há almoço grátis'. Eu creio que temos três ações aqui: primeiro, fazer uma reflexão sobre o título que eu coloquei: E agora, Werner? O que a gente vai ensinar à meninada?

Só para lembrar alguns temas importantes: meio ambiente; como nós o inserimos, de fato, no pensamento econômico? A pobreza, porque apesar de Bacha ter sido um dos pioneiros nisso, com a Belíndia, até hoje nós não entendemos claramente como se resolve o problema da pobreza. Ela é persistente, resistente.

A globalização é diferente hoje do tempo em que nós fomos estudar. Hoje as moedas são entrelaçadas no mundo muito mais do que eram antes. A existência de grandes blocos comerciais, a facilidade da internet na mobilização do comércio internacional, e mais, as relações trabalhistas no mundo em que está tudo ficando "uberizado", ou seja, tudo está mudando. Como vai ser a economia neste mundo "uberizado"?

Nós temos temas a serem ensinados daqui para frente que são novos ainda. Embora já estejam presentes, não estão ainda arraigados no pensamento.

Outra questão é para onde mandar as pessoas estudarem. Antes havia uma facilidade, mandavam para os Estados Unidos, mandavam para a Europa. E agora, a gente manda para onde? E por que não estudar aqui dentro do Brasil? Mas sempre é preciso arejar, e há um pensamento lá fora. Para onde é que o Werner mandaria as pessoas hoje?

Esses são os 'para quê', mas faltou o último, e aí eu termino: também para reunir amigos. Afinal de contas, não é um pretexto ruim reunir essas figuras aqui, porque eu acho que nós não nos reunimos há muito tempo. Um dia, não sei quantos vão poder ficar todo o tempo, é algo muito raro. Por isso eu vou deixar a palavra para vocês, apenas dizendo que este encontro está sendo gravado. Vamos fazer um livro com a colaboração de vocês e vai haver um vídeo. Também está sendo transmitido ao vivo. Estamos tendo a chance de mostrar a uma geração nova quem foi Werner Baer e os desafios que nós temos sobre esta pergunta: E agora, Werner?

Dito isso, me cabe agora agradecer. Agradecer bastante à Fundação Lemann, que aceitou financiar gastos que nós tivemos, como passagem e hospedagem de vocês – não está custando nada ao Senado –; agradecer à Anpec, que aceitou ser o elemento gestor disto; obviamente, à presença da Usaid, que está aqui, lembrando que foram eles que financiaram, lá atrás, há 40 anos, todos os programas; e ao Lício e ao Chico Salles, porque foi em um almoço com eles que não sei por que surgiu o tema Werner, e eu pensei: "Por que não fazermos um encontro para homenageá-lo?". Ah, surgiu o assunto da morte dele, de que eu não tinha tido conhecimento. Não sei qual dos dois me falou. E eu disse: "Então, por que não prestamos uma homenagem?". E aí surgiu a ideia do evento: E agora, Werner?

Com isto, eu termino com a pergunta: E agora, Werner? E vocês vão falar: e para onde vai a economia brasileira? Para onde devemos levá-la? O que fazer em um momento de tanta perplexidade? Em um momento em que coisas óbvias viram anátemas, como, por exemplo: não se pode gastar mais no orçamento do que se arrecada, que é uma coisa que parece óbvia, mas que virou um anátema – não é assim que se chama? –, uma blasfêmia no pensamento. E agora, como a gente vai fazer para que o Brasil encontre os rumos? Graças ao Werner e a vocês, foi possível encontrar um rumo ao longo de algumas décadas. Aí, de repente, perdia o norte e o recuperava, sempre com vocês por perto, seja com o Real, seja antes do Real. E agora, o pensamento econômico, para onde vai? A economia brasileira, para onde a gente deve ir? E os nossos jovens? Onde nós vamos ensiná-los a serem bons economistas?

Dito isso, eu dou por encerrada esta abertura e peço ao Cerimonial que inicie a chamada

**“UM GRANDE ABRAÇO
PARA CADA UM E MUITO
OBRIGADO POR TEREM
ACEITADO ESTAR AQUI
CONOSCO.”**



PRIMEIRA PARTE

WERNER, O ENSINO DE ECONOMIA
NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1960-
70 E SUAS APLICAÇÕES

Participantes:

*Antônio Arantes Lício (moderador), Paulo Roberto
Haddad; Claudio de Moura Castro; Mauricio Bittencourt;
Dorothea Werneck e Roberto Macedo.*



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

Meus amigos, é um prazer iniciar este processo das palestras com um grupo de amigos, alguns não vejo há muito tempo, todos muito brilhantes, começando pelo meu ex-Professor Paulo Roberto Haddad – 50 anos atrás!, que foi, na verdade, um dos ícones da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Parece que houve alguma tendência. Não houve não, mas a maioria dos que estão aqui são da UFMG; são mineiros da UFMG. Só nesta Mesa aqui temos um, dois, três, quatro. E não é viés, não; foi coincidência.

Então, vamos começar com o decano de todos nós - os dois que estão à minha esquerda são os decanos, formados há mais tempo na própria UFMG –, vamos começar o processo que pensamos da economia brasileira no passado e, principalmente, no futuro.

Com a palavra o meu amigo, Prof. Paulo Haddad.



PAULO ROBERTO HADDAD:

Bom dia a todos.

É com muito prazer que eu participo deste encontro.

A minha exposição é para contar um pouco da história da formação da Anpec, que foi um trabalho iluminado, concebido e em grande parte implementado pelo Werner Baer. Se nós tivéssemos a oportunidade de ter aqui representantes das diferentes profissões que atuam tradicionalmente no Brasil – medicina, agronomia, veterinária, advocacia – e cada um relatasse a história da evolução da profissão, vocês iriam perceber que o caso da profissão do economista no Brasil é um caso muito especial, porque em vez de a

evolução ocorrer por fatores ocasionais, circunstanciais, por lideranças isoladas, essa profissão é fruto de um projeto. E a minha exposição situa o papel do Prof. Werner na formação desse projeto.

No início dos anos 60, o ensino e a pesquisa da economia no Brasil eram algo que, se viesse um especialista em economia de uma universidade americana, francesa ou inglesa e olhasse o que se ensinava na época, o material bibliográfico, as pesquisas que eram realizadas, iria claramente reconhecer que não se tratava de um ensino de economia tal como era concebido naquela época. Os professores que formaram a primeira geração do ensino de economia vieram da escola de direito, da escola de contabilidade e, eventualmente, das escolas de engenharia. Você certamente não encontrava nas escolas de economia ensino do que se chamava, naquela época, pensamento econômico moderno, metodologia econômica moderna. Então, houve um movimento liderado pelas duas principais escolas da época, que eram a EPGE, da Fundação Getúlio Vargas, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, de São Paulo, que resolveram fazer um processo de modernização do ensino e da pesquisa econômica no Brasil.

O Prof. Werner tinha estado na Fundação Getúlio Vargas, em 1965, para realizar algumas pesquisas do seu trabalho acadêmico. Quando ele voltou, em 1966, a Fundação Ford o convidou para apoiar, para dar uma assistência técnica a um programa de formação de ensino e pesquisa no Brasil. Ele, com o apoio dessas duas instituições, organizou uma reunião em Itaipava, à qual foram os principais economistas do Brasil daquela época: Mário Henrique Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães, Antônio Delfim Netto, Maria da Conceição Tavares, João Paulo dos Reis Velloso, Julian Chacel, entre outros. E eles, durante dois dias, se fecharam e construíram um projeto de modernização e de *aggiornamento* do ensino e da pesquisa em economia no Brasil.

O que incluía esse projeto? Incluía o seguinte: número um, treinar jovens economistas no exterior, que seriam o embrião de novos centros de pesquisas a serem criados em Belo Horizonte, na Bahia, em Recife, em Fortaleza, posteriormente em Belém, e também no Paraná e no Rio Grande do Sul. A ideia era mandar, para as melhores universidades do exterior, pessoas que tivessem potencial e que, voltando, iriam promover o efeito multiplicador nessas instituições. Então, esse foi o primeiro programa. Quando eu deixei a direção da Anpec, em 1973 – passei a bola para o Luis Paulo Rosenberg –, havia 68 brasileiros estudando, fazendo doutorado no exterior. Quer dizer, foi uma coisa muito expressiva.

Para realizar esse projeto, houve um apoio muito forte da USAID e da Universidade Vanderbilt; foi feito um convênio USAID-Vanderbilt. Então, havia um trabalho paralelo da Fundação Ford e da USAID-Vanderbilt. Nós temos aqui, por exemplo, dois representantes do programa que estudaram na USAID-Vanderbilt. Muito bem, essas duas instituições, o programa USAID-Vanderbilt e a Fundação Ford, colocaram muitos recursos para fazer essa alavancagem da profissão a um novo patamar.

O que nós observamos? Um segundo ponto era constituir uma associação que pudesse fazer um encontro anual dos economistas – nós realizamos, em Florianópolis, o 43º encontro – e que também pudesse fazer o vestibular unificado. Ou seja, seria feito um vestibular unificado, que permitiria ao estudante selecionar – um, dois, três – a preferência dele pelos vários centros de pós-graduação.

Esse vestibular unificado teve um papel muito importante, porque eu participei das primeiras formulações da prova, e quem coordenava isso era o Prof. Mário Henrique Simonsen. Ele dizia muito o seguinte: “Vamos colocar questões e bibliografia para que os estudantes, preparando-se para o concurso, o vestibular unificado, tenham um efeito dentro das escolas, pressionem os professores para poderem participar do concurso.” E isso aconteceu, houve esse trabalho forte.

E o terceiro objetivo era o intercâmbio de professores. Nós tivemos aqui, com apoio da Usaid e da Fundação Ford, a visita dos melhores professores das universidades americanas: Georgescu-Roegen, Galbraith, Haberler, Harberger; provavelmente passaram por aqui três Prêmios Nobel de Economia. Foi uma coisa muito importante, porque arejava os estudantes. Às vezes vinham dar um curso durante o verão americano, ficavam aqui conosco, traziam bibliografias, e aquilo tudo foi muito importante.

Constituída a Anpec, eu digo como um depoimento, a cada movimento de expansão, de modificação desse projeto, a presença do Prof. Werner, de 1966 a 1974, foi muito forte.



Outro ponto importante foi que, em algum momento, a Usaid e a Fundação Ford disseram: "Nós estamos fazendo *seed money*", "*dinheiro-semente*", "estamos promovendo o desenvolvimento mas vamos sair; portanto, preparem-se para viver sem o apoio." E o que houve? Houve uma coisa muito importante: a Maria da Conceição Tavares estimulou a criação, no BNDES, do Funtec, um fundo de apoio científico e tecnológico. Por quê? Porque, embora a Capes e o CNPq tivessem sido criados em 1956, a parte de ciências sociais não tinha muito espaço naquela época, era muito de ciências exatas. Então, o Funtec nos deu um apoio de transição, e mais importante ainda: tinha havido a reforma tributária Campos-Bulhões de 1965, implementada em 1967, e quando começou o "milagre econômico", o País começou a crescer, a arrecadação começou a aumentar, o custo da máquina no Brasil era muito baixo. Por exemplo, ensino superior: havia menos de 100 mil estudantes no ensino superior. A dívida interna era pequena. Havia um superávit primário de quase 5% do PIB. Aquilo era um dinheiro livre com que o Ministro Velloso e o Ministro Simonsen podiam apoiar iniciativas, como apoiaram os planos de integração.

E eu me lembro de que, numa dessas crises de transição, eu, como Presidente da Anpec, procurei o Ministro Velloso e falei: "Olha, está havendo uma crise financeira no Caen, no Pimes, no Cedeplar, na própria Fipe." Era uma segunda-feira. Levei uma lista de demandas. Ele falou: "Na próxima segunda-feira, pode trazer o pessoal, que vocês já vão levar o dinheiro." Quer dizer, havia muita flexibilidade.

Então, o fato de não haver uma crise financeira no *start-up* das instituições foi muito importante, porque isso permitiu treinar muita gente, formar as bibliotecas, complementar salários... Por que a complementação dos salários era importante? Pelo seguinte: o setor público, naquela época, estava em pleno desenvolvimento e havia uma escassez de pessoal qualificado. Então, quando o Delfim Netto ia para, por exemplo, o ministério ou o Rocca ia para a Secretaria de Fazenda de São Paulo e o Fernando Reis ia para a Secretaria da Fazenda de Minas, o Ministro Paulinelli ia para a Secretaria de Agricultura e o Ministério da Agricultura, arrebanhavam esse pessoal dos centros porque tinham chegado com formação especializada. É o caso do Antônio Lício. Era muito difícil reter as pessoas nos centros. Então, essa complementação salarial foi muito importante. Deve-se registrar isto: não houve problema de financiamento nessa arrancada inicial dos centros de pós-graduação.

A Anpec teve duas crises no começo, na minha época ainda. A primeira foi o seguinte: eu estudei muito a história da American Economic Association. Quando nós fomos criar a Anpec, havia uma discussão se faríamos a Brazilian Economic Association. Mas no Brasil a gente percebeu que haveria um conflito com os sindicatos de economistas, com o Conselho Federal de Economia, com todos os conselhos regionais, etc. Então, partiu-se para uma associação de pós-graduação em Economia, que é a Anpec. E era de se esperar que reunissem-se as diferentes escolas de pensamento, alguns formados em economia política, outros

formados na *Economics*, alguns formados na visão mais europeia, outros formados nas diferentes escolas neomarxistas, neokeynesianas, nos Estados Unidos.

Então, estudando a história da American Economic Association, houve esse conflito logo no começo. E nós tivemos este conflito: houve um pedido do departamento de pesquisas econômicas da Unicamp para entrar na Anpec. E a Fundação Getúlio Vargas, que era a antiga EPGE – o Ministro Simonsen estava no Ministério –, a direção jovem da EPGE disse o seguinte: que não se tratava de uma instituição científica, mas de uma instituição politizada, neomarxista, etc.

Aí, eu e o Pastore fomos a Campinas, trouxemos um parecer favorável e nesse momento a Fundação Getúlio Vargas saiu da Anpec, logo no começo. Eles não participaram do primeiro encontro anual, nem do segundo encontro - o primeiro foi em São Paulo, o segundo em Belo Horizonte e o terceiro em Garanhuns. Só posteriormente, com a volta do Simonsen para a direção da EPGE, houve um retorno.

Essa atitude foi muito importante, porque o Werner nos aconselhou a, desde o começo, mantermos uma orientação multifacetada, pluridoutrinária, pluriconceitual dentro da Anpec, ou seja, democracia de pensamento.

Esta foi a ênfase do meu mandato, do mandato do Luís Paulo, dos mandatos do João Sayad e do Flávio Versiani. Então, essa orientação foi fundamental pelo seguinte, hoje, no Brasil, nós temos a representação atualizada do pensamento das principais correntes doutrinárias e conceituais do mundo.

Então, tem-se hoje pessoas monetaristas que dialogam com os monetaristas mais talentosos e qualificados das principais universidades. Vocês têm os neomarxistas, os estruturalistas, os neokeynesianos, ou seja, tem-se hoje uma riqueza muito importante. Esta foi a primeira crise.

A segunda crise que aconteceu também nos Estados Unidos, segundo o estudo de Bob Coats, foi a ruptura espacial. Nós tivemos uma crise do Caen, do Pimes da Bahia, para fazer uma associação regional. Nos Estados Unidos foi a Southern Economic Association. Houve problema da disparidade regional, achar que havia discriminação, etc. Então, eu e o Pastore saímos peregrinando e fizemos toda a negociação para evitar que houvesse duas associações, uma do Sul e uma do Norte e Nordeste. Isso foi uma coisa importante também.

Outro fato marcante é o reconhecimento de que os centros realmente deram um salto. Teve um seminário, em São Paulo, de 50 anos em ciência econômica, organizado pela Maria Rita Loureiro e pela Ana Maria Bianchi, em que houve vários depoimentos: Delfim Netto, Antonio Maria da Silveira, Adriano Batista, Flávio Versiani, João Paulo dos Reis Velloso, João Sayad, Julian Chacel, Belluzzo, Maria da Conceição, Paulo Haddad, Sergio Valen e Werner Baer, além de outros conferencistas. Fizeram um balanço de 50 anos de

ensino da economia, pesquisa e pensamento econômico no Brasil, e há depoimentos muito importantes que quero mencionar aqui, como do Delfim Netto.

Naquela época que começou a Anpec, como eu disse, eram São Paulo e Rio de Janeiro os principais centros. Então, Delfim Netto dá o seguinte depoimento. Mas, naquele tempo, o que se fazia na escola? Escola de São Paulo. Existia um pequeno grupo com a crença de que poderíamos progredir. Fazíamos o Allen, que hoje ninguém mais se lembra do que se tratava, fazíamos o Hicks, *Valor e Capital*, e fazíamos o Samuelson Foundations. Era isso que havia e mais nada. Existia um sujeito chamado Keynes que tinha escrito uma coisa misteriosa e que todo mundo interpretava cada um do seu jeito, até chegar aqui um livro elementar do Samuelson, que fazia o Keynes 45 graus e foi quando todos nós começamos a entender algo.

Era isso que existia antes da participação do Professor Baer e da tentativa de irmos para frente. Quer dizer, essa transformação foi muito grande. O Bacha está aqui, o Claudio está aqui. Nós fomos alunos na Faculdade de Ciências Econômicas.

Eu diria que um terço do que a gente aprendia era Economia e que o outro terço era Direito, Geografia, Contabilidade, Matemática Financeira. É claro que havia professores talentosos, como o Professor de Matemática Edson Durão Júdice. Professores novos tentavam o autodidatismo. Era uma fase de autodidatismo.

Então, essa transformação foi muito importante e começou a ter influência muito grande no setor público brasileiro. Quando o Ministro Paulinelli fez a revolução da agricultura brasileira com a ocupação do Cerrado, com o projeto de várzeas irrigáveis, com a introdução do planejamento na agricultura etc., ele buscou grande parte dos quadros técnicos nos centros de pós-graduação em Economia. Então, essa influência começou a ser grande. E começou até a haver programas específicos. Elcio Costa Couto, que era Secretário do Ministério do Planejamento, fez uma coisa inédita: contratou a Anpec e os centros de pós-graduação e fez uma seleção de funcionários públicos e de candidatos a funcionários públicos para fazerem os cursos, segundo o modelo do Ministério. Nós demos cursos, então, para as pessoas. Quem fosse aprovado nos cursos estava aprovado no serviço público. Essas pessoas foram assessores nos Ministérios, na APC (Assessoria de Planejamento e Controle), no Ministério da Saúde e em outros Ministérios. Ou seja, foi um processo também de germinação da Anpec. Se você olhar hoje a Secretaria da Receita Federal, o Banco Central, os Ministérios setoriais, as autarquias e as fundações do Governo Federal em muitos Estados, você verá a raiz dessa experiência que foi realizada.

Agora, nisso tudo, tem de haver alguém que promova a endogenia. Ou seja, toda vez em que há um processo de transformação, ele nasce com o inconformismo. O inconformismo apareceu na criação do projeto de transformação da economia, que está registrado na Revista Brasileira de Economia de dezembro de 1966, na reunião de Itaipava coordenada pelo Prof. Werner. Mas não basta o inconformismo. É preciso que você formule uma

estratégia e, principalmente, que você a implemente. Vocês sabem que 90% dos projetos, dos planos e dos programas que são elaborados no Brasil não são implementados. Falta liderança, falta endogenia, falta alguém que pegue a ideia e a transforme em realidade.

Então, aqui, rendo minha homenagem ao Prof. Werner Baer, que teve a energia, a criatividade e a endogenia capazes de transformar o projeto da reunião de Itaipava neste resultado espetacular, que é a formação dos economistas no Brasil.

MUITO OBRIGADO.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

Foi brilhante como sempre e deu uma aula de como foi formada a classe de economistas no Brasil. Isso é muito importante principalmente para a segunda geração, que não só está presente no auditório, mas que estará presente aqui como palestrante.

Nós abrimos espaço para essa segunda geração, que é a geração dos nossos filhos.

Passo agora a palavra para o Professor Cláudio de Moura Castro.



CLÁUDIO DE MOURA CASTRO:

Eu vou começar com duas observações pessoais, duas experiências pessoais, e vou desenrolar toda minha apresentação a partir desses dois pequenos incidentes. O

primeiro: em 1962, eu estava no penúltimo ano de economia, o Werner apareceu lá, na faculdade, e eu tinha feito um *paper* sobre inflação e, orgulhosamente, o entreguei ao Werner e disse: “Olhe o meu *paper*.” Ele disse: “Vou ler.”

Bom, a primeira diferença é que ele leu, mas isso vem depois.

A segunda experiência: eu estava em Yale, cheguei lá para fazer o mestrado, olhei as ementas dos cursos e disse: “Já vi isso tudo, já vi isso tudo.” Então, a partir desses dois comentários, eu gostaria de desenvolver a minha apresentação.

Alguns dias depois encontrei com Werner e ele me disse: “O seu *paper*? Muito interessante. Cadê os números?” Números? Números?... Quer dizer, aí começa a revolução do pensamento econômico brasileiro. Quer dizer, é um choque de cultura. Nós vínhamos da economia política, de alguns economistas inspirados, como Celso Furtado e Ignácio Rangel, que, como estava conversando ontem o Edmar, colocavam uma tabela e havia 50 páginas de comentário.

Agora, e o mundo real, onde fica? Cadê o incômodo do mundo real? Isso não pertencia à nossa formação. No primeiro e segundo anos, eu e Paulo Haddad líamos os autores franceses: Jean Marchal, Raymond Barre e por aí fora. No terceiro e no quarto, a gente já estava começando a ler os ingleses e os americanos, e era o início do choque cultural. E há uma tremenda coincidência entre a mudança do pensamento e a presença absolutamente crítica, por sorte do Brasil, do Werner articulando essas coisas todas que começam a acontecer. Então, a partir desse momento, a minha geração começa a experimentar uma outra economia, mais de orientação anglo-saxã, mais empírica, mais de pôr a mão na massa, mais de “conversar não basta”, e a mudança começa aí.

Então, esse é o primeiro fragmento de memória que puxa uma mudança que veio ao longo de 50 anos ou mais, quer dizer: cadê o empírico? Quer dizer, nós estávamos em Aristóteles. O que isso significa? Boas ideias, boas teorias, boa intuição para como é que o mundo funciona.

No último ano de faculdade eu o vi pessoalmente e imagino que, ao longo desse tempo, nós vimos a revolução de Bacon entrar no nosso pensamento. Quer dizer, tenho a ideia que quiser, mas depois vou ver se o mundo se comporta do jeito que a minha ideia disse que ela deveria se comportar. Ou seja, a ideia do teórico e empírico. Esse é o primeiro choque que sofre o pensamento econômico brasileiro nessa época. É a ideia da revolução de Bacon, que custou muito a chegar nas Ciências Sociais, embora tenha chegado de maneira variável. E chegou antes no mundo anglo-saxão do que no mundo mais francófilo.

Então, esse é o primeiro incidente que desencadeia ou que, digamos, lembra o processo que é desencadeado.

O segundo é o que eu disse: já vi tudo. Só que vi tudo, mas não tinha entendido nada. Então, esse foi o segundo choque. É você entrar em um sistema educacional em que não basta ter

visto tudo, tem que entender o mínimo para tirar uma nota boa. E esse mínimo é respeitável. Para mim foi um choque cultural. Eu tinha que passar dois, três dias lendo uma página, uma única página, para ver se conseguia entender. Isso foi um choque cultural. E eu acho que o que aconteceu comigo provavelmente aconteceu com muitas outras pessoas que estavam entrando nesse processo de conhecer um pensamento econômico novo, diferente e, sob muitos pontos de vista, melhor, apesar dos vícios eventuais que podem haver aí.

Então, nisso tudo entra o Werner, com uma extraordinária, com uma dedicação canina ao Brasil, com um amor, com uma amizade ao Brasil, que é impressionante. E entra um outro elemento, uma terceira lição que eu aprendi do Werner - porque eu tive muita convivência com ele - que é persistência, organização, sistematização. Quer dizer, é o lado alemão do DNA do Werner, daquela coisa metódica, que eu aprendi com ele. Isso foi uma lição pessoal, não tem a ver com economia, é uma coisa muito pessoal.

Mas essa persistência, isso foi durante quantos anos de Werner trabalhando no Brasil? Desde 1962, 1963, por aí, e teve um impacto extraordinário porque ele seguiu, persistiu até o fim da linha com o livro dele, com o livro que ele estava organizando e que vai ser publicado – nós fizemos uma reunião há uns dois meses.

Então, o Werner ajuda a forjar o pensamento econômico do Brasil diretamente e pela sua articulação com os recursos, com as organizações, com a Anpec, com a Usaid, com a Fundação Ford, etc. Quer dizer, ele foi o arquiteto dessa organização, dessa máquina administrativa que produziu muitas dezenas de economistas bem formados e também um pesquisador sistemático, que escreveu uma história da industrialização do Brasil que ainda é best-seller dentro da área. Quer dizer, ele foi as duas coisas. Ele foi o exemplo e foi o arquiteto desse processo.

E, de certa maneira, ele foi o líder do movimento de construção de um pensamento econômico brasileiro que tem características extremamente positivas. Nem um capitalismo raivoso, nem fabricante de regressão, nem cruzados missionários, nem iluminados, nem extremistas.

Quer dizer, ele soube tecer a formação de um grupo muito grande de pessoas, com os seus descendentes, de gente serena, que é capaz de uma análise desapassionada, que é capaz de ver a ciência sem 'ismos', sem radicalismos, de uma visão pluralista. Das pessoas que, de uma forma ou de outra passaram, que tiveram a influência do Werner, temos todas as orientações, mas acho que não temos extremos, não temos radicais, não temos as pontas da distribuição, o que é muito bom. Nós temos gente bem centrada. Então, esse é um aspecto extremamente importante.

Vamos falar um pouquinho do que aconteceu, personalizando um pouco. Quando eu fui, em 1963, para os Estados Unidos, o Brasil não tinha nenhum Ph.D. de orientação anglo-saxônica. Havia alguns franceses e um ou outro, o próprio Celso Furtado, o

Chacel, eu acho. Só o Instituto Torcuato Di Tella tinha dez Ph.D. Quando, em 1979, eu assumi a Capes, com o Edmar, nós negociamos a vinda de alunos argentinos para fazerem mestrado no Brasil. Olhem a diferença, ou seja, de não ter nenhum Ph.D., nós estávamos oferecendo mestrado de boa qualidade na PUC-Rio para argentinos que tinham uma vantagem extraordinária sobre o Brasil em formação até 1963. Então, na verdade, os primeiros Ph.D. de economia foram Edmar, Tolosa e depois, eu.

Está errado? Há mais algum na lista? Langone um pouco depois.

Então, é um salto com uma velocidade espantosa de um país, porque a Argentina é sempre um bom barômetro. A Argentina é um barômetro muito generoso para o Brasil. De uma situação extremamente desfavorável em 1963, em 1979 nós já estávamos oferecendo, por assim dizer, assistência técnica, para usar um termo meio bobo, para a Argentina. Foi um salto extraordinário. O papel do Werner foi fundamental nesse processo. Quando o Werner estava em Yale, havia mais brasileiro fazendo economia em Yale do que em qualquer outra universidade americana. Talvez Chicago já estivesse subindo nessa época. Quando ele foi para Vanderbilt, havia mais brasileiro em Vanderbilt do que em qualquer outra, a ponto de que houve uma delegação de alunos americanos no departamento de economia, à direção do departamento, para reclamar que eles americanos estavam sendo discriminados dentro do departamento. (Risos.)

E depois Illinois, onde a mesma coisa aconteceu. De muitos anos para cá, é o lugar onde há mais alunos de economia brasileiros, e isso é, obviamente, obra do Werner, porque ele estava em Yale, em Vanderbilt e em Illinois, quer dizer, ele foi realmente o homem que criou, pode-se dizer, a profissão de economistas-profissionais no Brasil.

Eu tenho grandes dívidas pessoais para com ele pela ajuda que ele me deu para ir à universidade, para mudar de universidade e essa coisa toda. Mas acho que o importante, no caso, é o que ele fez pela profissão.

Eu gostaria de terminar com um comentário meio paradoxal. O Werner, de certa forma, fez com que os brasilianistas passassem a ter um papel secundário, ou seja, quando ele começou, a interpretação da economia brasileira estava nas mãos dos brasilianistas. O que ele ajudou a fazer fez com que a interpretação da economia brasileira passasse às mãos dos brasileiros e os brasilianistas passassem a ser colaboradores, alguém com quem você troca, uma caixa de ressonância para os economistas brasileiros. Então, de certa maneira, a grande obra dele foi tirar o tapete de pessoas como ele, os brasilianistas.

MUITO OBRIGADO.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

Vamos passar, agora, a palavra ao nosso Prof. Maurício Bittencourt, que é atualmente quem dirige a Anpec.



MAURÍCIO BITTENCOURT:

Para mim é uma honra estar representando a Anpec aqui, vendo todos vocês, principalmente depois da fala do Prof. Paulo Haddad, que mostra a importância que a Anpec teve e tem tido historicamente como sendo uma consequência, um produto da contribuição e da importância que o próprio Werner trouxe, que foi muito importante para a criação da Anpec lá no começo dos anos 70, com o Prof. Paulo Haddad sendo o primeiro Secretário-Executivo da Anpec. Então, para mim é uma honra realmente estar aqui.

Na minha fala eu vou ser um pouco mais deselegante, no sentido de que vou ser um pouco mais técnico e colocar mais números na minha apresentação. E vou explicar o porquê: simplesmente porque eu não fui um dos alunos ou ex-alunos do Prof. Werner. Eu conheci o Werner quando estava aplicando para o doutorado, acho que nos anos de 1999. Quis o destino que eu fosse para outro lugar naquele momento. Eu apliquei para London School, para o Ohio State e estava na iminência de aplicar para Illinois, mas o resultado da aplicação saiu muito rápido. Então, de London School, acabei indo para Ohio State, foi a minha escolha. Anos depois, encontrei o Werner duas vezes, quando ele esteve na UFPR. Eu me lembro de que estava como coordenador da Pós-Graduação, em 2008. No ano retrasado ele também esteve lá. Eu me lembro de que a gente brincou sobre esse fato, porque ele foi um dos contatos que eu tinha feito com Illinois, juntamente com outros dois professores, mas acabou o destino me levando para outro lugar. Como ele brincou: “Você quis ser *buckeye*, paciência!” – é como são chamados os ex-alunos da Ohio State.

Então, enfim, a minha fala aqui não será necessariamente como representante da Anpec,

a partir de agora, esse é meu ponto. Vou ser um pouco mais técnico e trazer algumas discussões em relação a esse seminário de economia brasileira, lógico, fazendo um *link* com a contribuição do Werner.

A ideia básica é que o Werner me influenciou indiretamente, mesmo não estando em Illinois. Na minha pesquisa, eu tento fazer algum tipo de reflexão numa das áreas em que eu trabalho, que é comércio internacional.

Temos, basicamente, um grupo de pesquisa na UFPR que criamos alguns anos atrás, um núcleo de pesquisa certificado pelo CNPq e que é praticamente uma rede de instituições e professores pesquisadores e alunos que tratam do tema. Carinhosamente, nós o chamamos de Neide, é o Núcleo de Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico. Temos quatro linhas de pesquisas, todas relacionadas à contribuição dessa área ao próprio desenvolvimento brasileiro, com as mais diferentes dimensões, inclusive regional. E temos aqui uma lista com algumas instituições que fazem parte dessa rede, com alguns professores e alguns alunos também – há bastante gente envolvida.

Onde entra o Werner na história? Lá atrás, no meu doutorado, eu comecei a me interessar sobre o assunto de economia internacional, ou comércio internacional especificamente, brasileiro, e eu me deparei com dois artigos do Werner daquela época. Troquei alguns *e-mails* com ele, mesmo reticente – e pensei “Será que o Werner vai responder? Eu não fui para Illinois. Será que ele vai responder meus *e-mails*?” Ele gentilmente respondeu – demorou, mas respondeu – e me passou o primeiro *paper* que está ali, que é uma versão ainda de texto de discussão, tratando basicamente da falta de integração econômica entre os países da América Latina, digamos, diante do que ele chamava de “falta de coordenação de políticas macroeconômicas”. Esse *paper* me chamou a atenção, no *paper* dele havia vários números interessantes. Aí, pensei... Inclusive, depois, eu paguei um preço por isso, porque o que eu acabei fazendo – e vou mostrar para vocês – e continuo fazendo até hoje, que é basicamente tentar analisar... Uma das minhas áreas de interesse nessa linha de pesquisa é analisar o efeito da política cambial sobre o comércio internacional brasileiro. Para isso ele chamou atenção lá, com o problema da volatilidade cambial. Então, o câmbio variando demais praticamente impacta negativamente o comércio. Aí, eu falei “Puxa vida, mas aí há um problema de causalidade.” Quer dizer, será que eu posso dizer realmente que o fato de as políticas macroeconômicas não serem mais coordenadas, ou a falta dessa coordenação, implicaria realmente problemas para o comércio via volatilidade cambial? Ou somente a volatilidade cambial impactando negativamente o comércio poderia ser uma das consequências da falta de coordenação de políticas macroeconômicas? Então, havia essa dúvida. Esse foi o primeiro ou segundo... Ele tenta ali, praticamente, discutir a questão do neoliberalismo. E eu tenho um ensaio da minha tese... Eu trabalhei com essa parte de liberalização comercial, tentar achar políticas comerciais alternativas, mais liberais do ponto de vista do comércio para o Brasil.

Então, foram as duas grandes influências para mim, na minha pesquisa, que se seguiu ao longo de todos esses anos. E basicamente, os últimos dois artigos que eu mostro... Vocês vejam que são artigos que talvez até já tenham saído, mas estavam ainda para sair – do Werner, que continuava lidando com esses tópicos. Então, o Werner sempre teve um leque de interesses, do ponto de vista de pesquisas, bastante grande em relação ao Brasil. Era alguém que sempre se interessou pelo Brasil, carinhosamente, como os palestrantes anteriores aqui falaram.

E agora, Werner? Então, vejam uma coisa, no panfleto que os senhores têm aí, existem cinco questões colocadas para tentar responder ao “E agora, Werner?”. Claro que eu não tenho ambição de respondê-las todas, mas vou tratar, pelo menos, de três delas, as questões 2, 3 e 4; vou, pelo menos, colocar um elemento ali para tentar responder a essas questões, sem pretensão nenhuma de que isso seja totalmente absoluto em termos de resultados.

Então, vejam só, no meu caso, as reflexões que sempre tentei fazer à luz das contribuições do Werner foram basicamente estas que coloco agora para os senhores: tentar analisar se essa falta de coordenação de políticas macroeconômicas realmente seria um problema, ou foi um problema, ou é um problema para o Brasil e também olhar especificamente alguns detalhes em relação a isso. Um exemplo: o papel da volatilidade da taxa de câmbio no Brasil sobre as exportações brasileiras, em diferentes dimensões inclusive – composição da pauta, valores de exportação, a questão da concentração comercial, etc.

A questão também do perfil tecnológico e dinamismo das exportações. A gente tem uma discussão no Brasil, que não é de hoje, se a nossa pauta de exportação, a nossa indústria está se desindustrializando ou não, se ela está sofrendo um processo de “reprimarização” ou não. Então, esse também é um ponto para o qual acho que o Werner também chamou a atenção em alguns artigos anteriores.

Outra questão que a gente também conversou ontem, no jantar, é o efeito China sobre o Brasil. Isso também não tem como negar hoje em dia. É um elemento novo, surgiu em anos recentes, mas não pode ser negligenciado.

Por último, nessa direção, o comércio intraindustrial entre Brasil e alguns países, e, dentre eles, chamo atenção aqui só para os países da OCDE, mas tenho feito essa mesma análise para outros países também.

E, à luz desses outros artigos do Werner em relação a neoliberalismo ou alternativas de liberalização comercial, há a questão das alternativas também de liberalização comercial para o comércio brasileiro. Aí até há, digamos assim, uma ligação com alguns escritos de Roberto Campos.

Roberto Campos foi importante para mim, do ponto de vista dos anos dois mil e alguma coisa, quando participei daquelas “Cátedras Ipea” por duas chamadas consecutivas;

então, estudei praticamente toda a obra do Roberto Campos em quase quatro anos. Roberto Campos é um autor bastante polêmico, mas é impressionante, é um pouco como o Werner: se você pega algumas coisas do que ele escreveu lá atrás, parece que ele está falando de hoje, sobre o que está acontecendo hoje. Então, eu aprendi muito em relação ao Roberto Campos e tento aplicar isso, olhando as ideias de Campos à luz da liberalização comercial ou alternativas dela.

Isto aqui é um pouco do que fui fazendo ao longo dos anos. O Werner leu algumas dessas coisas, algumas ele respondeu, outras não, ele dizia que não era da área dele, mas, enfim, eu não quero ser técnico aqui, vou mostrar alguns resultados muito mais do que a parte técnica da coisa. Então, vou comentar alguma coisa de alguns artigos. Aqui foi mais ou menos a minha trajetória nessa área específica de economia e comércio internacional, em que me inspirei bastante nas contribuições do Werner.

O primeiro que coloco aqui... Vou passar bem rápido esses artigos, quem tiver interesse de ler o artigo, tenho o maior prazer em passá-los. Vou somente colocar os títulos, falar alguma coisa dos objetivos, como fiz aqui, dos resultados e da conclusão.

O primeiro aqui foi enviado da minha época de doutorado: os impactos da volatilidade cambial no Mercosul do ponto de vista de olhar o comércio setorial. Uma coisa é você olhar o comércio como um todo, a outra é você olhar no âmbito setorial desagregado. Não só isso, às vezes, olhar no âmbito regional também.

Existem várias justificativas para isso, mas a principal delas é essa parte do artigo do Baer, de 2002 – eu peguei o *paper* discussão de 2001 –, que fala sobre a questão dos estudos; são poucos os estudos que tentam analisar essa falta de coordenação de políticas macroeconômicas entre os países e isso afeta claramente o comércio. Basta ver o exemplo do Mercosul, que é exatamente o tópico aqui, a Alca também era meu objetivo àquela época. Naquela época, a Alca ainda poderia vir a vingar. Infelizmente, não vingou. Enfim, o Mercosul nessa época também estava em xeque, muito por questões de políticas macroeconômicas, consequências de políticas macroeconômicas brasileiras e argentinas, à época. Os senhores devem se lembrar das discussões dos problemas em relação à nossa desvalorização cambial no final dos anos 90 e da Argentina logo em seguida. Essas questões passavam a ser exatamente o ponto para mim de análise.

O que eu queria estudar aqui eram justamente esses impactos e tentar determinar um padrão de comércio entre esses países do Mercosul.

Basicamente, o que a gente fez foi estimar um modelo estatístico – não vou entrar nessa tecnicidade –, mas o que a gente tenta é explicar o fluxo comercial a partir de determinadas variáveis econômicas conhecidas da literatura. Dentre elas, eu coloquei duas que eram interessantes. A primeira é exatamente a volatilidade cambial e a segunda a importância de que essa volatilidade de terceiros países – que não sejam os dois parceiros que a gente esteja analisando – influenciassem também o comércio.

A metodologia, etc., não vem ao caso. Pegamos dados com bastante desagregação, tentamos, pelo menos.

Aqui, são os níveis de desagregação em determinados setores. Como falei, a importância de trabalhar no âmbito setorial e não no agregado.

Alguns setores que coloquei aqui. Basicamente, os resultados seriam esses.

Esses resultados mostram o seguinte: para esses seis setores – praticamente cinco setores e o total, considerando todos conjuntamente, essa tabela é somente das variáveis que foram importantes estatisticamente – a volatilidade cambial afeta realmente, mesmo no Brasil, negativamente sobre o comércio. E não para aí, na verdade, esse efeito é distinto entre diferentes setores. Os setores respondem a variações no câmbio de forma diferente, o que seria de se esperar, são setores diferentes com características diferentes.

O que chama a atenção também é que a volatilidade de um outro país parceiro do Mercosul, mas que você não está considerando na troca, também afeta os países que você está considerando. Então, por exemplo, Brasil e Argentina trocando mercadorias, produtos, a influência da volatilidade do câmbio uruguaia também afeta o comércio entre Brasil e Argentina. Isso foi também uma coisa bem interessante que a gente achou, foi negativo esse efeito. Enfim, é um estudo que continuei ao longo do tempo.

Então, as conclusões foram basicamente essas.

A instabilidade econômica e a falta de coordenação de políticas macroeconômicas reduzem o comércio. É aquela coisa da causalidade de que falei, devo tomar cuidado quando falo isso, porque essa influência é via volatilidade cambial. Esse é o ponto.

Segundo artigo: o perfil tecnológico e o dinamismo nas exportações brasileiras.

De novo, será que o setor serviços, aumentando a proporção em relação aos outros setores da economia, é um sinal de desindustrialização da economia? A indústria foi perdendo espaço ao longo das últimas décadas? Então, não é minha pretensão dar essa resposta formal aqui, mas é um estudo com dois alunos de doutorado, em que a gente praticamente tentou captar alguma coisa em relação a isso. E para alguns economistas brasileiros, esse é um dos maiores entraves para o nosso desenvolvimento atual.

Tudo bem. Há outras questões que temos no dia de hoje, inclusive de cunho político, mas do ponto de vista estrutural da economia brasileira, esse é um dos que o pessoal traz como maior problema. Então, esse foi o nosso objetivo de captar isso e olhar também outra coisa que quase ninguém olha: qualidade das exportações brasileiras.

O que a gente acabou fazendo basicamente, usando o que chamamos de matriz de competitividade, do Mandeng, em que você praticamente tem uma tabela como essa,

que é a tal da matriz, e você tenta, desagregando cada setor na economia, pegando as exportações, separar entre setores dinâmicos e não dinâmicos. Estamos chamando de dinâmico quando os setores que o Brasil está exportando crescem exatamente naqueles setores ou produtos em que a demanda mundial também cresce. Se a gente está exportando e crescendo a exportação de produtos em que a demanda mundial está em decréscimo, não estamos em um setor dinâmico. É essa a ideia dessa matriz, de uma forma bem simplificada.

Nós teríamos esses quatro setores sendo classificados. O setor da aviação talvez estivesse como ótimo. O setor agrícola talvez em oportunidades perdidas, e assim por diante. Você teria como classificar os diferentes setores. Essa foi uma tese de doutorado do Ricardo, que tem quase trezentas páginas, e cento e poucas páginas são somente de apêndices com desagregações em nível setorial e de produtos. Foi extremamente trabalhoso isso que ele fez.

Também fomos tentar captar essa história da qualidade. De que forma? Comparando comércio de produtos similares. Então, o Brasil compra carro e vende carro. Como se capta a qualidade desse comércio de carros? Para isso, você tem que olhar o comércio intraindustrial; não tem jeito.

Resultado da primeira parte. Aqui a gente praticamente classifica os quatro setores, de acordo com essa matriz que eu falei. Percebiam os senhores que desde os anos 80, de 1985 até 1995, e 2000 a 2004 também – eu tenho até uma última tabela que é até 2007 ou 2009, se não me engano – que o número de setores considerados ótimos, o que chamamos de eficiência keynesiana, praticamente diminuiu.

Oportunidades perdidas, a mesma coisa. De 70, em 1985, entre aspas “hoje”, em 2004, nós passamos a ter 28 setores, somente, classificados nessa categoria. Infelizmente, para alguns outros setores, que a gente chamou de ‘em declínio’ e ‘em retrocesso’, aumentou o número de setores exportando nessa categoria. Ou seja, a gente está não somente perdendo mercado, mas está aumentando a nossa participação em mercados que estão em decadência lá fora.

Esse é um resultado extremamente forte e importante para tentarmos desmembrar isso mais para frente. E a tese do Ricardo tenta fazer isso.

Esse é só um panorama geral para os senhores.

A outra situação é olhar a qualidade, como eu falei. O comércio praticamente tem essa possibilidade de separar entre comércio horizontal e vertical, do ponto de vista intraindustrial.

O horizontal não é tão importante quanto é o vertical, se você quer olhar qualidade. Então, o que a gente chama de comércio intraindustrial vertical é exatamente aquele

em que o comércio se dá via diferentes qualidades do produto. Então, quanto ao automóvel – dei o exemplo agora há pouco –, é bem esse o caso.

Vejam os senhores que, nessa tabela de 2005, o Brasil também tem certa perda em termos de... Primeiro, essa tabela está mostrando que o comércio intraindustrial vertical é maior que o comércio intraindustrial horizontal para essa gama de países, que são os principais parceiros nossos. No ano seguinte, mudam-se um pouco os parceiros, mas a dinâmica dos números é a mesma, praticamente a tendência é a mesma.

E aí o que a gente faz é separar agora dentro do vertical e fazer a classificação entre horizontal e vertical, que é o que falei. Basicamente você percebe o seguinte: a alta e a baixa, como estou chamando aqui, dizem respeito a comércio intraindustrial vertical de alta e baixa qualidade, o que está provavelmente associado à tecnologia.

Percebam os senhores que, na coluna de baixa qualidade, é maior o número do que o que você olha na coluna de alta qualidade. Isso realmente assusta. Tudo bem, estou pegando países desenvolvidos, na maior parte deles, mas, realmente, a qualidade das exportações brasileiras não é tão alta quanto a dos produtos que o Brasil importa. Essa é a comparação que se faz.

Essa tabela de 2006 é a mais recente nesse trabalho e exatamente mostra o que já estava sendo mostrado na anterior. Ou seja, isso também é preocupante.

Então, essas são as conclusões. O nosso perfil primário exportador continua sendo forte, e a nossa pauta exportadora está concentrada nesses produtos em que o dinamismo ou a eficiência keynesiana acabam não sendo verificados.

Quanto aos impactos regionais da liberalização comercial no Brasil, esse é aquele ponto do Roberto Campos de que falei. Existe alternativa de comercialização brasileira do ponto de vista mais liberal ou não? Esse é um caminho a ser seguido? O objetivo é exatamente este: tentar identificar algum tipo de política comercial que seja mais liberal, ver o impacto disso e aí, sim – o Werner sempre trouxe esta questão – olhar a questão da desigualdade e da pobreza. Então, nesse trabalho, tentei dar esse enfoque, usando uma Matriz de Contabilidade Social para fazer isso. Vou pular a parte técnica de modelagem que a gente fez.

Pensamos em três cenários. O cenário 1 é a eliminação total das tarifas de importação. O Governo brasileiro vai passar agora a zerar todas as tarifas de importação. Sou da opinião de que tem de ser progressivo isso, mas digamos que este é o cenário: zerou completamente. Então, esta é a minha – entre aspas – “inspiração”. À época, fui olhar um pouco mais o que o Roberto Campos trazia. Ele chamava aquela história do mercado racional dos anos 50, quando ele apoiou a política de substituição de importações, olhando para aquela história de não haver o empresário Schumpeteriano no mercado. Então, o Governo teria de passar a ter esse papel. Então, foi essa a ideia.

E, para contrapor isso, outra frase que ele usou foi a desta história do “Estado gigante brasileiro”, do gigantismo do Estado no Brasil. Roberto Campos, como vocês sabem, escreveu coisas e teve uma trajetória que alguns chamam de metamorfose do ponto de vista intelectual, mudando em termos de maneira de pensar. A terceira motivação é exatamente a de você remover essas barreiras, a ponto de ver o que acontece com o modelo, com os resultados para o Brasil.

O segundo cenário é eliminar algumas tarifas de alguns setores, então teria que identificar quais são esses setores, de modo a não ter problemas para a pobreza e para a desigualdade de renda, e o terceiro, aí sim, é a questão de se tentar achar um caminho para complementar o que não deu certo nos dois cenários anteriores, eu acho que essa é a parte mais interessante até e não vou ter tempo para explorá-la muito aqui.

No cenário 2, a justificativa é a seguinte: setores de germinação, isso já foi citado há muito tempo - o Campos e o Furtado também citaram, lá atrás, de você proteger alguns setores da economia brasileira então justificando a proteção naqueles setores - e a questão do debate do bicho-da-seda versus teia de aranha, que ele fez, se não me engano, na escola das Forças Armadas, nos anos 53 ou 52, em que ele chama atenção para isso em relação ao próprio militarismo à época, ou à iminência de.

Bom, para Campos, existia esse ciclo vicioso para a economia, o Estado não conseguia sair do subdesenvolvimentismo para o qual o Furtado também chamava a atenção. Então, a ideia era tentar quebrar esse ciclo vicioso e criar um ciclo virtuoso.

Essa é a justificativa para manter as proteções e tudo mais, mas a gente vê que, em obras posteriores do Campos, ele revê isso.

Resultados do trabalho: seriam estes três cenários aqui. Percebam que as barras para baixo significam perda de bem-estar da população. Algumas categorias e classes de renda das famílias brasileiras perdem alguma coisa, e fica muito claro que, no primeiro cenário - em que você faz praticamente a redução homogênea, uniforme das barreiras tarifárias - alguém perde com isso no País. Claro, isso aqui é uma análise de curto a médio prazo, que eu estou fazendo.

O pobre em áreas urbanas perde com isso, e esse pobre em áreas urbanas é exatamente aquele cara que é empregado nos setores protegidos. Então, não há nada de anormal nisso; é de se esperar que isso acontecesse no curto prazo.

A alternativa é tentar achar o cenário 2. Vamos tentar ver se talvez, combinando alguns setores, isso melhora ou piora. Percebam que piora. Você resolve o problema, talvez, do pobre urbano, mas você piora do pobre e da família rural de média renda também. Ou seja, você resolve um problema e cria outro, e assim por diante.

Finalmente no cenário 3, foi a solução que a gente achou aqui, que é muito polêmica, eu sei – eu apresentei um seminário sobre isso nos Estados Unidos e fui bastante

pressionado, porque é quase uma política Robin Hood. A política seria a seguinte: você taxar – eu coloquei só 20% de aumento na alíquota de Imposto de Renda das pessoas, provavelmente de quem paga, que não são exatamente os pobres, e você continua fazendo a liberalização comercial total. Você tem ganhos em todas as categorias, com exceção, lógico, de quem está pagando mais imposto, que vão ser os mais ricos.

Então, esse é o resultado final. Ou seja, quem disse que não daria para fazer liberalização comercial sem prejudicar pobre – é esse o ponto – e aumentar a desigualdade de renda.

Então aqui há algumas tabelas, não vou entrar nos detalhes, mas vejam que as informações mostram que, no geral, a política comercial, sendo mais liberalizadora, realmente traz ganhos de bem-estar, mas, quando você olha o pobre ou as categorias de classe de renda diferentes, as famílias com classe de renda diferente, você tem que tomar cuidado porque, num curto prazo, tem gente que vai perder com isso. Essa é exatamente a mensagem desse artigo.

Há outras coisas aqui... Em nível regional, inclusive, porque as desigualdades são diferentes em níveis regionais, e a gente faz essa análise em nível regional também. Basicamente, eu acabei de falar exatamente o que está aqui nesta lâmina.

Finalmente, a gente tinha essa última parte, que é a da China, e eu prometi que ia falar sobre a China.

Existe um temor com relação à influência chinesa nas exportações, principalmente no caso dos países em desenvolvimento. No caso do Mercosul, é o caso que eu estou tentando analisar aqui, mas há gente que já fez isso para os Estados Unidos, por exemplo. Então, o Brasil, comparativamente com a China, competindo com o mercado americano.

A nossa contribuição aqui é a seguinte: vamos olhar para o Mercosul. Em anos recentes, se a China tem entrado realmente, como todo mundo tem o temor, no mercado do Mercosul e se o Brasil está perdendo mercado para os chineses, mesmo dentro do Mercosul, dentro de casa. Essa é basicamente a mensagem que eu tento analisar aqui.

Pegando o período de 1995 a 2009. Para os Estados Unidos, o Brasil já está perdendo mercado americano para alguns produtos ou categorias de setores para os chineses. Os chineses estão entrando principalmente no mercado de calçados e de mobiliário de madeira, em que tínhamos certa vantagem na penetração de exportação lá.

Esse gráfico mostra exatamente o que acontece no Mercosul. Olhando para o Mercosul, vocês percebiam que as exportações brasileiras têm aumentado, via boom de commodities, do início dos anos 2000, mas a China também tem entrado bastante.

Vejam que as exportações chinesas também acompanharam a mesma trajetória de crescimento no Mercosul, assim como o Brasil. Então, a ideia era tentar fazer uma análise desse mercado. Será que realmente nós estamos competindo pelos mesmos produtos?

Esses são os setores em que estamos praticamente perdendo para os chineses, pelo menos em termos numéricos. Eu falo da questão da qualidade logo em seguida. Então, é preocupante, sim, o que vem acontecendo recentemente, mas ainda não é o fim do mundo. Vocês vão entender já, já.

Aqui, são números de produtos. Historicamente olhando Brasil e China em relação às exportações para o Mercosul, percebiam que o número de produtos que o Brasil exporta para o Mercosul não tem aumentado; muito pelo contrário, tem se mantido em três mil e poucos produtos. Ali eu estou pegando classificação dois e três, se não me engano, da SITC do comércio. Agora, a China aumentou bastante, quantitativamente. E o número de produtos em comum também tem aumentado. Ou seja, eles estão começando a exportar o que nós exportamos para o Mercosul.

Essa tabela mostra exatamente um pouco disso, com um índice que mede a similaridade das exportações. Esse índice de similaridade está aumentando cada vez mais. Então, isso também é preocupante.

E aí, finalmente, entramos na discussão da qualidade, que é o que nos dá algum alívio. A tabela que apresento aos senhores mostra que as exportações chinesas não são tão boas quanto as nossas, ainda. Eu digo ainda porque nunca se sabe.

Os números dessa similaridade mostram que, na verdade, o que chamamos de superior ali é, de novo, o comércio intraindustrial vertical superior e inferior. No nosso, o número do superior é maior do que o do inferior. Isso significa que as nossas exportações ainda são melhores do que as exportações de produtos chineses.

Quer dizer, temos o dilema de lidar com os chineses em relação ao que eles estão exportando, com a penetração desses produtos no Mercosul basicamente. São nossos vizinhos, e perdemos para a China a venda para os nossos vizinhos. Esse mercado é bastante preocupante, realmente.

Como não tenho mais tempo, vou partir para a conclusão da apresentação.

O que nós vimos aqui é que existem vários problemas que o Brasil tem e com os quais vem se deparando ao longo dos anos e tem que achar a saída desses problemas, tentar fugir desses problemas.

O que eu percebi ao longo da literatura que o Werner vem trazendo – vem porque aqueles dois artigos de que falei estariam para sair ainda –, é que realmente ele também teve essas preocupações e nas mais diferentes dimensões. Olhando para comércio

especificamente, para a economia internacional, se quiserem, China tem um papel importante, mas as outras dimensões também, incluindo pobreza, desigualdade e renda e várias outras coisas, desindustrialização, se está ocorrendo mesmo ou não, essa falta de coordenação de políticas macroeconômicas, etc.

Então, é isso que eu coloco aqui. Os principais problemas detectados ao longo dessa trajetória foram: falta de coordenação de políticas macro e micro – não adianta só olhar a macro; políticas liberais versus impactos negativos em curto prazo, e eu falei sobre tentar liberalizar a economia e não olhar o médio e longo prazo, olhar os pobres, por exemplo; reprimarização e desindustrialização, essa tendência de redução do nível de tecnologia na indústria brasileira e até o dinamismo nas exportações passa a ser um elemento importante que tem que ser atacado; e esse aumento das similaridades chinesas nas exportações, que é extremamente preocupante, mas que tem que ser mais analisado.

MUITO OBRIGADO.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

Obrigado, Prof. Maurício.

A nossa programação dos seis palestrantes vai seguir mais ou menos essa linha. Paulo Haddad e Cláudio de Moura Castro explicaram para os senhores - que não sabem, certamente - como foi modelada a nossa cabeça para a economia, para o ensino de economia e para a aplicação da economia no Brasil. Esses estudos têm explicação histórica e são um processo.

Portanto, nessa primeira parte, nós estamos falando mais de Werner Baer e sobre a formação dos economistas brasileiros. Vamos continuar e no fechamento desta sessão da manhã vamos então fazer um bate-bola sobre a economia brasileira, como está e aonde vai, segundo nossa perspectiva, dentro do ponto de vista de Werner Baer.

Passamos agora a palavra a nossa querida Dorothea.



DOROTHEA WERNECK:

Eu vou fazer aqui uma tentativa de pegar um elo dessa transformação que nós tivemos na formação de economistas brasileiros, introduzindo pessoas que optaram não pelo meio acadêmico e sim pelo Governo, de ser o tecnocrata, o burocrata, que também merece tanto respeito quanto o tecnocrata.

É muito interessante ver isso porque, talvez, colocando no histórico brilhante feito pelo Paulo, eu seja um subproduto dessa transformação. Eu entrei na faculdade em 1967, que foi o primeiro ano da outra mudança na graduação, foi a formação do ciclo básico. Era uma turma... Eu tenho a impressão de que nossos professores devem ter horror só de pensar na nossa turma.

Nós fizemos a opção por Economia no quinto semestre. E a característica da nossa turma era brigar com o professor, era ler as coisas antes do professor e fazer perguntas sobre aquele artigo que ele ainda não tinha lido. Era aquele prazer monumental. Não fazer essa opção no quinto semestre era por conta de toda uma onda dentro da faculdade, de dizerem que Economia era complicadíssimo, difícilimo, que era matemática pura – e era o auge do início da Econometria dentro dos cursos. Resultado da história: a nossa turma de Economia teve 21 alunos, quando a tradição era ter 120. E entre esses 21 alunos: Rogério Werneck, José Márcio Camargo, Roberto Martins, Daniel Ribeiro de Oliveira, Sandrinha, Gilda Santiago. Ou seja, da nossa turma, dos cerca de 21, se não me falha a memória, 15 ou 16 fizeram doutorado no exterior. Foi uma turma doida, completamente maluca. E eu entrei nesse roldão dessa confusão. Lembro que Rogério foi para Harvard, eu fui para Boston College, José Márcio foi para MIT, Daniel foi para London School, Roberto Martins foi para Vanderbilt, o Deiró não me lembro para onde foi. Aí você tem a lista completa. E era aquela coisa: fazer, ter aquele desafio do economista sem saber dessa história, porque nós pegamos esse bonde andando, sem saber que antes, em 1962, 1967, a coisa estava se transformando. Somos mais ou menos o subproduto disso.

É muito interessante ver a volta não só nossa, mas o resultado dessa formação em um nível mais avançado, o que, certamente, não foi intencional, mas resultou em que grande parte desses novos economistas, vamos dizer assim, voltaram para o meio acadêmico. Havia, sim, a política distribuída, o salário maior para não sair de Brasília. Por questões de história,

de momento, eu voltei, fui para o IPEA – minto: antes de ir ao exterior, fiz Fundação Getúlio Vargas, voltei, fui ao IPEA –, fui professora integral na UFRJ, inclusive com a reestruturação da coordenação da graduação, estive lá na criação do mestrado da UFRJ, meu nome está na criação do mestrado da PUC, então, talvez, eu seja o contraexemplo do sectarismo entre as instituições. Eu consegui passar na EPGE, na UFRJ, na PUC, eu me dava bem com a PUC de Campinas e obviamente tinha meu coração no Cedeplar. Então, eu sou meio bicho fora do padrão. E isso me deixa à vontade para destacar o que era a divisão entre ser acadêmico, muitas vezes, de São Paulo ou do Rio, e fazer opção pelo Governo.

Lá nos idos de 1980, na verdade, em 1979, eu tive um convite para vir a Brasília. Era meu último ano para fazer a tese de doutorado. Eu me perguntei: fico aqui no IPEA e termino minha tese ou vou para Brasília ser uma executiva do setor público? Aí as ponderações vieram. Pensei: estou começando a trabalhar. Isso vai me ajudar a ter doutorado para ir para o mercado? Não, não vai; já estou trabalhando no IPEA. Eu quero fazer carreira acadêmica?

Se eu quisesse fazer carreira acadêmica, obrigatoriamente eu tinha que ter doutorado. Como eu já tinha sido professora em tempo integral na UFRJ, pensei: “Não é esse o meu mundo.” Tive uma certa resistência, apesar de ter tido uma belíssima experiência ali na criação do mestrado e na remodelação de todo o curso de graduação de Introdução à Economia. Pensei: “Sabe o quê? Eu vou para Brasília.” E vim para Brasília, para o Ipea.

Primeiro fui direto lá para o CNRH. Havia um chefe maluco lá dentro – o Cláudio sabe disso – e, quando esse chefe maluco saiu, o Cláudio assumiu o Centro Nacional de Recursos Humanos e eu fui adjunta do Cláudio. Foi o meu professor de como trabalhar e ser chefe gerente. Era doido de jogar pedra! A reunião começava com o Cláudio sentado na ponta – já naquela época ele tinha a sua mania de carpintaria – e ele ficava fazendo uns totens. Quando terminava a reunião, era farelo de madeira para todos os lados. Ele ia trabalhar de motocicleta – e ainda vai. Mas não basta isso: a gente ia despachar com o então Ministro Delfim de moto, ele dirigindo e eu na garupa. Numa dessas curvas do caminho, caiu a papelada e a moto passou por cima. Então, nós fomos despachar com o Delfim com os papéis cheios de marcas de roda de motocicleta.

Eu estou destacando isso, porque isso me leva a uma coisa extremamente importante: além da base técnica, além da formação em Economia, você tem que absorver questões de gerência, de gestão, de executivo. Então, acho que foi esse lado que diferenciou muitas pessoas que não tinham paciência de lidar com o setor público. Carioca e paulista então... É complicado! Sair do Rio? Só se for por pouco tempo. Paulista, a mesma coisa: vem, fica uns tempos e depois volta. Então, o que nós temos muito aqui em Brasília? Cearense e mineiro, porque a gente tem esse idealismo, esta coisa: vem, fica, faz, transforma e opera.

E eu já vou me antecipando e trazendo a terceira característica de uma pessoa que faz opção pelo setor público: base técnica, capacidade executiva e habilidade política. E

essa habilidade política, o que é? Saber lidar com as pessoas. Não é política partidária, é saber ouvir, ouvir a maior estupidez do mundo, fazer uma cara simpática – “Eu vou pensar nisso” – e depois encaixotar. Essa habilidade de ouvir, de falar, de convencer e de passar para frente é uma coisa que nós temos que trazer somada a essa base econômica.

Nós estamos perguntando muito aqui o que fazer para o futuro. Pegando esse gancho, eu acho que a gente tem que ter essa habilidade de mudar.. Pelo menos pela minha experiência ocupando cargos no setor público, vejo que ainda há uma diferença muito grande entre a visão acadêmica e a visão tecnocrata. Quantas vezes eu procurava – e eu vou dar um exemplo concreto – procurava as instituições acadêmicas e dizia: “Gente, me ajuda! Tem um negócio que temos que formular, há uma decisão que temos que tomar.”

“De quanto tempo vocês precisam?” “Precisamos de um ano para fazer uma pesquisa.” Eu falei: “Cacilda, não é assim que funciona!” Quando você está tomando decisão, formulando políticas públicas, são semanas. E existe uma coisa muito simpática chamada *position paper*: bote num papel, em dez dias, tudo que você já pensou sobre esse assunto. Isso não faz parte da nossa tradição. É visto, muitas vezes – não vou generalizar 100% –, pelos acadêmicos, como uma coisa menor. “Imagine se vou fazer isso!”

Então, acho essa mudança essencial se a gente quer, de fato, que nossos economistas e acadêmicos formados nas melhores universidades, com as melhores pós-graduações, consigam contribuir para a formulação de políticas públicas. E há mais: que os economistas que vão participar de programas, de funções executivas do setor público não achem que sua ideia é melhor que todas e acabem com o que está atrás! Pelo amor de Deus! Isso, infelizmente, é a tradição. Você começa a fazer alguma coisa, até algumas vezes descobre que fez bobagem na hora que destruiu e faz de novo com nome diferente. Está bem, mas não precisa ser assim. A gente pode ter essa tradição de melhorar, de adicionar, de aprimorar, em vez dessa bobagem de acabar porque foi do anterior e agora vai para a frente.

Eu quero lembrar essa diversidade de desafios que economistas têm na tecnocracia. Eu tive a sorte de voltar para o Ipea. Aliás, foi muito interessante. O Tolosa, que foi um dos primeiros Ph.D., era o chefe do Ipea/Inpes no Rio de Janeiro. Tive a glória de ter como colegas de trabalho pessoas da maior capacidade, Pedro Malan, Regis Bonelli, Marcelo Abreu, José Eduardo de Carvalho Pereira. E nós éramos – estou falando de 1975 a 1980, ainda no governo militar – o único grupo crítico aceito dentro da estrutura governamental. Era muito curioso, porque a gente realmente tinha a liberdade de ser crítico, de falar. João Paulo dos Reis Velloso era nosso chefe maior no Ministério do Planejamento, e a gente era admitido, era a crítica consentida naquele período, infelizmente, de um governo ditatorial.

A partir daí comecei a vir para Brasília. E vim para Brasília – quero compartilhar isso –, primeiro, no Ipea. Foi engraçado: fui do Inpes no Rio, vim para o Ipea no CNRH, saí

do CNRH, fui para o Iplan, que era o Instituto de Planejamento, aí voltei para o CNRH, com o Cláudio, e comecei minha caminhada na Secretaria de Emprego e Salários no Ministério do Trabalho, e por aí vai. Daí, em todo intervalo entre uma função pública e outra, eu voltava para o Ipea. Nisso, fui para o Cendec, que era o centro de treinamento. Ou seja, passei pelo Ipea como um todo. E me dá certa tristeza ver que essa instituição passou por tanta confusão nos últimos anos: sai do Planejamento, vai para Assuntos Estratégicos, volta para cá, acaba o Iplan, acaba não sei quê, etc. Até não tenho muita condição de avaliar o que é o Ipea hoje, mas a lembrança que tenho do Ipea é de um negócio absolutamente extraordinário em termos de ambiente de trabalho, de contribuição e de formação do pensamento nas políticas públicas.

Depois disso, quem está disposto a vir a Brasília? Falo mais uma vez: eu tinha meu porto seguro, que era o Ipea. Saio daqui, da Secretaria de Emprego e Salários; volto ao Ipea; vou à Seplan; volto ao Ipea; volto a ser Ministra do Trabalho; volto ao Ipea. Na época, foi muito engraçado, voltei para o Ipea, e havia uma salinha no Cendec pequena, dois por um. O pessoal dizia: “Mas como você tem essa sala? Foi Ministra!” Eu falei: “Gente, tenho aqui a melhor coisa e a única coisa importante para mim: eu posso fazer o que eu quiser.” E foi aí que eu me meti na coisa da qualidade total, na gestão de qualidade total. Aí, eu voltei para a Secretaria Nacional de Economia. Voltei com toda a conversa diferente, e todo mundo lá dizia: “O que é isso?” “Gestão.” Voltei a me concentrar em outro lado da história importante, que é a gerência. Em 1992, houve aquela revolução no movimento brasileiro de qualidade e de produtividade. Em coisa de dois anos ou de um ano e meio, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que, na época, era nosso Senador... Fugiu-me o nome dele; daqui a pouco, eu lembro. Ele falava: “Ela é muito inteligente, apesar de ser mulher.” Ele é Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Coitado! Ele sofreu mais que eu. De quem você lembrou? Não, foi antes do Armando, foi nosso Senador. Daqui a pouco, eu lembro (trata-se de Albano Franco, 1980-85).



DOROTHEA WERNECK:

Não! Foi antes, estou falando de 1991. Vocês vão lembrar, ele era um pouco fanhoso. Ele ligou para mim e falou assim: “Ô Dorothea, que história é essa de qualidade de produtividade?” Eu expliquei o que era isso. Final da história: no final desse ano, a Confederação Nacional da Indústria já estava envolvida com premiações e com eventos para fazer essa promoção da qualidade.

Aí acabou, houve nessa época o *impeachment* de Collor. Eu estava em Detroit, negociando investimento automotivo para o Brasil. Fiquei sabendo disso lá. A turma

toda pediu demissão, e eu não pedi, porque eu estava lá. Quando cheguei aqui, estava aqui nosso mineiro (Paulo Haddad, então Ministro do Planejamento, Governo Itamar Franco) e o Krause, Ministro da Fazenda. Aí o Krause falou comigo: “Dorothea, quero que você seja Secretária Executiva da Fazenda.” Olha o leque! “Porque você lida bem com o trabalhador, com o sindicato, não sei o quê” Durou três meses. Eu falei para ele: “Eu só fico aqui até dezembro.” Ele falou: “Não vai embora, não, que eu quero ir embora também.” Aí, eu falei: “Eu fico até 31 de dezembro.” Eu fiquei, ele ficou mais um mês ou dois. Saí da Fazenda. E, depois disso, ainda voltei como Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo (Governo Fernando Henrique). Aí fui para o exterior, fui para a Cepal, fui para o Chile, fui para a Aladi, no Uruguai, e volto com a APEX, Agência de Promoção de Exportações, que também é diferente. São coisas sobre as quais temos de tomar a decisão na hora. A gente não aprende economia – não sei se felizmente ou infelizmente, porque muitas vezes depende da característica das pessoas –, como é que você opera a economia, como é que você faz para as coisas acontecerem.

Como é que se opera a economia? Então, entrei na Apex em 1999. Havia 15 projetos em execução, projetos setoriais. Esta é uma dúvida: como é que faço o setorial? Como você faz para agregar valor na exportação de produtos brasileiros para gente que nunca exportou? Primeiro assunto, primeira conclusão: leva-se de três a seis anos para uma empresa entrar no mercado externo. Em três anos, ela tem de se preparar – tem de se preparar a empresa e seus departamentos –, saber como funciona, preparar o produto, identificar como a coisa acontece e quais são seus potenciais compradores, identificar seus importadores, mandar amostra, para seu produto ser aceito, para aí ela entrar na rotina da exportação. Agora, o que significa preparar a empresa para exportar? Introdução do designer; introdução do que esse mercado aceita e do que não aceita. Você não pode exportar roupa amarela para a Tailândia. São coisas desse tipo.

Eu saí de lá no final de 2002. Na época, nós tínhamos 200 projetos em execução. Quem opera o projeto? O foco era a empresa média e pequena que nunca tinha exportado. Ou você conta com a parceria do setor privado, que são as associações de classe, ou você está na água. Como você vai trabalhar com dez mil empresas? É impossível! Se você quiser pegar empresa média e grande, ótimo! Coloque-a em missão. Eles sabem falar inglês, eles têm produto, têm experiência. Aí dá para fazer missão. Manda para a feira? O que a gente sabe na feira é o seguinte: um importador só respeita o exportador quando o vê pelo terceiro ano na mesma feira. Então, não basta ir para a feira. É um negócio em que você tem de ter muito mais acompanhamento e respeito.

Vou dar um exemplo concreto – é um dos orgulhos que trago aqui – das coisas que andamos fazendo de maluquice na vida. Eu lembro que, em 1999, em 2000, nós vimos que o Brasil tinha de ser exportador de carne, pela nossa grande pecuária. Nós éramos o décimo segundo exportador mundial. Entramos em contato com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Disseram: “Ah, não! Fazer

isso? De jeito nenhum!” Como funcionava? A Apex dava 50% do custo do programa de formação para exportar, e a organização teria de dar os outros 50%. Por sorte, estava lá o Ministro da Agricultura Pratini de Moraes. Eu falei: “Pratini, assim não dá! O Brasil não exporta carne!” Ele falou: “Dorothea, vamos fazer a quatro mãos?” Eu falei: “Vamos fazer a quatro mãos!” Ele colocou os técnicos do Ministério da Agricultura e dois ou três técnicos da Apex, e nós fizemos o projeto para a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, que passou a ser o seguinte: o Ministério da Agricultura dava um terço dos recursos, a Apex dava um terço dos recursos, e eles só dariam um terço dos recursos.

Qual era o projeto? O projeto era o seguinte: fazer um documento em inglês explicando como era criado o gado – havia aquela coisa bonita do gado brasileiro todo solto –; participar de uma feira internacional, que foi a Anuga; e trazer – esta foi a terceira ação que se fez – 20 importadores ao Brasil. Mas trouxe 20 importadores ao Brasil fora daquele primeiro nível das grandes importadoras, que já tinham seus clientes formados. E fizemos um negócio tipo nota 10. Chegaram os importadores, que foram esperados em São Paulo. Havia helicóptero para mostrar a visão de cima da grande manada, do gado brasileiro. Havia tradutor para cada língua, para cada idioma. Havia tudo ali, havia até indonésio. Fizeram isso.

A Anuga foi uma delícia. A brasileirada chegou lá. E tínhamos sempre vários projetos, havia essa quantidade de segmentos, havia a participação do setor de carnes na Anuga, para onde foi o pessoal de cachaça e o pessoal de limão. É claro que tinha de haver a caipirinha. Está certo? Aí os meninos, meus prezados produtores pecuaristas, chegaram à Anuga e não acharam nada melhor do que fazer um churrasco, é claro. Mas não havia coifa. Enfumçou o pavilhão inteiro da Anuga. E aí veio todo mundo e disse que aquilo era proibido, que aquilo não podia ser feito. Final da história: com a confusão que eles fizeram, todo mundo foi comer a carne brasileira. Isso ocorreu em 1999, se não me falha a memória. Em 2002, nós já éramos o segundo exportador mundial de carne. Mérito de quem? Dos pecuaristas. Mas foi uma mudança de cultura.

Então, tenho a alegria de sermos os primeiros hoje, mas não conseguimos fazer isso com o pessoal de frango. Com aquelas cabeças duras de frango não conseguimos fazer isso. Então, há lugar em que você consegue fazer isso, e há lugar em que você não consegue fazer isso. Os outros nós fizemos, e houve um salto monumental do setor de brinquedos, de joias. O pessoal de joias foi pela primeira vez para o exterior, para divulgar a joia brasileira e para participar de concurso internacional. A gente financiou a ida deles para Nova York, se não me falha a memória. Os meninos foram ver como é que era. Havia três categorias de prêmio: a joia mais comum, a joia mais sofisticada, a joia sei lá das quantas. Tiramos o primeiro e o segundo lugar nas três. Eles voltaram alucinados! E passamos a participar do mercado de exportação de joias internacional.

Meu recado aqui, pensando neste Brasil para frente, é: como a gente, de fato, pode começar a aproximar essa beleza de formação acadêmica dos nossos economistas à estupefahça formação em pós-graduação, e ajudar quem fez a opção pela ocupação de cargos públicos? Não adianta haver pé de página. Há ansiedade quando você faz a opção pelo setor público, e todo mundo tem uma visão um pouco atravessada. Mas é o maior desafio, porque você é contratado, você é nomeado e pode ir embora no dia seguinte, vide o início do Governo Temer. Quando há uma porcaria, uma coisa ruim, você fala em latim, para poder ficar chique, mas você pode ser demitido *ad nutum*. Você sabe o dia em que você entra, você tem a perspectiva de ficar lá, no máximo, por quatro anos, se você entrou no início do Governo, mas você pode ser demitido no dia seguinte. Então, a velocidade de trabalho e de tomada de decisão para colocar as coisas na rua é muito mais alta do que, por exemplo, no setor privado.

E a meninada da burocracia, os funcionários públicos precisam ser motivados. Quando eles são motivados, eles trabalham no sábado e no domingo, o dia inteiro, sem ganhar hora extra. São movidos por ideal, não são movidos pelo bolso e, muito menos, pelo lucro. São movidos por ideal. Esse compartilhamento do ideal eu acho que foi uma coisa muito bonita da nossa geração, da geração de 1960, em que éramos sim, todos nós, movidos por ideal: o ideal de fazer coisas, o ideal de mudar este País, o ideal de buscar saídas, o ideal, o ideal, o ideal, o ideal... Levamos muita porrada? Levamos. Mas acho que isso colocou, na prática, aquilo que a gente conseguiu, através de todo esse idealismo liderado pelo Werner, pelo Paulo Haddad, pelas Anpecs, para fazer com que a gente pudesse compartilhar isso.

Hoje, acho que perdemos muito esse respeito interideias, é algo que é um desafio para nós. Há a mania de catalogar. Desculpe-me a franqueza. Respeito quem pensa diferente de mim. Há o pensamento de “nós contra eles”, porque é uma batalha aceitar todo mundo na mesma reunião.

Há outra coisa que mudou. Dou meu depoimento de 27 anos de serviço público: nunca perguntei de que partido as pessoas eram. E hoje virou carteirinha, virou sobrenome. O sobrenome que a gente tinha quando a gente fez opção por Brasília... Até a gente brinca muito com isso. O Lício sabe bem disso. Chamava-se assim: Dorothea, do Ipea; Lício, da Agricultura. O nosso sobrenome era a instituição à qual estávamos vinculados, não era o partido. E isso não criava barreira.

Até tenho uma experiência que foi muito bonita. Eu estava no Ministério do Trabalho, resolveram fazer greve, chamei a turma da greve e falei: “Vocês têm todo o direito de fazer greve. Agora, aviso a quem fizer greve que vou cortar o ponto. Por que vou pagar a pessoa que está de greve? Então, vocês pensem. Quem quiser fazer greve faça.” Uma pessoa fez greve e subiu no meu conceito tremendamente, é claro. Tenho admiração! Ela falou: “Dorothea, pensei muito, pode cortar meu ponto, eu

realmente acredito nisso e vou fazer greve.” Falei: “Joia! Joia!” Realmente, é uma pessoa pela qual tenho admiração até hoje.

Acho que esses desafios que temos e que fogem da economia, que fogem da formação técnica, deixam-nos um pouco nesta discussão: há Master of Arts, há Master of Science, e há a briga se é arte ou se é ciência. Eu optei pela arte, mas muita gente gosta da ciência. Joia! Temos de lidar bem com isso.

Então, temos de trazer para dentro dessa discussão quais seriam as outras habilidades se você fosse se transformar em um gestor público. Como é gerenciar? Como é buscar eficiência, ainda mais no momento em que estamos vivendo? Está cada vez mais claro, pelo menos para mim, que não estamos mais em uma discussão entre direita e esquerda, entre Estado grande e Estado pequeno. É o Estado eficiente. Como é que vamos transformar o Estado, seja ele federal, estadual ou municipal, em provedor eficiente de serviços públicos?

Isso, no meu entendimento, não pode estar fora nem de quem faz a opção de ir para funções públicas nem do rol de cursos e pesquisas dentro dos centros acadêmicos, das universidades. Como é que faço isso? É um desafio, é um desafio.

Quero terminar com a última observação rápida, que tem a ver com a formação de economia, outra divisão que há entre nós: a contraposição do macro e do micro. É chique ser um economista macro. Parece que é mais valorizado entre os nossos acadêmicos e alunos. Ser macro é mais importante. Gente, o micro é o desafio. Não estou querendo com isso diminuir o macro. O que estou dizendo é que não dá para separar. Parece que fazer política setorial é sacanagem, é cometer erros.

Eu passei também por outra experiência, que foi a de fazer as famosas câmaras setoriais. De fato, na hora em que surgiu a ideia de trabalhar com os setores, isso era feito para a saída do congelamento no governo Collor. Então, como é que se faz isso? Nós inventamos lá umas categorias: preço congelado, preço controlado, liberdade vigiada e livre. Pegamos todos aqueles setores da economia congelados e começamos a colocar nas caixinhas. É claro que para a caixinha do preço liberado foi a grande maioria. Imaginem haver preço congelado de camisa, de roupa, de brinquedo! *Nonsense!* Você não tem controle. Então, eu falei: “É uma portaria só: libera tudo!” Vamos pegar a etapa seguinte, que era a liberdade vigiada. Eram setores um pouco complicados. Você tinha de ver como é que eles estavam, se dávamos liberdade. Mas havia um acompanhamento mensal do que eles estavam fazendo. Depois, havia o preço controlado. O último que ficou foi o do remédio de tarja preta.

Nós fizemos isso de maio a novembro. Foram seis meses para a saída do congelamento. Qual foi a regra do jogo? Foi a seguinte: “ni” que – como se diz em Ponte Nova – saiu do congelamento, imediatamente a agenda do setor passava a ser competitividade, e

era proibido falar de preço. Aí eram: comércio exterior, investimento, novas tecnologias, exportação, relação capital/trabalho. E, ao mesmo tempo, 35 setores foram negociados. Alguns tiveram mais divulgação, porque houve acordos setoriais, o que não era o objetivo, mas aconteceu: o acordo automotivo, o acordo no setor de brinquedos, o acordo no setor de cosméticos, o acordo no setor de bens de capital e o acordo no setor de informática. O resto não precisava de acordo. Na medida em que se ia fazendo, a coisa ia acontecendo.

Ali havia o saber lidar com essa parceria com o setor privado. Nem as nossas universidades conseguiram chegar, com várias e honrosas exceções, a trabalhar com o setor privado. Eles é que executam. Ponto. Eu posso pensar a coisa mais genial, posso ganhar o Prêmio Nobel de Economia, mas, se não estou fazendo coisas que eles vão executar, coisas de que eles precisam – eles vão me dizer “quero isso ou aquilo, a minha dúvida é essa, o meu problema é esse” –, como é que vou atuar nisso? É um trabalho acadêmico. Ponto.

Então, nessa experiência de trabalhar com o setor privado, de lidar com eles, nós tínhamos 29 ações, separadas, bonitinhas: o que é responsabilidade do setor público, o que é responsabilidade das empresas e o que é responsabilidade dos trabalhadores. E havia acompanhamento.

Então, termino: vamos tentar nos próximos cursos, nos próximos trabalhos acadêmicos, valorizar – digo isto para quem gosta; isto não é obrigatório – aquilo que podemos ter de contribuição para a gestão no setor público, para a formulação de política no setor público, para que, realmente, coisas que sonhamos possam se transformar em realidade. Que, na execução, no Poder Executivo, a gente possa ter um mínimo a mais de segurança, sabendo que há gente que fez a opção pelo mundo acadêmico, com tempo e com paciência para poder pensar e desenhar e responder às questões de política pública.

OBRIGADA.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

Acho que vocês estão tendo a oportunidade única de saber o que há na cabeça de economistas, como fomos formados, como fomos moldados, chegando a extremos dos grandes acadêmicos – já vimos alguns, vamos ver outros – e de grandes aplicadores da economia, como foi a nossa amiga Dorothea Werneck.

Agora, vou passar a palavra para o nosso outro amigo Roberto Macedo.

Roberto Macedo é mineiro de Sete Lagoas, começou na UFMG. Então, aqui nós somos todos da UFMG, com exceção do paranaense. Desculpe-me, não foi nada intencional nem deliberado, foi o Senador que escolheu. O Roberto, portanto, é meio UFMG, mas é mineirão também.



ROBERTO MACEDO:

Falo da questão de gestão, de que a Dorothea tratou. Fico muito feliz porque, na segunda-feira passada, a Faculdade de Economia da USP inaugurou um ciclo de debates sobre os problemas do Brasil, em particular de economia, um ciclo que foi aberto pelo Pedro Parente, que deu uma aula sobre gestão. E foi muito útil. Eu acho que o Pedro e vocês são exemplos de grandes gestores do setor público. Aprendi muito com vocês.

Eu vim aqui para o evento e confesso que uma das grandes razões que me motivaram foi a oportunidade de reencontrar amigos que eu não via há muito tempo, inclusive gente que veio de São Paulo. São Paulo é muito grande, e lá há aquele problema da imobilidade urbana. Então, é complicado. Estou esperando terminar uma estação do metrô para me reintegrar à USP, porque não dá para chegar lá.

Agora, num evento como este, é natural que a gente traga algumas reminiscências, porque dá muita saudade do tempo em que a gente se conheceu e entrou nesse programa. Então, vou falar nisso. É meu mote aqui, porque sigo um filósofo espanhol que fala que você é você e a circunstância. Você luta e se esforça, mas a nossa geração foi objeto de um período, de uma circunstância muito favorável do ponto de vista educacional.

Eu me lembro de que, uma vez, quando diretor da faculdade, no final dos anos 80, apareceram uns alunos do Centro Acadêmico se queixando, falando que o mercado de trabalho estava ruim, exceto para o pessoal da USP. Mas ele não estava nada bom, não! Aí expliquei para eles que eu tinha entrado no mercado de trabalho nos anos 70. O Brasil, no final dos anos 60 e dos anos 70, chegou a crescer como a China. Então, os empregos corriam atrás de você. O pessoal estava se queixando, e eu expliquei para eles que agora a situação era diferente, que era a década perdida. Aí o presidente do Centro Acadêmico falou: "Professor, quer dizer

que nascemos na época errada, não é?” Eu disse: “É um pouco isso, mas vai melhorar, você tem de acreditar nisso. Vocês ainda estão na escola. Acho que a perspectiva futura é boa.”

Depois de falar um pouco sobre reminiscência, vou falar sobre o extrato da profissão hoje e sobre o efeito dessa formação de pós-graduados. Acabei concluindo, no final do ano passado – fiz um resumo recentemente –, um artigo sobre o economista no mercado de trabalho. Peguei os dados do Censo 2010 e fui a fundo nisso. Depois, passo a fazer uma transição para este tema que foi listado aqui pela organização do seminário: as fragilidades do pensamento econômico brasileiro e a identificação de problemas da nossa realidade econômica. Aí vou focar na necessidade de aumentar a taxa de poupança tanto de famílias como do setor público. Ninguém fala nisso, inclusive por questões ligadas a uma visão, a meu ver, equivocada do pensamento econômico sobre o assunto.

Começando pelas reminiscências, sou da segunda geração dessa turma que começou a ser beneficiada por esse programa de estudo no exterior. E olhem que é um programa de alto custo. Já saiu daqui o Michael Eddy, da Usaid, que era o nome dessa agência internacional. Há 15 ou 20 anos, eu não ouvia falar em Usaid. Uma vez, passei pela escola, e um aluno disse: “Professor, quero ir para o exterior, mas o negócio de bolsa está difícil.” Eu falei: “E a Usaid?” “Não, ela fez um *upgrade* no Brasil, não dá mais bolsa.” Ele se referia à área de Economia. Fiquei contente de saber que a Usaid está ativa aqui no Brasil ainda. Por um programa desses de doutorado hoje, dependendo da universidade, costumam cobrar no mínimo dois anos ou três de taxa, e minha estimativa é a de que hoje chega a algo em torno de R\$1 milhão. Então, não é uma circunstância muito favorável você ser beneficiado. É um prêmio de loteria. Eu não tenho queixa, não.

Outro prêmio de loteria meu, e isso explica a minha saída de Minas... O meu sonho de mineiro era muito modesto. O pessoal de Minas tem fama de esperto, mas há gente que diz que, como o Estado é cercado de montanhas, o pessoal não enxerga muito longe. Então, meu sonho era ser simplesmente funcionário do Banco do Brasil – meu pai era bancário de banco particular – e casar com uma professora. E eu lá fui. Passei no concurso do banco e não tinha a menor noção. Eu tinha terminado um curso técnico de Contabilidade.

Eu já tinha entrado na faculdade de Economia na UFMG. Fui ao Rio e consegui, por aqueles contatos mineiros, falar com o chefe de pessoal do banco. Ele me levou à janela daquele prédio antigo da Rua 25 de Março, apontou para o Ministério da Educação e disse: “Você vai lá e me traz uma lista de cidades em que haja faculdade de Economia”. Era o que eu queria. Mas, se ele tivesse me mandado para João Pessoa, para Curitiba ou para Florianópolis, eu estaria feliz. Eu fui lá e, por incrível que pareça, fui atendido – naquela época, havia uns contínuos no balcão do Ministério da Educação – e falei: “Eu quero essa lista.” Ele enfiou a mão ali e disse: “Está aqui.” A sinopse estatística do ensino superior, que hoje sai em planilha Excel, era um livreto, porque havia pouco ensino superior, e lá havia as cidades com faculdade de Economia. Se você fosse lá hoje, o porteiro não lhe

daria isso, nem saberia do que você estava falando. Levei a lista, e ele disse: “Vou ver o que posso fazer.” Uma semana depois, recebo um telegrama inesquecível: “Apresente-se em São Paulo, à Avenida São João, 32.” Lá fui eu. Eu tinha 19 anos.

A Faculdade da Economia da USP não me impressionou bem. Era um prédio velho na Vila Nova. A gente tinha saído de um daqueles prédios feitos por JK em Minas Gerais, com instalações muito boas. Mas aquilo cresceu muito com o boom na economia, que beneficiou muito São Paulo, e também por que o Estado de São Paulo resolveu investir muito na USP. O boom foi muito puxado pelo Delfim; reconheço o mérito dele. No ano em que me formei, a faculdade triplicou o número de vagas: eram 150 e passaram para 450. Então, quase todos os alunos tiveram a oportunidade de ser professor. Uns foram testados e destruídos por alunos como você e desistiram da carreira. Cristovam deve saber que alguns desistiram. Depois, a turma que saiu com o Delfim não conseguiu fazer nem o mestrado, não pôde renovar contrato, era um contrato provisório. Então, foi um período em que, de repente, você virava aluno e ia dar aula para alguns colegas seus. Alguns não estavam torcendo muito pelo seu sucesso. E não havia nenhum treinamento em didática, era algo complicado. Eu me lembro de que o Pastore deu bomba em um cara que tinha dado trote nele. Falo do Affonso Pastore. Ele tinha dado um trote. O Pastore passou na frente do cara e deu bomba nele. Havia um sujeito, quando criamos a jubilação, que lá estava havia 20 anos – não sei se você o conhece: Davi Marzuma. Ele ficou preso em Econometria, não conseguia passar, e era a disciplina do Pastore. O Pastore mandou ele pôr a mão em cima do livro do Johnston, que era o livro texto da época: “Você jura que nunca vai aplicar isto?” E passou o cara. (*Risos.*)

Mas, nesse período, era a geração anterior a era do Bacha, do Alkimar Moura. Ele não era professor lá, mas essa primeira geração foi do Flávio Versiani também, dos mais antigos. Depois, chegou a nossa vez, e o Werner Baer tinha chegado lá. A gente sabia que a maioria estava indo para Vanderbilt, mas alguns queriam tentar outros lugares. A própria coordenação da graduação lá – deve-se fazer justiça a uma pessoa, ao Miguel Colasuonno, que investia – dizia: vamos abrir Chicago, vamos abrir Harvard, vamos abrir Yale. E foi por aí. No caso de Harvard, que conheço mais, ele trouxe um professor, o Arthur Smith, para conhecer a pós-graduação. Não sei o que ficou acertado entre eles, mas ele falou: “Apliquem para Harvard.” Vários aplicaram.

Werner Baer me ajudou muito, porque me deu algumas pistas. Ele falou: “Você tem de ter uma recomendação de um professor de Harvard, isso vai ajudar muito.” Lá eles olham muito o ranking, sua posição, não é só sua nota, quando você tira dez, mas qual é sua posição entre os formados, eles querem saber se você está entre os 5%; isso é típico das cartas de indicação. Aproximei-me do Werner, achei que ele ia me oferecer uma carta de recomendação, mas, como ele não a ofereceu, eu, mineiro, não a pedi. Mas ele deu a dica: “Você tem de pegar um professor de Harvard.” Eu estava fazendo um curso do Douglas Grahman, que era um ex-aluno de Harvard, professor em Vanderbilt, que me deu a carta. O Pastore me deu outra, não sei quem mais deu outra

carta. Eu não sabia muito bem, eu pensei em ir para Chicago, para Harvard e para Yale. Fui aceito nas três. Escolhi Harvard, porque, quando chegou a carta de aceitação de lá, o Miguel ficou tão entusiasmado que falou: “Eu posso responder por você?” Ele queria mandar um telegrama. Então, era um investimento. Mas eu me lembro de terem chegado vários professores estrangeiros. Circulava muito por lá o Arnold Harberger, que era muito amigo da turma, no caso, de Chicago. Chegaram outros lá, e foram feitos, então, esses investimentos.

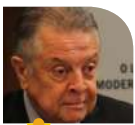
Agora, quanto ao Werner, vamos reconhecer que havia certo atrito ali, porque o pessoal do Delfim, que mandava na parte de pesquisa e que dava nome à faculdade, tinha se voltado para a linha nova. Eu acho que a tese do Pastore é uma das primeiras do País que pega modelos, pega dados e faz teste de hipótese. E o pessoal brigava com a Cepal. A tese do Pastore é a resposta da produção agrícola ao estímulo de preço. Ele mostrava que a produção era eficiente, que ela respondia ao estímulo de preço. Ele já defendia que a agricultura não era um setor retrógrado nem nada. Eu me lembro de um debate histórico entre a turma do Delfim: a Conceição, o Castro e o Lessa. O Werner ficava meio à margem dessas coisas, porque ele não podia dar o curso de graduação, ele era estrangeiro, e havia as regras da USP. E, na pós, a nossa turma – eu tinha colegas como o Sayad, o Maurício Barata e outros –, a gente estava querendo usar o curso como era definido, para ter um treinamento para ir para fora. Isso foi muito útil.

No caso da tese do Pastore, eu era o estagiário que fazia cálculo de regressões em máquinas de calcular elétricas, eletromecânicas. Depois foi que chegou o primeiro computador, que, mais tarde, como diretor, doei para o museu da companhia de processamento de dados da cidade. Era um IBM 1130, que tinha capacidade de um desses *laptops* vagabundos. E era...



DOROTHEA WERNECK:

Deixa eu contar uma bobagem: meu apelido na faculdade era Doró Facit, porque eu fazia conta de cabeça mais rapidamente do que aquela máquina Facit fazia.



ROBERTO MACEDO:

Nós tínhamos lá um laboratório de contabilidade onde havia essas Facit. Outro dia eu comprei uma, que está lá na minha biblioteca. Mas levava uma manhã para fazer uma regressão de três por três.

Eu lembro que fiz o curso de Econometria de Harvard com o pé nas costas. Tirei A usando coisas que eu tinha aprendido com o Pastore. Quer dizer, fui bem treinado.

Então, era um período muito bom. Mas não estive muito perto do Werner, como outras pessoas, mas já se percebia que ele era uma pessoa engajada. Acho que ele tinha papel grande na definição de quem levava as bolsas. Eu acho que, mais na frente, ele me ajudou a ter mais uma bolsa adicional da Fundação Ford. Isso se deu há muito tempo.

Agora, nestas reminiscências também, lembro que se criou uma *network*. Agora se fala dessas redes sociais, mas havia um conjunto de economia.

Eu estava nos Estados Unidos e vi que muita gente estava indo para Vanderbilt. Uma vez, marcaram uma convenção da American Economic Association em New Orleans, onde, realmente, havia outros atrativos. Eu me lembro de que, na rua principal, havia um nightclub do qual saiu uma mulher pelada, numa gangorra, pela janela, coberta só por fitinhas. (Risos.)

Eu desci em Nashville (Vanderbilt) para encontrar com Juan Moldau, um colega da USP. Ele era fanático por carro velho, ele tinha um Chevrolet 52. Nós saímos do Tennessee para New Orleans de carro, passamos por toda aquela região. Havia um monte de mansões do tempo de “E o Vento Levou” aquelas casas abandonadas. Fiquei até chocado. Várias delas estavam cercadas e tinham uma placa assim: “*Trespassers will be shot.*” Quer dizer, quem entrar leva tiro. Isso é bem típico da cultura americana.

Lamentavelmente, Moldau morreu. Acho que cabe aqui também uma referência a pessoas como Ramonaval, também falecido. Soube recentemente que o Maurício Barata se foi há pouco. São perdas muito grandes.

Passando ao status da profissão, no Censo encontramos 232 mil pessoas que se declararam com maior nível de ensino, com curso superior de graduação e economistas. Alguns declararam que tinham mestrado, foram contados 18.341. E havia 5.410 doutores. Esses números têm sua margem de erro. Você pergunta, e há muita gente que se acha doutor, ainda mais no Brasil. Acho que sempre há um viés. É interessante que, depois que se analisam os dados, tudo faz sentido. Poucos são ligados a entidades de classe: dos graduados, só 19%. Há uma dispersão ocupacional muito grande. Inventei um índice de dispersão ocupacional com o qual se analisam quantas ocupações tomam 70% dos profissionais da área. Comparei 30%. Sei que dentista – é só uma ocupação como dentista, como odontólogo – toma 70%. Todos os dentistas que conheço só trabalham nisso; é um negócio bem específico. A gente estudava lá, e a Faculdade de Odontologia ficava perto da nossa. A gente brincava que os contadores eram os dentistas, porque pegam detalhe e ficam ali fazendo coisas. O economista precisa de 30 ocupações, é uma das mais dispersas. Há o sujeito que é professor. Economistas mesmo, só 11% se declaram economistas. Aí há o sujeito que trabalha no setor financeiro, que é comerciante, que é profissional liberal. Há

lá uma lista. Nesses dias, fiz até a pizza dos economistas. Então, dispersa muito. Só perdem dos engenheiros, que são muito “papa-vagas”, eles têm uma capacidade muito grande de se adaptar a novas ocupações. O engenheiro elétrico estava com 35 ocupações para chegar a 70% dos profissionais.

Agora, lamentavelmente, há um envelhecimento da profissão na graduação e – esta é uma boa notícia – um rejuvenescimento da profissão pelo efeito de pessoas mais novas que passaram a fazer mestrado e doutorado. A distribuição etária dos mestres e doutores ainda é concentrada nos mais jovens. E, dos estudantes que se formaram e só fizeram graduação, as primeiras duas faixas são menores do que a terceira faixa. Então, a profissão está em decadência em nível de graduação e está muito pujante em nível de pós-graduação.

Aí há umas coisas interessantes que batem, e os dados fazem sentido, porque a gente sabe que muita escola fechou o curso, que há escolas fechando. Depois, vou dizer a que se atribui isso.

Ao ver os salários, o mestrado é o que dá o maior acréscimo de salário relativamente ao nível de graduação. Depois, vem o doutorado, e aí o acréscimo é menor. A meu ver, isso está ligado também à questão ocupacional. É interessante que, entre os economistas graduados, a dispersão é maior. Ela cai entre os mestres. E a menor dispersão está entre os doutores, porque muitos vão para o setor acadêmico. Eles só têm 12 ocupações ou algo assim. E, no meio acadêmico, os salários são mais homogêneos. O Índice de Gini entre os doutores é o menor.

Por que está em decadência o curso? Eu conheço muita gente de RH. Eles – economistas – competem desfavoravelmente com o pessoal que faz Administração e Contabilidade e com os engenheiros, que são “papa-vagas”, porque sabem tudo e aprendem muito rápido. Os engenheiros têm uma capacidade de aprender muito grande.

Eu defendo o ciclo básico na universidade como um todo. Pelo menos nas faculdades que têm curso de Economia, de Administração e de Contabilidade, eu acho que deveria haver o ciclo básico antigo. Acabaram com isso. Tinha de fazer mais contabilidade, finanças, *marketing*, coisas do tipo, para se competir melhor no mercado de trabalho. Isso não está acontecendo. Enquanto isso não vem para a universidade como um todo, deveriam fazer isso só nessas faculdades que têm os três cursos.

Acho que deveria haver dois tipos de profissionais. Um deles é o economista de empresas. A maioria esmagadora vai para o setor privado, não vai ser economista acadêmico nem fazer pesquisa, nem nada. E poderia dividir o termo economia de empresas, mas com uma dose de macro, para saber a importância do que há ao redor. E há o economista de políticas públicas, ligado mais ao macro e mais voltado para finanças públicas.

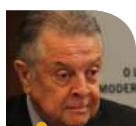
Algo muito estranho que existe entre os profissionais de Economia é que há muitos mestres e doutores que não fizeram graduação em Economia. As entidades de classe

não permitem que eles sejam registrados. Desculpe-me! Pode gravar, mas é uma estupidez isso. Por que não se pode registrá-los? Acho que isso fortaleceria a profissão. O Sr. Joaquim Levy é engenheiro naval. Quantos há entre nós? Acho que o Pedro Malan é engenheiro de origem também.



DOROTHEA WERNECK:

– Pedro Malan é engenheiro.



ROBERTO MACEDO:

– Por que não deixam? Dizem que é concorrência desleal. Eu acho uma idiotice isso aí. Aumentaria o nível. Mas, não. Segue isso aí.

Então, este é o estado da profissão: decadência da graduação, a meu ver por dificuldade de concorrência com outros profissionais, e a questão do currículo inadequado, por não envolver certas disciplinas.

Há lugar que faz um curso bem ideologizado. Eu já fui revisor de bolsas do CNPq, e muitas pessoas iam para a França estudar modo de produção. Depois, naturalmente, voltam a ensinar isso aí. Uma vez, um cara falou comigo: “Como aprendo produção?” Eu disse: “Vá ao Ceasa que você verá o modo de produção”. (Risos.) Você tem que vender a coisa.

Agora, passando à segunda parte, que é a questão das fragilidades e dos avanços do pensamento econômico do Brasil, isso não ocorre só aqui. Acabei de ler um artigo crítico da macroeconomia. Fiquei até de mandá-lo para você. Eu me esqueci do autor. O artigo critica a macroeconomia. A macroeconomia é muito frágil em termos de arcabouço teórico, é mais frágil do que a micro. Às vezes, um cara se consagra num período e, depois, é idolatrado por muita gente aí. Você pega o Keynes e o Lucas (sic), sai idolatrando, o pessoal e se esquece de que você está em determinado contexto histórico e geográfico. Você tem de saber se aquilo vale aqui ou se não vale. E, aqui, acho que o caso mais grave é o uso da teoria keynesiana para justificar a expansão incrível do gasto público. Isso aí leva a consequências como essa. Como se diz em Minas, confesso a você que, quanto a keynesianismo e a desenvolvimentismo, usando uma expressão mineira, não sei “oncotô”. (Risos.)

A gente não sabe “onquitá”. Nem sei “oncovô”. Eu quero saber o que vale.

Agora, se desequilibrar o orçamento público, se chegar a um estágio como o nosso aqui, ou mesmo antes – já é o suprassumo da estupidez –, o País vai para o buraco. Então, pode ser de esquerda, pode ser de direita, aqui e em qualquer lugar, ele vai se ferrar. Mas, aqui, há essas coisas.

Defendo muito a poupança. Estou fazendo um livro sobre finanças pessoais, sobre educação financeira, aliás. Passei a gostar desse assunto. Fiquei por dez anos escrevendo no site do Banco do Brasil semanalmente sobre esse assunto e, no fim, eu vi que eu tinha quase mil artigos. O difícil foi arrumá-los: como ponho esses artigos num livro? Não posso pôr todos. Vão ficar só cem.

Passei um ano estudando Psicologia, num curso fundamentado de Daniel Kahneman. Eu não tinha o livro dele recente, o livro *'Rápido e Devagar: duas formas de pensar'*. Eu tive de lê-lo de forma econométrica. É um dos artigos mais lindos dele, que lhe deu até o Prêmio Nobel. Depois, isso valeu, porque, na hora em que li o livro, achei que era uma história em quadrinhos, de tão fácil de ler, porque eu já tinha vivido a coisa pesada lá. Ele trata da Economia Comportamental com um viés psicológico. Inclusive, uma questão é a dificuldade de a pessoa poupar, porque ela tem dificuldade de se sacrificar, de aguardar um pouco o futuro, entre outras coisas. Ele insiste muito na questão do hábito. Há, inclusive, produtos de compromisso com a poupança. Eu me lembro da questão rural na Índia, onde há os coletores de poupança, que passam todos os meses na casa do sujeito para coletar a poupança. Quando eu era criança, eu tinha um cofrinho que ficava no banco, que era usado para ensinar as crianças a pouparem. Até comprei um do Banco da Lavoura no antiquário.

Então, você tem de ter compromisso com a poupança. Há uma coisa que receito muito – já dou uma orientação sobre isso: compre um imóvel, que aí você tem de pagar a prestação; como o custo de transação é alto, você acaba se amarrando. Você não pode ficar namorando a poupança, não; você tem de se casar com ela. Tem de ser um compromisso firme. Não é coisa de “ficar com a poupança”. Tem de se criar o hábito.

Chegando a São Paulo, com 19 anos, eu tinha acumulado uma poupança ganhando salário mínimo em Minas Gerais. Eu fui bancário lá. Embora eu fosse menor de idade, eu ganhava um salário mínimo, que era ganho por maior. Cheguei a São Paulo e dei entrada numa quitinete. Dei 5% do preço pela quitinete, que levou cinco anos para ser construída.

Eu tinha que pagar a prestação todo mês e fui pagando; aquilo era uma poupança e investimento ao mesmo tempo. E travava o meu orçamento.

Todo esse pessoal de finanças pessoais manda você fazer orçamento. Quem tem paciência? Eu nunca fiz um orçamento. Você maximiza o que você vai poupar, e o resto acaba se ajustando. Você vai ficar listando despesa pessoal todo dia? Mas ainda tem uma forma: você paga tudo com o cartão e aparece nos extratos. Pago tudo, até cafezinho, se deixar, ponho no cartão só para ver. Eu só olho as despesas de mais de R\$100. Então, é isso.

Nas finanças pessoais, todo mundo recomenda poupar e, na macroeconomia, aparece o pessoal que estuda desenvolvimento – e eu li muito livro do David Landes, um historiador de Harvard que fala que a poupança é um elemento importante. Ele inclusive recupera aquela visão do Max Weber, do efeito do protestantismo sobre os hábitos acéticos dos protestantes que levaram à poupança. Então, nos livros de desenvolvimento, essa ênfase é muito forte. E acaba de sair um relatório do BID que tem quase 400 páginas: “Poupar para desenvolver-se: como a América Latina pode poupar mais e melhor”.

Aqui, nos bancos no Brasil, pouco se fala de poupança. O pessoal estimulou muito nos governos passados o consumo. Agora, é um paradoxo. Como é que, na prosperidade pessoal, todo mundo sabe que precisa poupar, ou não sabe? Do contrário você não vai a lugar nenhum. E, na macro, consome. Aí deu no que deu. E depois você tem de pagar.

Mas existem umas coisas sofisticadas para esse raciocínio. Você pega, por exemplo, um artigo do Fernando Cardim, que é um inglês. Você procura Fernando Cardim – “Aggregate Savings, Finance and Investment” – no Google e já acha esse artigo. É um artigo de poucas páginas, e situa. Ele não tem um partido muito claro, embora enfatize este argumento; ele disse que, na macroeconomia, há um *approach* clássico, que vale aquilo que chama economia do milho. Eu já experimentei isso no meu sítio. Aliás, sempre que falo no meu sítio, anuncio que ele está à venda, só para ver se aparece alguém... (Risos.)

Mas no sítio, nos tempos em que eu o frequentava, acabei plantando eucalipto em tudo para não dar trabalho, mas, outro dia, um cara me disse: “Uma empresa de eucalipto foi multada porque terceirizou atividade fim.” Quando você corta eucalipto, chama uma turma que corta e leva. Você só vai lá medir com a trena os metros cúbicos, mas uma empresa da Bahia foi multada por causa disso. Mas isso não se aplica a pessoas físicas.

Você plantava milho e depois chegava lá no prédio e distribuía espigas de milho verde, era uma festa, mas o custo era muito maior do que o do Ceasa. Mas era diversão. Um dia houve uma colheita recorde e alimentou os macacos da região. O caseiro chegou e falou: “Professor, o que eu faço com esse milho?”. Entre os alunos de Harvard, havia uma história: quando você não souber a resposta, devolva a pergunta. Você fala assim: o que você acha? E ele falou: “Se o senhor quiser colher mais milho no ano que vem, o senhor tem que guardar mais sementes.” O que é a semente? É uma máquina de fazer milho. É um investimento; poupar e investir. Então, essa é a economia do milho. Na economia do milho, se você não poupar, você não vai para frente. É o exemplo da economia clássica.

Aí entra a economia monetária, e o pessoal vai lá no Keynes, segundo essa resenha do Cardim – tem muito tempo que eu não leio o Keynes, mas eu confio nele –, e fala: se está numa economia monetária, eu vou investir; tomar um empréstimo e, no final das contas, como você tem o investimento, aquilo vai gerar alguma poupança. Sem poupança, não há investimento. Você pode explicar pelo efeito multiplicador que o investimento gera renda e aquilo leva a poupar. Então, é diferente.

Mas há muitas pessoas no Brasil... Eu vou citar alguns deles e dizer que, quando cito um título – isto aqui vai ser publicado –, depois eu notifico a pessoa, por uma questão de ética. E me surpreenderam umas lições do Oreiro, que é o papa do keynesianismo no Brasil. É um dos papas, fala em nome do Keynes. E diz o Oreiro – vou ler –: “[...] o aumento do investimento – financiado com um aumento do crédito bancário, o qual é uma operação puramente contábil, que não envolve o uso de recursos reais do sistema – gera um aumento do nível de emprego e do grau de utilização da capacidade produtiva. Supondo que a propensão marginal a consumir é menor do que a unidade [...]”. Aquilo gera renda que vai gerar uma poupança, que vai ser, no final do processo, igual a investimento. Mas ele fala o seguinte: “Dessa forma, a poupança terá de ser ajustada – ao final do processo do multiplicador – ao novo nível do investimento, razão pela qual a primeira nunca poderá ser uma restrição ao último.”

Ah, pelo amor de Deus! Depois vou mostrar dados. Meu negócio é números. Você se lembra daquele personagem do Jô que representava o Delfim? Eu venho de uma escola que presta muita atenção.

Outro dia, falando com uma economista famosa, eu falei que estava para fazer um paper sobre poupança com o José Roberto Afonso. Como é que é isso? Poupança é só investimento. Ele que determina a poupança. Você sai pregando esses negócios aí, irresponsavelmente, e saem essas barbaridades de nova matéria econômica e outras bobagens.

E ele continua: “Sendo assim, um aumento do investimento só será possível se os bancos estiverem dispostos a reduzir a sua preferência pela liquidez.” O banco tem que conceder empréstimo. Eu acho que é incoerente você ficar dizendo que nunca poderá ser uma redução... Minha conclusão no plano micro é indiscutível, ao menos que alguém aqui queira discutir sobre conseguir um patrimônio sem poupar. Aí talvez seja um caso para exame em Curitiba, não é? (Risos.)

Mas, na macro, eu acho que valem as duas coisas. Você pode começar um processo de crédito, mas o mais importante é a poupança acumulada.

E, no setor público, é óbvio. Todos os colegas seus que foram secretários de Fazenda dizem que tem que fazer aperto. Não tem poupança pública, eles ajustam os investimentos.

Na segunda-feira, no Instituto FHC, assisti a uma palestra. Apareceu a nova Secretária do Tesouro. Não sei o nome dela, uma que veio do Espírito Santo. Ela falou que todos os Estados estão por aqui. Os gastos com pessoal e Previdência estão comendo o orçamento, não poupam nada, e o investimento está indo para o ralo. Então, ela recomenda...

Agora vamos aos dados. Eu não trouxe aqui uma apresentação formal, mas peguei alguns gráficos, alguns do José Roberto Afonso. Ele tem um levantamento aqui de 170 países. O Brasil, entre os 170 países, faz parte de um terço de menores taxas de poupança. E é o mais baixo poupador até no continente. É menor do que Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. O Brasil está com taxa de 17%, e quem poupa o mínimo está acima de 20%, 25%.

Aí tem a poupança das famílias. Esse é um conceito difícil, partindo de que nem sempre são comparáveis. Há um relatório do Banco Central, fizeram uma pesquisa sobre família que diz que um dos maiores componentes da poupança familiar é aquisição de habitação ou reforma. Quer dizer, isso é investimento. Como é que ele financiou? Com a poupança, que tem saída, mas aqui é muito baixa.

Há uma discussão também de que é o consumo que puxa o crescimento. Há um gráfico aqui, posso depois passar uma cópia a quem quiser, do Prof. Simon Silber, também beneficiado por esse programa de Yale. Ele mostra que a correlação de variações do crescimento é muito maior com consumo que com o investimento. Eu acho que o consumo sofre muito com a queda da renda, que é o que está acontecendo. É óbvio, o consumo é uma coisa mais instável. E aqui se veem os picos. É tudo ligado a investimento.

Outro que foi meu professor na cadeira 3... Eu sou do tempo das cadeiras. Eu tive sorte porque eu fui da cadeira do Pastore, que era a cadeira do Prof. Luiz de Freitas Bueno, o primeiro professor da USP que contratou o Delfim, um ex-aluno, como seu assistente. Depois ele montou a própria cadeira. E lá estava o Pastore, Carlos Rocca, Ikeda, Celso Martone. Era uma cadeira muito boa.

O Rocca já fez várias coisas: foi secretário da Fazenda, presidente do Mappin, mas hoje tem um instituto brasileiro que estuda o mercado de capitais, acho que é uma coisa que derivou do IBMEC de São Paulo. E ele faz esses levantamentos de balanço em que ele cai na real.

Temos aqui: composição do financiamento dos investimentos, porcentagem total: recursos próprios, poupança e lucros retidos mais investimentos diretos estrangeiros, 63%. As fontes de crédito, a maior parte é BNDES. Há uma fonte de crédito habitacional, que é o FGTS, mas o sistema é de poupança. O que é isso? Poupança. Tanto o FGTS como a conta de poupança são poupança. Então, se olhar os investimentos, a maior parte vem da poupança.

Eu trabalhei muito ligado a empresa, pois já fui presidente de setoriais. O pessoal financia a maior parte dos investimentos com recursos próprios. Uma das razões por que está caindo muito o investimento – o Rocca mostra – é que a taxa de lucro tem caído muito. Ainda não está muito claro por quê.

Agora, você tem aqui um desastre ainda maior: quando você poupa – e vários de vocês aqui dentro fazem isso –, você poupa um dinheiro e põe num fundo de investimento. O fundo de investimento aplica em papel do Tesouro Nacional. E onde vai parar essa poupança? Como dizia o Chico Anysio, o investimento é ó... Como o salário.... Então o Governo pega essa grana da poupança e consome tudo, outra barbaridade aqui.

Você estuda finanças pessoais nos Estados Unidos e eles recomendam: se você tem perfil conservador, põe em renda fixa; se quiser ganhar mais, você tem que pôr no mercado de ações. E você olha o padrão histórico: as bolsas dão mais do

que a renda fixa. Tem hora que tem até rendimento negativo, para desespero dos fundos de pensão. Renda fixa não está dando nada. A renda variável até que deu nos últimos anos.

Mas o Rocca fez o seguinte exemplo: se você pega R\$1 mil em julho de 1994, no Plano Real, em janeiro de 2016, na renda fixa, pelo CDI, estaria em R\$42 mil. Se você tivesse aplicado tomando como base o índice Ibovespa, só R\$14 mil. Você não vai para frente assim, certo? Porque você joga seu dinheiro na renda fixa - tem que ter esse tino para correr risco - ele vai parar no governo e o governo dilapida a coisa.

Outro gráfico interessante: ele compara o retorno com o risco, um gráfico em duas dimensões. Para zero de risco CDI no período de 2012 a 2016, o rendimento foi de 10%. E no Ibovespa, para 25% de volatilidade anualizada, que era a medida do risco, deu um retorno só de 2%. Está tudo ao contrário dos livros. Então, é preciso reverter isso.

Eu não vejo como o Brasil acertar se não modificar essa relação entre renda fixa e renda variável, maior risco, quer dizer, a Bolsa tem de render mais, você tem de ajustar inevitavelmente o setor público para não ficar como devedor de alto risco, pagando essas taxas de juros enormes, porque aí você atrai essa poupança, e ele investe muito pouco. Você está tirando dinheiro do sistema. Quando você fala que a taxa de investimento é de 17% e o governo tem de 30% a 40% da economia, ele pega 30% ou 35%, para arredondar, dos recursos da economia e investe 2%. O setor privado fica com 65% e investe 15%. Quer dizer, está tirando dinheiro de quem investe e passando para quem não investe. Então, temos de acertar isso.

Como eu disse, eu acho que esse é um dos grandes temas que precisariam ser levantados, sobretudo discutindo a economia e a política por intermédio do Senador Cristovam Buarque, porque é uma questão muito negligenciada no Brasil e é um paradoxo que seja recomendado para as pessoas e não seja levado a sério pelo Governo, porque é muita demagogia, isso é o populismo. Para quem quiser uma questão bem atualizada, se bem que eles não entram nessas questiúnculas teóricas que eu acho importante, porque isso é muito grande, influencia estudante, influencia a política e acaba disseminando esse monte de tolice a respeito da poupança... Mas, volto a insistir, no plano pessoal, depois de ler Max Weber, até minhas crenças católicas ficaram muito abaladas. Eu estou quase me convertendo ao protestantismo calvinista, porque eu nunca vi nos meus anos, e eu era católico carola – sou da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, minha avó me trouxe para comungar às primeiras sextas-feiras por nove meses seguidos, aí eu ganhei um escapulário –, mas eu nunca vi um padre pregar virtudes da poupança e da melhoria patrimonial e - pasmem! - nunca vi insistir sobre a importância do investimento em educação. Eles prometem as maravilhas do céu, e eu defendo o assim na terra como no céu.

Muito obrigado.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

– Roberto, obrigado.

Agora que os senhores já tiveram uma ideia de como foi, como eu disse, moldada a cabeça dos economistas brasileiros, nós vamos fazer um bate-bola de 30 a 40 minutos sobre o que eu acho que gera muita expectativa, que é o momento atual da nossa economia e o que nós podemos esperar para o futuro próximo.

Eu pediria ao Prof. Cláudio de Moura Castro para iniciar esse processo.



CLÁUDIO DE MOURA CASTRO:

– Eu volto aos comentários da Dorothea e, indiretamente, do Roberto Macedo.

Nós temos um grupo de gente muito bem formada em Economia. E estou seguro – e isso eu disse com bastante segurança – de que tiveram uma contribuição muito importante para o funcionamento do Estado brasileiro. Isso é razoável se dizer.

Agora, vamos fazer a seguinte pergunta, para a qual eu não tenho realmente uma resposta, mas uma percepção com pouquíssima segurança. A minha impressão é que a porosidade entre a academia e o Estado no Brasil é maior do que aquela que observaríamos em três países que vou citar porque os conheço, talvez, um pouquinho melhor: Estados Unidos, Inglaterra e França. A minha impressão é que a academia é muito mais isolada do poder nesses três países do que no Brasil. Ou seja, há um grau muito grande de porosidade, de vai e vem, entre a economia e o Estado. Quer dizer, nos Estados Unidos, chama a atenção quando um professor vira secretário do FED, do Tesouro ou de alguma coisa assim. Em geral, faixa própria e, na França, muito claramente, são os *énarques* que mandam no país. Então, nós temos uma coisa boa, que é esse vai e vem, mas eu não tenho muita certeza quanto à minha resposta.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

– Paulo, agora os seus comentários sobre a situação atual da nossa economia e suas perspectivas.



PAULO ROBERTO HADDAD:

– Na época em que eu fiz o curso de graduação na Faculdade de Ciências Econômicas, essa faculdade era uma espécie de miniuniversidade de Ciências Sociais. Nós tínhamos lá o curso de Sociologia e Ciência Política, Administração Pública, Administração Privada, Economia e Ciências Contábeis. Isso provocava uma circulação de profissionais e cientistas sociais multivariada. Tínhamos lá o Juarez Brandão Lopes dando curso de Sociologia do Trabalho, o Celso Furtado dando palestras sobre desenvolvimento, o Hélio Jaguaribe dando curso de Ciência Política e o pessoal do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) muito presentes. Isso era provocado muito mais pela presença do curso de Sociologia, do Prof. Júlio Barbosa etc. Isso dava para a formação do economista uma visão diferente daquela que observamos hoje.

Por exemplo, há cursos de graduação e de pós-graduação em Economia que não se preocupam com História, não se preocupam com Ciência Política, não se preocupam com Antropologia, e vão formando um tipo de economista muito fechado em termos de visão. Isso repercute muito na entrada dele no setor público.

Eu vejo hoje muitos economistas formados, nessa nova geração, que vão assumir posições críticas no Banco Central, no Ministério, etc., com um grau de ingenuidade sobre como funciona a sociedade, um absurdo! É muito fácil quando esses economistas têm uma dificuldade e falam: “O problema é da classe política, o problema é do Senado, é do Congresso, é dos partidos políticos, são fisiológicos, não têm visão de conjunto, etc.” Na verdade, isso tem que ser incorporado na sua análise.

Dorothea pegou o ponto muito bem: você não pode falar: “Eu tenho minha proposta, e do lado de lá ou o sistema político me entende ou não entende”. Na verdade, existe instrumental analítico na formação do economista que o permite entrar no setor público com uma visão mais completa de como funciona o Estado no Brasil. O testemunho da Dorothea foi muito positivo, no sentido de que vê como essa transição de um economista macro ou micro, preso aos manuais, sem se preocupar em estudar a história do País, a história universal, os modelos de ciência política, os modelos de Estado, dá um grau de ingenuidade no sentido de que o economista usa muito o discurso de “a classe política não entende a importância do que eu estou falando”.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

– Mas eu insisto: o que você acha da situação atual da economia brasileira neste momento crítico dessa transformação, em termos de perspectiva?



PAULO ROBERTO HADDAD:

– Antônio, para falar sobre isso, precisava de mais tempo, senão pode haver incompreensões aqui. (Risos.)



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

– Passo, então, a palavra.



MAURÍCIO BITTENCOURT:

– Obrigado. Eu vou tentar comentar rapidamente algumas coisas. Realmente, o tema é muito amplo para se conversar tão rapidamente, com tão pouco tempo. Mas vou pegar algumas passagens do que nossos palestrantes aqui falaram.

Uma coisa que a Dorothea citou que é muito importante neste momento é a busca da eficiência. Eu não vejo como o Estado, como o País vai sair do problema que temos hoje sem ser mais eficiente. Não é só na esfera política, é em todas as esferas, na macro e na micro. Isso é extremamente importante.

Não consigo entender também como é que alguém não defende investir mais em educação para o País sair da crise no médio e longo prazo. Nós temos uma política de cotas que foi implementada há muito tempo – claro, gradativamente implantada pelas universidades –, e tivemos um governo que praticamente passou 13 anos aí, e não vemos resultados. Tivemos recentemente informações sobre isso, a questão da qualidade do ensino no Brasil, e nós continuamos na rabeira – se você pegar os dados da América Latina, nós estamos sendo comparados com os países latino-americanos, não estamos falando dos países desenvolvidos, lá de cima. Então, políticas desse tipo, você esperaria que tivessem resultados e que fossem, gradativamente, não aumentadas, mas sendo retiradas, porque são políticas de assistência. Enfim, é a minha opinião sobre essas questões.

Num segundo aspecto, a educação é fundamental. Todos os modelos de crescimento econômico mostram isto claramente, em termos empíricos, que a educação tem um papel importante.

E terceiro, também acho que a Dorothea colocou de uma forma um pouco diferente, mas colocou fortemente isso, a questão do momento polarizado que nós vivemos na nossa sociedade, essa coisa dos rótulos. Eu vejo não só questão de rótulo, realmente as pessoas não conseguem lidar com as diferentes ideias. Se eu coloco uma posição minha aqui, pessoal, a outra pessoa já te agride, já te rotula. Eu acho isso extremamente ruim. Como conversamos ontem, somos todos brasileiros! Independentemente de como cada um pensa e a que partido está vinculado, a que teoria econômica – economia tem muito disso –, a que escola de pensamento você está se referindo, eu acho que deveríamos estar unidos tentando buscar o ideal, que é exatamente o País sair de onde está, independentemente do que cada um pensa, tentando buscar consensos. Aliás, consenso é uma das coisas mais difíceis de alcançar. Eu vejo pela Anpec.

Essa é a questão. Acho que é difícil ter uma resposta, Lício, porque cada um tem uma visão e os problemas são muitos, infelizmente. O que eu apresentei a vocês aqui foi só uma pincelada de algumas coisas que eu faço, mas vejo, com certo otimismo, que dá para ser feito. Passa por questões regionais setoriais micro, mas também macro.

O Roberto comentou sobre a poupança. Acho que essa também é uma questão importante. Volto de novo àquele círculo vicioso do Campos. Ele chama atenção naquela época que um País sem poupança não tem como sair desse buraco, dessa situação. Eu acho que a resposta está lá nos anos 50, num livro do Campos em que ele coloca isso.

Também acho que não podemos ser tão atemporais. Da questão que falaram, economia, política, outras áreas, a gente também tem que ver outras coisas, não somente o que a gente está fazendo. Sempre lecionei econometria, essa área toda. Não posso ficar só lendo livro de econometria. Os seus problemas concretos, que você usa como instrumento – seja o que for, econometria, no caso –, são algo que você tem que tentar aplicar da melhor forma no contexto. Qual contexto? Infelizmente, o nosso contexto atual não é muito favorável, estamos quase numa sinuca de bico.

Mas, de novo, acho que são só algumas reflexões minhas sobre educação, sobre a polarização que a Dorothea comentou. Eu não vejo como sair dessas situações de dificuldade sem resolver esses outros problemas antes.

É isso.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

– Dorothea.



DOROTHEA WERNECK:

– Emendo assim, direto? Vou falar um pouco de economia.

Eu acho que há um tripé dos desafios apresentados hoje para a gestão econômica. Um deles está sendo mais destacado, que é o equilíbrio fiscal, com todos seus desdobramentos, o que é importante, o que não é, etc. A gente está olhando, ao contrário do que foi no passado, o lado da despesa e eu acho que vamos ter que olhar o lado da receita, não de criar imposto, mas da velha e desejada reforma tributária. Espero que haja tempo de incluir isso na agenda. Quando estou falando de equilíbrio fiscal, há o lado dos gastos, mas tem-se que obrigatoriamente também, começar a falar do lado da receita. Chamo de tripé porque as três coisas estão vindo juntas.

A segunda coisa da qual de vez em quando a gente começa a ouvir falar, mas não está na agenda tão explicitamente é a volta ao federalismo. Nós somos República Federativa do Brasil. Eu tive uma experiência única de Minas três anos atrás, de 2011 a 2014, e é uma loucura! O que aconteceu nos últimos anos – não vou falar só dos três, talvez tenha vindo de antes disso: a centralização. Eu me lembro que havia um grupo que trabalhava quando se estava discutindo a Constituição, em 1988, e era chamado de operação desmonte. Qual era a preocupação nossa? De tudo que está mudando na Constituição, qual o rebatimento sobre o orçamento? Eu me lembro claramente – estou dando um exemplo, para deixar claro qual é o desafio – de que uma das primeiras coisas que acabou foi a creche. Tinha a LBA, etc. Creche é um assunto que não é nem de Município, é de bairro. Você precisa ter a creche perto de onde a família mora para poder sair para trabalhar. E não é que voltou agora todo apoio à creche, e regulamentação de creche virou federal? Pegou o dinheiro da educação. É uma sandice! Então, a discussão do federalismo é séria, porque passa por responsabilidades, atribuições e receita. E isso vai ter que mudar e já está mudando. Eu espero que mude mais rápido e volte a esse novo federalismo: o que fica na União e o que vai para Estado e Municípios. Isso significa, uma vez mais, atribuições e receitas.

O terceiro ponto, que eu vejo pouco, é a coisa do programa de investimento, de regulamentação e burocracia. Isso está por trás da volta de confiança, por trás da

volta de investimento. É uma letra morta. Mais uma vez, nos últimos anos, ouve-se cada vez mais quem acha que se resolve o problema regulamentando. Chegou a um ponto, por exemplo, de um depoimento de um empresário que tinha uma empresa transportadora – eu não acreditei, espero que nem seja verdade – falar que havia uma norma de que caminhão não podia ter mais do que – não lembro exatamente o número – 2,20m; se tivesse mais de 2,20m, multava-se. Veio uma nova portaria dizendo que o caminhão deveria ter 2,20m. Se fosse menos, multava também. É o samba de crioulo doido!

Essa tarefa de desregulamentar – e por trás dela vem a desburocratização – tem algumas regras de bolso. Na hora em que o pessoal pensa em desregulamentar, às vezes, começa a pensar na Constituição. Esquece! Vai levar muito tempo. É complicado. Lei também é difícil. Talvez a gente possa criar um programa, sugerindo para o nosso Senador... A gente, na cultura brasileira, mede se o Senador é bom e se o Deputado é bom pela quantidade de projetos de lei. Pelo amor de Deus! É o contrário! Deveria ser por quantas leis o Deputado ou o Senador fizeram que tinham dois artigos: revoga-se a lei tal e cumpra-se. É lei demais! A gente ainda tem essa cultura de valorizar o cara que faz projeto de lei. Então, lei é outro departamento, tem que ser discutida com o Senado, etc. Agora, há ainda portarias, normas, um monte de coisas só no âmbito do Executivo que, se derem uma limpeza nisso, vai ser uma maravilha!

Quanto à reforma da CLT, é só revogar o que está lá, que é uma sandice. Revoga, revoga, revoga! Sobra muito menos do que aquele catatau.

Então, essa questão de voltar um pouco à desregulamentação, à desburocratização, vem junto com algo que é como efeito paralelo, uma adequação da estrutura do setor público. Quer dizer, só há uma quantidade qualquer de funcionários públicos responsáveis por fiscalização. Ele só fiscaliza se é proibido. Se não é proibido, não precisa haver fiscal, ou é preciso haver muito menos fiscal. Tenho uma ideia de como se poderia fazer um programa de desregulamentação rápida: trabalhar com os fiscais. Faz-se o gráfico de Pareto, porque a gente também gosta de números, não é? Classifica-se o volume de multas por artigo em que está sendo penalizado. Há o não cumprimento de quê? Aí se pegam os da frente, os principais, e se revoga tudo. Não é possível haver tantas multas, isso está errado. Quanto mais multas, mais errado está.

Há outra coisa que gera escândalos horrorosos: um funcionário ganhando de acordo com a proporção das multas que aplica. O quê? Então, você faz o quê? Você multa e deixa para depois discutir no Carf. Aí acontece o que com o Carf?

É claro! Mas o cara já ganhou a percentagem da multa dele. Bastava você dizer assim: se há multa que não é revogada, você não ganha. Já dá uma limpada! Agora, não bote isso no salário do cara. Está querendo o quê?

Então, esse subproduto vem junto com um País em que é fácil de viver, em que é fácil de investir, sem encher a paciência.

Outro dia, contaram-me lá em Belo Horizonte, já que estamos falando muito de Minas, que houve um espetáculo no museu de arte famoso que fica na Afonso Pena. Como é que ele se chama? Palácio das Artes. Um cara paraplégico, numa cadeira de rodas, comprou a entrada dele, que era mais barata por que ele era paraplégico e usava cadeira de rodas. Ele foi para o Palácio das Artes, mas não o deixaram entrar, porque ele não tinha um documento dizendo que ele era paraplégico. Não o deixaram entrar. Ele teve de pagar a inteira!

Aliás, neste processo nosso de revisão, eu me pergunto muitas vezes: quando é que nós vamos parar para discutir a meia-entrada e a isenção? O transporte público, idoso não o paga, o estudante não o paga, o menor não o paga, não sei quem mais não o paga, o índio não o paga e sei lá mais o quê! Quem o paga? Quem não é nada disso. E paga direitinho, para compensar o outro.

Outro dia, peguei um avião, onde havia uma senhora – digo isto até com muito respeito, porque parecia que era a primeira vez que ela andava de avião – que falou assim: “Há programa especial para idosos?” Eu falei: olha, pelo que eu saiba, há uma entrada preferencial. “Não! Eu estou perguntando se é igual ônibus, em que a gente anda de graça.” Perdeu-se a noção! Perdeu-se a noção! Ainda mais se sou índio, se sou mulher, se sou paraplégica. Eles vão me pagar para andar?

Essas coisas, parece que são pequenas, mas estão diretamente ligadas àquilo que a gente mais quer, que é a retomada de investimento, que é voltar a fazer este País crescer, que é fazer um País bom para viver. Eu não tenho que provar, para eu não pagar estacionamento – isso aconteceu comigo e também, já que isso existe, eu uso –, que eu sou idosa. Eu fui lá para ela carimbar e ela falou: “Cadê a autorização do Detran?” Eu falei: escuta, eu não sou carro. Na hora em que você para na vaga, você tem que colocar, porque o guarda pode vir e não está vendo, mas olhe aqui a minha carteira de motorista, que tem a minha idade. “Ah não, tem de ter a autorização que você tira lá no Detran.”

Então, resumindo: continuar fazendo o que está fazendo, que é a questão do equilíbrio fiscal, mas já preparando o meio de campo para pensar o lado da grande mudança, que vai ser o lado da receita, uma reforma tributária, e não só do gasto. E ligada a isso, vai haver a discussão, porque, na hora em que eu fizer a reforma tributária, eu tenho de repensar o nosso federalismo, o que vai para a União, para o Estado e para o Município em impostos e em responsabilidade, e, por trás disso tudo, como isso vai afetar, como vai fazer este País funcionar melhor, onde é que eu entro na desregulamentação e na desburocratização. Não é uma agenda simples, mas é factível.



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

– O Roberto já falou sobre a poupança, mas eu gostaria que você fizesse os comentários finais sobre a nossa situação no momento.



ROBERTO MACEDO:

– Mais geral, certo? Eu constato que, no Brasil, há pouco debate entre as várias correntes econômicas. Ao contrário, vivi três anos nos Estados Unidos, um ano na Inglaterra, lá a crítica é muito mais contundente, inclusive ela é muito mais respeitada. Aqui no Brasil, eu já notei que você critica uma pessoa, no sentido acadêmico, o trabalho dele, e ele acha que você está ofendendo a mãe dele, tem uma reação meio estranha. O debate aqui é fraco.

Outro problema é que existem muitas escolas que não entenderam essa questão de teoria. Você tem de testar aquela teoria no contexto em que você vive. Mas como é que você pode expandir gastos se você está em um país cuja moeda não é o dólar nem pode se endividar mais? A moeda aqui é fraca. E o Keynes não tratava desse caso.

A gente vê aqui no contexto nacional que o debate é pouco. Os jornais – e eu sou ligado ao *Estado*, mas fui da *Folha*, vivia lá dentro porque era editorialista –, na parte econômica, foram dominados pelos *press releases* dos bancos. Eles ouvem muito economistas de banco. Quando eu voltei aqui para o Brasil, havia muito mais espaço para economista acadêmico. Os bancos hoje – Bradesco, Itaú e outros – têm departamentos de economia maiores do que as universidades. E o pessoal da universidade não tem condição de participar desse debate, porque, para os economistas, é muito fácil: o cara te dá a informação e aí, na hora de ligar, você liga para o cara que te passou as informações. Então, houve o domínio. Um alto diretor de jornal concordou comigo, que, de fato, há esse domínio. E eu sou ligado ao *Estado*.

Um dos poucos que fazem o debate é a *Folha*, mas não tem muita aplicação porque, hoje, ninguém está lendo mais jornal, está um negócio complicado. Lá eles têm a Laura Carvalho, o Alexandre Schwartzman e o Samuel Pessôa, que trocam alguns arranhões. O *Estado* também tem o Amir Khair e o Affonso Pastore. O Amir Khair vive pregando que se deveria pagar a dívida com a expansão monetária, que o problema do orçamento público são os juros.

O jornalista brasileiro tem uma formação exigida muito genérica. Chega no jornal, mandam cobrir a economia, e o sujeito sai dando cabeçada por aí. Os mais maduros acabam montando suas assessorias. Hoje, o profissional sênior de jornalismo monta a assessoria de imprensa dele. E tem uma turma lá, como os economistas, que se prende a certos clichês. Viu o que o outro escreveu, vai escrevendo do mesmo jeito. E existem coisas gritantes por aí.

No caso do Caged, por exemplo, o formulário do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) lista simplesmente – eu até pedi para a minha contadora me mandar o formulário – desligamentos e admissões. Eles chamam de desligamento quando a pessoa pede demissão ou quando a empresa a demite. Ponto. Aí, cai o emprego, sai nas manchetes assim: “Tantas mil vagas foram cortadas”. Ora, como vagas? Existiam vagas? Não é vaga. O formulário não dá nenhuma informação sobre vagas. Você pode ter demitido gente e uma parte da demissão é demitida para ser substituída. Então, as vagas estão lá. Eles adoram isto: vagas. Estavam ocupadas. Você tem que falar em emprego.

Outra coisa que eles falam é o seguinte: “Foram fechados tantos postos de trabalho”. Outro dia, eu estava com um jornalista e perguntei: você já viu aquele filme do Chaplin, Tempos Modernos? Pois trabalho é como postos na linha de montagem. Eles tomam redução de emprego por redução de postos. A linha de montagem tem um problema de velocidade. Se diminui a produção e diminui a velocidade, o mesmo trabalhador pode ficar em dois postos. Ele põe a porca e aperta. Tem lugar que só põe a porca. Então, você não pode falar em postos de trabalho. Mas eles falam.

Outro desastre é a questão das contas públicas. Eles se esquecem do resultado final, só tratam do superávit primário. Isso é um interesse do setor financeiro, porque o setor financeiro quer saber se o Governo vai pagar pelo menos parte da dívida. Se ele fizer um superávit, ele vai pagar pelo menos um pedaço dos juros. A dívida não vai pagar nunca. Então, o setor financeiro cobra um superávit primário do Governo. Você paga pelo menos um pedaço dos juros, porque o setor financeiro vive, em parte, às custas desse endividamento.

Eu tenho uma experiência de jornal. Superávit primário como sujeito, e você tem que pôr um verbo: caiu ou subiu. Em quantos bilhões ou em que data não cabe na manchete. O “mancheteiro”, então, vê aquilo e tira o primário. Aliás, não é superávit, é resultado. O Governo faz novo déficit, e põe lá só o primário, porque agora o Governo passou a fazer teste até no primário, em que ele não paga nem os juros. E eles falam em rombo do Governo, dando o resultado primário. Se nós fôssemos ver o resultado final, é cinco vezes maior: um é de 2% do PIB, o outro é de 10% do PIB. E eles não publicam essas estatísticas. Eu estava vendo até no Valor, que põe naquelas tabelas de números o resultado do setor público. E só vão até o primário.

Então há um problema também com o pessoal de jornalismo. Eu acho que o jornalista devia ser um economista, um administrador, um contador, um médico, e depois fazer jornalismo, na pós. Eu trabalhei na *Folha* e não teria dificuldade de ser jornalista. A *Folha*, esses dias, pôs um anúncio lá no meu clube. Criaram um programa de estágios para sênior, *trainee* sênior, acima de 45 anos. Quem quiser reiniciar uma nova carreira, pode ir lá na *Folha*...

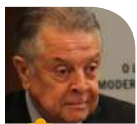
A *Folha* não respeita a lei. Ela não dá bola para a lei não.

Agora, nessa questão, você tem razão em um ponto: nesse negócio de contas públicas, o pessoal tem que olhar a receita e a despesa. Na receita tem muito buraco, essas desonerações. Você, no seu tempo, não deu essa quantidade de coisas que deram posteriormente.



DOROTHEA WERNECK:

– Agora você me provocou. Espera aí. Você me provocou, mas foi bom ter provocado. Eu tenho que diferenciar o seguinte: nas câmaras setoriais, a gente fez muita mudança de impostos. Muita. Mas não era desoneração.



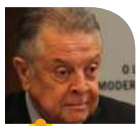
ROBERTO MACEDO:

– Cobrou desempenho.



DOROTHEA WERNECK:

– Cobrou desempenho.



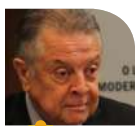
ROBERTO MACEDO:

– Não, você cobrava...



DOROTHEA WERNECK:

– Cobrava. Vou só dar um exemplo: nós pegamos, em 1992, o setor de cosméticos, o faturamento em janeiro estava aqui e faturamento em junho estava aqui, então, o que fizemos? O modal de imposto sobre cosméticos era de 70%. Então, você tinha, por exemplo, imposto sobre fralda. E até sair um artigo que dizia que batom tinha imposto, mas gravata não tinha. Então, o que fizemos com o setor? O modal passou a ser de 20, alguns setores passaram a não ter – estou falando de IPI – e a gente combinou com a Receita o seguinte: nós vamos avaliar em dezembro. Se a receita aumentar, fica; se não aumentar, desfaz e volta para o que era antes, ou seja, o trato com eles era de seis meses. E fez isso.



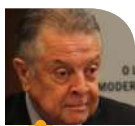
ROBERTO MACEDO:

– Cobrou resultado.



DOROTHEA WERNECK:

– Cobrou resultado e em julho estava a receita toda recuperada. Quer dizer, com imposto menor, vendeu muito mais e o faturamento foi lá em cima. Portanto, a arrecadação de impostos aumentou.



ROBERTO MACEDO:

– Antes de passar a um aspecto que toca nisso, falando em receitas e despesas, você tem muitos buracos na receita. Eu falei com vocês que eu pus eucaliptos no sítio e fui preencher a declaração de produtor rural. É um anexo da declaração de Imposto de Renda. Aquilo é uma festa! Você paga só sobre 20% do valor da produção. Se você tiver custos comprovados, você paga até menos. Mas quase ninguém tinha custos que alcançavam 20% da produção. Então, até onde eu sei, cuidado aí. Depois posso rever isso.

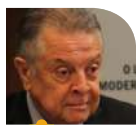
O setor agrícola está muito organizado. As grandes companhias compram de produtores pessoas físicas, não querem ser pessoa jurídica, porque eles pagam muito pouco imposto. Isso data dos tempos do café. O pessoal era politicamente muito importante. Essa é uma das coisas que precisava mudar. É o *loophole*, como dizem os gringos. E há todas essas desonerações. Agora, ao lado da despesa, eu vivo em um lugar que é o óbvio, mas ninguém aceita isso por razões ideológicas.

A universidade de São Paulo, por exemplo, eu acho que devia cobrar dos alunos que podem pagar. Por que não? Está com poucos recursos. E ensino gratuito? Ensino gratuito é para pobre. É o que nós recebemos como bolsistas nos Estados Unidos. O pobre, para estudar em tempo integral, que é quando você estuda para valer, como nós estudamos – fiquei dez anos em curso noturno e só fui estudar para valer na pós-graduação, porque, além de ser de graça, eu tinha bolsa, eu recebia –, então, para pobre, você tem de dar uma coisa para ele estudar. Medicina e Engenharia na USP estão fora, porque ele tem de trabalhar. Então, eu sou a favor não do ensino gratuito, mas do estudante pago. Você tem de pegar o pessoal mais pobre e pagar, e cobrar dos que podem pagar. É um critério simples: se pagou, no ensino médio, escola particular – quase todo mundo da USP é da escola particular –, cobrem dos caras. Por que não? Mas isso é um anátema. Não se pode falar nisso.



DOROTHEA WERNECK:

– Isso é velho...



ROBERTO MACEDO:

– É velho, mas não resolvem. Então, há várias coisas desse tipo.

Quem fez um trabalho muito bom sobre todo o pessoal que mama no Governo é o Marcos Mendes. Ele agora está no Ministério. Vamos ver se ele faz a correção disso aí. Ele tem um trabalho que eu acho lindo, teve 20 mil lidas no Facebook, relacionando todo o pessoal que vai de graça. É a mesma coisa do idoso, que anda de ônibus lá em São Paulo aos 60 anos, quando a expectativa de vida é muito maior.

Então, eu acho que deveria ter o critério renda: pobre não paga e quem tem recurso paga.

Agora, eu volto à palestra do Pedro Parente, porque eu não domino o jargão de gestão pública. O Pedro disse que a legislação pública de gastos ou mesmo de receita é muito voltada para processos. Então, se o cara não apresenta carteirinha, crau! E o funcionário,

se não cobrar a carteirinha, pode ser punido também. Ele acha que tinha que ter maior autonomia decisória para poder falar: “Você esqueceu a carteira?”, mas deixar o cara entrar. “Você não tem a carteira ainda? Na próxima, nós vamos conversar.” Tinha que cobrar mais autonomia e mais resultado.

O Pedro se consagrou como? Naquele programa de racionamento de energia. Quando Fernando Henrique – ele contou essa história – o chamou para tocar aquilo, ele falou: “Eu vou ter autonomia?”. O Pedro, eu me lembro de várias reuniões dele como Ministro, falava assim: “É para viabilizar?”. Era a expressão. E vocês sabem que ele viabilizava. Uma vez levei um pacote à Previdência, o presidente assinou, era um negócio de crédito do Banco do Brasil, e falou: “Vai chegar à agência?”. O Pedro chegava à agência.

Então, tinha de ser um processo de resultado; maior autonomia e maior cobrança de resultado. Você teve autonomia para fazer essas coisas que falou lá no negócio da carne. Se ficar lendo aquela descrição de funcionário público, vão falar que você está seguindo *lobby* do pessoal do setor. Então, cobrem resultado. Seu negócio não é exportar carne? Se exportou...

Agora, isso tem relação com essa observação que você fez. Eles deram esse monte de desonerações e não cobraram nada! Não vale. Então, fica muito no processo. Se eu desonero, vai dar resultado. Usando uma linguagem de economista, esse pessoal do judiciário, trabalhista ou mesmo de governo e política só sabe fazer regressão simples. É uma variável contra a outra. Então, se eu faço a desoneração, vão aumentar as vendas. Mas, às vezes, você dá desoneração a um setor que não está expandindo venda, não tem demanda, outras vezes, você dá para um cara que fala: “Se ele me deu desoneração, pela lei do menor esforço, eu vou aproveitar a desoneração e não vou fazer nenhum esforço.” Então, você não vê a fase dois.

Aí, há um caso também da legislação trabalhista. Estou coletando, com ajuda do José Pastore, as aberrações para definir uma lei: revoga, revoga, revoga. Há um artigo na legislação trabalhista que diz o seguinte. Uma mulher, antes de fazer uma hora extra, tem que descansar 15 minutos sem remuneração. Lindo, não? Isso é do tempo da economia...



DOROTHEA WERNECK:

– O pior é que a Carmen Lúcia defendeu isso esses dias.



ROBERTO MACEDO:

– Mas há os problemas... É que não se vê a fase dois da coisa.

Isso era do tempo da mulher na lavoura, quando havia um esforço físico extenuante. Você põe isso em São Paulo... A mulher, se deixar, quer é fazer logo a hora extra e ir embora. Não é um serviço fisicamente extenuante. Para que exigir 15 minutos de descanso? É um verdadeiro inferno! A legislação trabalhista está cheia de buracos desse tipo.

Eu queria fazer uma menção aqui que ninguém fez. No meio desses que foram beneficiados pela pós-graduação no Brasil, mas que não foi para o exterior, porque teve uma alternativa até de maior taxa de retorno entre os economistas, foi o Pedro Chaves Santos Filho, que chegou lá em São Paulo vindo de Mato Grosso, tinha estado nas Forças Armadas, tinha sido cassado porque tinha sido presidente do Centro Acadêmico da PUC de Campinas. Ele foi para lá estudar, depois saiu, passou pelo Ipea, mas resolveu ajudar a família dele, que tinha um empreendimento educacional em Campo Grande – Campo Grande foi uma das cidades que mais cresceram com esse boom da agricultura. Aí, o colégio virou faculdade, virou universidade, virou centro universitário e, em 2008, ele e a irmã venderam isso no auge da Bolsa e ainda ficaram com uns prédios alugados. Aí, ele se interessou pela política e virou suplente do Delcídio do Amaral. Resultado: hoje é Senador aqui. Se quiserem conhecê-lo, ele também foi um dos beneficiados pelo programa, mas não foi para o exterior.

Aliás, eu enfatizo muito a questão da Anpec. Para mim, a Anpec trouxe um benefício muito grande, que foi conhecer o Brasil. Eu nunca tinha ido ao Nordeste nem à Região Norte, conheci naqueles encontros. No Nordeste, o primeiro lugar que eu conheci foi Fortaleza. Eu fiquei impressionado ao ver como era verde. Na minha cabeça, o Nordeste estava associado ao Semiárido, à geografia da fome, a *Morte e Vida Severina*... Em Belém também foi gozado: eu tinha feito reserva no hotel e anotei o nome de quem reservou. Cheguei lá e não tinha reserva. Eu falei: “Eu tenho o nome de quem reservou.” “Quem é?” “Foi Nazaré.” Ele falou: “Aqui tem umas dez.” – por causa de Nossa Senhora de Nazaré. E aprendi também que Belém é muito mais interessante como símbolo da Amazônia do que o Amazonas. O Amazonas captou toda a mística da Amazônia, ao contrário de Belém, que culturalmente é muito mais interessante.

Paro por aqui porque estou vendo seu olhar já incomodado.



DOROTHEA WERNECK:

Faremos um intervalo e dentro de uma hora nós voltamos com as palestras de Edmar Bacha, Clóvis Cavalcanti, Rosenberg, José Márcio Camargo e Eduardo Haddad.



SEGUNDA PARTE

WERNER E O ESTADO DA
ECONOMIA BRASILEIRA ATUAL

Participantes:

Antônio Arantes Lício (Moderador), Waldery Rodrigues Júnior (Moderador), Luis Paulo Rosenberg, Edmar Lisboa Bacha,, José Márcio Camargo, Clóvis Cavalcanti, Ricardo Roberto de Araujo Lima, Francisco Salles, Eduardo Amaral Haddad, Edmar Lisboa Bacha, Marcondes M.de Araujo, Cristovam Buarque





ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

Vamos, então, continuar com a segunda parte, dando início com a palestra do meu amigo Luis Paulo Rosenberg.



LUIS PAULO ROSENBERG:

– É um prazer enorme participar de um evento em homenagem ao Baer. Acho que se não fosse o Baer eu não teria ido para os Estados Unidos. Ele fez comigo quase que uma catequese para convencer-me de que aquele meu diploma da USP, de graduação, não era suficiente para atravessar a vida.

Há um ano fui à Vanderbilt dar um curso de economia brasileira, em nosso programa de mestrado, e liguei para o Werner. Conversamos longamente e combinamos de nos encontrar em São Paulo, em abril, quando ele viesse, e ele fez esse papelão de morrer.

Naquela conversa, ele, obviamente, praguejou contra a taxa de juros e contra a política econômica que era seguida. A gente conversou um pouco e eu disse: “Quando você chegar lá em abril já vai ter passado o *impeachment* e a gente conversa.”

Então, o que vou tentar fazer hoje é responder para o mestre como é que eu vejo a evolução da economia brasileira. Como, partilhando com ele a mesma indignação pelo nível de taxa de juros que a gente chegou, fazer sentido disso tudo que está aí?

Foi mencionado, aqui pelo Macedo, essa questão do déficit primário e o déficit nominal. É realmente algo assustador. Vocês imaginam que, se o Governo aprovasse uma CPMF, que seria algo extremamente traumatizante, inflacionário, concentrador de renda – o que você quiser –, ela geraria R\$50 bilhões de receita. São cerca de 10% da conta de juros.

Então, se o déficit fiscal é o grande problema, por que a gente concentra tanto na questão do déficit primário?

Antes de começar, eu queria contar uma fábula, porque acho que ela é importante para a gente entender essa questão dos juros e da política econômica atual.

É a fábula do canarinho belga, não sei se vocês conhecem. O canarinho estava em uma daquelas pradarias da Bélgica, cantando, parece que era “A Flauta Mágica do Mozart”, feliz da vida, quando caiu uma nevasca, e o prendeu, ele não conseguia escapar. E o infeliz estava morrendo de frio. Uma vaca, que estava pastando pelos arredores, apiedou-se do cidadão, foi lá e despejou um monte de estrume em cima dele, enorme. E, com aquilo, a neve derreteu, ele se recompôs e voltou a cantar. Um gato escutou, passou lá e comeu o passarinho.

Por que eu resolvi contar essa história, neste momento? Porque a economia tem uma coisa que o Alfred Marshall chamava de histereses, puxando da física. Acho que não teve ninguém mais mecânico do que o Marshall nos ensinando como a demanda pula para cá e volta. Mas, lá pela “pagina 835”, ele resolveu se redimir e disse: “Olha, só tem uma coisa. Vocês já viram o que acontece com um pedaço de ferro se você imanta? Ele nunca mais volta a ser o ferro de antes. Não tem o que fazer.”

Em economia, infelizmente, é assim: você ter feito o errado não significa que deixar de fazê-lo é o certo. E isso é terrível. Com esse pano de fundo, deixe-me tentar fazer de uma forma bem fácil de ser entendido. Aqui está escrito “executivo pró-ativo”. O que é isso? Esse é o boxe de onde vai sair toda a nossa redenção. Nós estamos em uma passagem de um governo que se desmoralizou no plano econômico de uma forma absolutamente inédita; um Banco Central que não conseguia credibilidade nem do porteiro; uma tragédia que foi colocar um Ministro austero, conservador, talvez um dos melhores quadros que a gente tinha no País, o Levy, e que agiu como se estivesse em um governo de virada, e estava num governo de atraso. Isso tornou 2015 um negócio tenebroso.

Então, para nós, economistas, é muito clara a diferenciação entre os aspectos jurídicos e econômicos do impeachment. Eu confesso que pessoalmente tenho cá minhas dúvidas se o *impeachment* faz sentido, do ponto de vista legal, com todo o meu analfabetismo jurídico. Agora, que não havia a menor condição de continuidade daquele governo, sob pena de a gente levar o Brasil à derrocada, isso, para mim, é muito claro.

Portanto, o novo Presidente que assume tinha que deixar muito claro, muito patente, de que começou um jogo totalmente novo; começou um jogo pró-mercado; começou um jogo em que as regras vão ser respeitadas; começou um jogo em que a técnica vai prevalecer, e onde a sacanagem, quando descoberta – o que, como vocês percebem, mesmo depois da posse, continua acontecendo com certa frequência –, é imediatamente punida.

Nesse aspecto, se você pensar que nós estamos com um Presidente de um dos partidos mais certificados ISO 9000 de fisiologia e ele está fazendo o tipo de, vamos dizer, atitude de longo prazo de assumir a responsabilidade de tocar um novo modelo, etc.,

eu acho surpreendente e diria até que esse primeiro quadro, esse boxe, está sendo satisfatoriamente preenchido.

O que eu preciso ao lado deste quadro para a coisa funcionar? Eu tenho do lado um Congresso solidário. É indispensável que essa mesma consciência que existe no Executivo seja partilhada pelo Legislativo. Os erros cometidos são tais que, sem votações com quórum bastante qualificado, nós não chegamos a lugar nenhum.

A arte de administrar o convívio dessas duas caixinhas talvez seja o desafio mais sério a ser enfrentado. Talvez seja isso que justifique que, por exemplo, a medida central, o pilar de sustentação desse Governo seja uma coisa tão primária quanto a PEC do limite de gasto. Como você faz uma PEC dizendo “o limite do gasto é tal”? É tão ridículo quanto dizer que o gasto em educação tem que ser de 8%. Vem de baixo para cima e chega àquele corte de gasto, mostra onde vão ser feitos os sacrifícios, ou mostra onde vai ser arrecadado mais recurso. Mas, na situação em que está o País, é o que dá para fazer. É uma medida burra, nitidamente transitória – se for mantida essa medida por 20 anos, o Governo, provavelmente, chegará a ter que cobrar sem gastar –, mas absolutamente essencial. E o bonito é o seguinte: o Congresso está entendendo essa necessidade.

De que mais eu preciso? Claro que de uma imagem maior, mas melhorando.

Essas duas condições nos permitem aprovar medidas tais que ocorra uma reversão do déficit primário.

Você pode dizer: “Você vem me falar de reversão do déficit primário! Você não acabou de dar o exemplo dos R\$50 bilhões da CPMF contra R\$500 bilhões da conta de juros? Como pode?”

Tentei fazer uma imagem para isso ser entendido. Mais ou menos a seguinte: eu estou tentando vender minha casa, e fica nítido que minha caixa d’água vaza, todo dia, algumas gotas que provocam ferrugem no terraço principal da casa. Toda vez que isso acontece, vem o corretor e, com um jato de mangueira de bombeiro, dá uma limpada naquilo. O que ele joga de água para limpar aquela sujeirinha é um negócio desproporcional ao tamanho da sujeira. Diz: “Filho, eu também acho um absurdo. Conserta o vazamento! O problema é que, de pequeno em pequeno, você nunca vai resolver esse problema e nunca vai vender essa casa. Juro que, no dia em que você consertar isso, eu paro de desperdiçar água com a mangueira de bombeiro.” É mais ou menos numa situação como essa que a gente se encontra. Enquanto não ficar muito claro que a causa primária, principal, de déficit, que é o gasto operacional maior que a receita, não for corrigida, não tem como discutir juros. Eu tenho que resolver esse problema primeiro. Por quê? Vamos continuar.

As caixinhas azuis vão dar as condições para que o Banco Central possa derrubar juros. Ele precisa que a inflação fique em queda. Por quê? Lembra-se de que nós falamos

da perda de credibilidade? Ele não pode sair na frente, neste momento de reversão, da queda da inflação. Ele tem que persuadir, ver o mercado persuadido de que a taxa de inflação está caindo, para poder vir e dizer: “Está bem. Eu vou referendar com a queda da taxa de juros essa nova situação.” Ele tem essa condicionante. Eu preciso colher os frutos desse desastre que foram esses anos todos de juros cavalares, recessão, desemprego, rotatividade de mão de obra, o que está acontecendo, para que, aí, então, eu diga: “Ok. Eu baixei os juros, vamos dizer assim, com legitimidade anti-inflacionária.”

De que mais eu preciso? Eu peço, pelo amor de Deus, a todo mundo que está aqui – eu sei que a coisa está preta – que, se vocês tiverem alguns minutos ociosos nas suas orações noturnas, peçam paz no cenário internacional. Concentrem-se na China, onde não pode dar chabu, mas um pouco de melhoria na Europa vai bem. Um débil mental como o Trump não ser eleito é importante. A Janet Yellen, Presidente do FED, continuar com um diálogo bastante bem recebido pela população.

Então, eu coloco isso como uma pré-condição, porque eu sei que o Banco Central está olhando. Não adianta o quadro aqui estar bom, porque, se, lá fora, tem uma perturbação, ele vai ter que agir. Felizmente, não dava para ser melhor do que isso que está aí. Se desse para congelar essa imagem e mantê-la pelos próximos três anos, seria quase garantido nós sairmos da crise.

Estas três condicionantes – a inflação em queda, o déficit primário em queda e a paz internacional – vão permitir ao Bacen reduzir a taxa de juros.

Fala-se também num outro requisito, que é dos agentes do mercado partilharem desse sentimento, ou seja, olhar aquela projeção da Focus - das cem instituições que trabalham com projeções macro como indicador da nossa expectativa - e que essas expectativas estejam direcionadas para a queda da inflação para ele – Banco Central - agir.

Por que eu não incluí este requisito antes? Porque faz muito tempo que eu aprendi como essas coisas funcionam.

Vocês conhecem a fábula do pajé que morreu, e a responsabilidade foi para o cacique? Era uma tribo grande do Cerrado, e o pajé morreu. Morreu de morte morrida, sem problema maior. Passam-se dois dias, vêm os anciãos e se reúnem com o cacique e lhe perguntam se vai ou não chover. O cacique diz: “O que é isso?” Eles dizem: “Não, nessa época do ano, a gente decide quanto a gente planta de milho e quanto a gente guarda de cavaco, porque, se vai chover muito, tem que diminuir um pouco a produção de milho e acumular cavaco. Se não, como a gente vai cozinhar o milho depois? O pajé sempre soube isso e disse: “volta amanhã que eu digo.”

No dia seguinte, ele acorda cedo. Era um cacique informatizado, entra na internet, departamento de meteorologia, vê a projeção, que diz: “projeção de chuva”. Vêm os velhinhos, e ele diz: “Olha, 20% dos índios catam cavaco; 80% ficam no milho.” Passam-

se 15 dias, voltam os anciãos, querendo confirmação. Já estava escolado... O que diz? Não aumentou a projeção de chuva. Ele pensa: vou faturar e garantir a minha reeleição, e diz: "É o seguinte: 40% no cata cavaco e 60% no milho." Passa mais um pouco, e quando ele volta a olhar, a projeção de chuva está torrencial. Ele pensa: amanhã, vou mandar botar 80%, mas deixa eu fazer hedge. Telefona para o departamento de meteorologia e pede para falar com o chefe da meteorologia. O chefe atende, e ele diz que tem uma responsabilidade muito grande e precisa saber se vai chover mesmo. O chefe diz: "O senhor fique sossegado. Vai chover como nunca choveu." E ele diz: "Mas é garantido? Eu vou tomar risco." "Pode tomar. Não tem problema." "Mas como é que o senhor pode me garantir isso?" É o seguinte: "Quando vai chover, os índios catam cavaco, e estão catando cavaco como nunca!" (Risos.)

Assim funciona o Focus com o Banco Central, um fala e o outro escuta, o outro escuta e o outro fala. Então, é óbvio que, na hora em que o Banco Central começar a sair com projeções... Essa condição de que o mercado vai partilhar da mesma percepção, pode ficar sossegado, que essa vem de graça!

Muito bem, quando o Banco Central mexer na taxa de juros, imediatamente você já terá impacto no déficit nominal, que é o que a gente queria. Se fosse pela gente, nós começaríamos por aí, cortando logo isso para derrubar a conta de juros. Agora ele faz e ninguém vai dizer que ele é leviano. Mas, quando ele fizer isso, volta o crédito. Você vai me perguntar: mas quando? Vamos supor que ele fará isso em outubro ou novembro, não passa disso. Vai baixar quanto? Meio. De 14,25%, baixar 0,5%? Que grande coisa aconteceu? Muito, porque a gente projeta. Os juros de que estamos falando não são os daquele dia, mas de quanto o mercado futuro estabelecerá para a taxa de juros daqui a um ou dois anos. E a queda vai ser fenomenal, e os empréstimos... A taxa de desconto do patrimônio das empresas muda, e as empresas estão morrendo. Esse impacto vai ser espetacular! Volta o crédito.

Se a gente, então - e vou falar agora em crescimento - puder ter a internacionalização da economia, e na palestra do Bacha vocês vão ver o quão decisivo é isso para virar o jogo, não vou nem entrar nessa caixinha -, eu vou juntar com as concessões e privatizações, e é indispensável que esse projeto seja um sucesso. É aquela velha história: há alguma boa notícia no que estamos falando aqui? Nenhuma, é tudo sacrifício, ou vai aumentar imposto ou vai cortar gastos, cortar programas, vai ser doloroso. Este é o único facho de luz piscando no Governo Temer: é tornar as condições de mercado mais próximas da concorrência, fazer um trabalho de divulgação enorme, porque não é fixando taxa de retorno que você faz venda de aeroportos, é tendo a certeza de que todos os grandes do mundo foram seduzidos para vir apresentar uma proposta no Brasil. Isso complementa um quadro de mudança de expectativa fabuloso. Você completa, vindo do exterior, a queda do déficit, a volta do crédito, e você tem crescimento de volta na economia. Esse modelo se retroalimenta.

Agora, se estamos numa homenagem ao Werner e eu paro por aqui, ele vem me puxar a perna à noite: e distribuição de renda? Por isso faço, num bloco só, crescimento e justiça social. O rosinha é a justiça social. E aí eu preciso de três pilares. Um é a modernização da educação, e tem aí o Cláudio de Moura Castro para nos ensinar o que precisa ser feito nesse departamento. Não dá para viver sem isso. Outro pilar são os programas sociais. Quem for idiota de imaginar que programa social no Brasil pode ser cancelado, porque agora somos pró-mercado, está precisando passar pela escola da vida. Nós queremos que o cidadão tenha no Bolsa Família um estágio, um aprendizado, a melhoria do seu capital humano para voltar ao trabalho. Nós não vamos deixar o cara morrer de fome até o filho dele se formar economista pela UFMG. É indispensável, principalmente porque são programas baratos. O Ricardo Paes de Barros está absolutamente correto. Nós vamos precisar desses programas e por muito tempo.

E o fato de ter-se tratado aqui do assunto reforma tributária me deixou muito feliz. Quando Maurício mostra que beleza que é você casar a internacionalização da economia com uma mudança na estrutura de impostos do País, ele está dando um caminho que é totalmente ignorado.

É incrível. Vejam alguns absurdos. O Governo fala em reforma tributária. Como chama o País? República Federativa do Brasil. Qual é o primeiro imposto que ele quer mudar? ICMS. Ah, vá lamber sabão, caramba! Como ICMS? ICMS é imposto estadual. Arruma sua casa e vem conversar com a gente sobre ICMS. Não começa pelo ICMS.

Mas que casa tem para arrumar? Caramba, além de a carga ser alta – aí eu questiono se um país com a concentração de renda do nosso pode ter carga muito mais baixa do que essa –, ela é tão imbecil, tão concentradora, tão protetora da elite que é inacreditável que não se consiga tocar nisso há muito tempo. Se vocês lembrarem, o único voto que o Lula perdeu durante o seu mandato foi quando ele tentou mexer nas alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Então, gracinhas do tipo: um grande escritório de advocacia ou de economia paga um imposto sobre lucro presumido que é alguma coisa menos de 15% e acabou, ele pagou tudo o que ele tinha de pagar. Na hora em que ele distribui aquilo para o proprietário do escritório, aquele gato gordo, para pegar e comprar um iate para deixar em Angra ou em Monte Carlo, não tem imposto nenhum. O funcionário dele paga 27% na folha. Ele não paga.

E aí o bacana: “Ah, mas o Bradesco paga 55% de Imposto de Renda.” Quem é Bradesco? Existe a pessoa física Bradesco? Cinquenta e cinco por cento. Você pega do Bradesco e tira 55%. Ou seja, você tirou 55% dos seus acionistas. A velhinha, para quem o finado deixou R\$5 mil em ações, tem o mesmo nível de tributação expropriativa que teve a filha do Sr. Amador Aguiar. Então, não se deve tributar o Bradesco. Deve-se tributar a distribuição de dividendo do Bradesco. Mas a atividade bancária, não. Deve-

se desonerar o setor produtivo para a gente ter emprego, ter geração de credibilidade nessa economia e a pessoa física de uma forma progressiva, que é absolutamente legítimo num País como o que a gente está vivendo.

Eu diria para o Werner o seguinte: isso aqui, com as recomendações que vocês ouviram de manhã, com um mínimo de coerência, nos joga numa eleição, em 2018, em que nós poderemos começar alguma coisa absolutamente inédita na história do Brasil: uma inflação dominada, uma estrutura de gasto e receita fiscal absolutamente sustentável, um saneamento ético como nem se imaginava que fosse possível ser feito pela Lava Jato e um Presidente que, se Deus quiser, se eleja na plataforma de “eu vou dar continuidade a isso”, “eu vou fazer mais mercado, mais projetos sociais, vou ter muito cuidado para não gastar mais do que eu ganho e buscar o País que a gente sempre quis”.

Nestes 50 anos que a gente acompanha a economia, pode-se dizer que é realmente a ciência do desalento. Poxa, desde quando eu me formei até hoje, o que melhorou? Parece pouco, principalmente dado o potencial do Brasil. Mas, olha, nunca deixou de melhorar.

É mais ou menos como um rio indo para o mar. Ele não faz a linha reta, porque tem que conciliar, tem que comprometer, tem que ceder. Há o débil mental que, de repente, acha que vai resolver o problema sozinho. Há o geniozinho que quer fazer o plano do seu coração. Não faz mal. Estamos aprendendo, estamos mudando, estamos crescendo.

E acho que boa parte de se conseguir esse crescimento, a gente deve ao Werner. E de tudo o que foi lembrado aqui do Werner, com muita propriedade – a capacidade de liderança, a persistência, a diversidade, a tolerância intelectual –, foi lembrada aqui a importância lá do lado germânico dele para ter feito tudo isso. Talvez, por atavismo, eu quero lembrar o outro lado dele, que é o lado judaico, o lado do carinho, da emotividade, da atenção que ele dava para a gente. Todos vocês que passaram por estudo no exterior sabem que coisa mais massacrante aquilo, em que faz parte do aprendizado você ser, às vezes, massacrado e humilhado para entender como é a vida. E, nessas horas, ele estava do lado, ele tinha uma palavra forte. É aquilo que o Cláudio disse: momentos em que ele conversa com a gente e muda a vida.

**OBRIGADO POR TUDO,
WERNER! OBRIGADO A
VOCÊS.**



ANTÔNIO ARANTES LÍCIO (MODERADOR):

– Vamos passar a palavra para o nosso Edmar Bacha. Agora, eu gostaria de passar a moderação ao nosso Waldery, que está se aproximando.



EDMAR LISBOA BACHA:

– Há três anos, eu escrevi um texto chamado “Integrar para crescer”, que refletia a minha ansiedade, com a qual eu tenho certeza de que Werner compartilharia, com o fato de que esta economia está semi-estagnada, já hoje e há 35 anos. A partir de 1980 até 2016, nossa taxa média de crescimento não passa de 2,2% – é marginalmente maior que 1% ao ano – per capita. E, se continuarmos nessa linha, só vamos conseguir chegar à renda per capita atual de Portugal lá para o ano de 2075, quando poucos, dos que aqui estão, estarão presentes.

Então, nós temos que pensar, realmente, em alternativas, superada essa fase, com esse programa que o Luis Paulo mostrou aqui, essa fase de superar o período recessivo e entrar em um período de crescimento: como vamos conseguir alterar a taxa de crescimento da economia brasileira para 2%, 3% ao ano pelo menos.

E nesse texto, “Integrar para crescer”, eu defendia que a única alternativa possível para nós conseguirmos voltar a crescer seria integrar a economia brasileira ao comércio internacional.

Bom, nada disso aconteceu nos últimos três anos, o que me fez perguntar exatamente por que é tão difícil - algo que para os economistas parece ser tão óbvio, a integração internacional - por que é tão difícil para o Brasil se integrar à economia internacional?

Vamos começar pelo que nós, economistas, acreditamos. Acreditamos que a integração internacional é muito benéfica, desde lá atrás, com o teorema das vantagens comparativas, do David Ricardo - os países se especializando na produção dos bens com que eles são

relativamente mais produtivos e isso aumentando o nível de bem-estar para cada país e para o mundo como um todo.

Hoje em dia, a gente sabe que o mundo não é mais aquele mundo *ricardiano*, de pequenas empresas, trabalhando em custos crescentes e transacionando produtos finais. Hoje em dia, o comércio internacional é de produtos intermediários, transacionados em cadeias internacionais de valor, por empresas grandes, operando em regime de concorrência monopolística com custos decrescentes e, em geral, operando também entre o comércio entre empresas de uma mesma multinacional, ou seja, entre suas filiais e subsidiárias.

Nesse conjunto novo, que é o comércio internacional moderno, há outros fatores de igual ou maior importância. A especialização é o primeiro deles, e o mais importante é a tecnologia, é a possibilidade de as empresas incorporarem o estado das artes que existe em nível internacional nas suas próprias empresas.

Eu me lembro de um dono de uma multinacional daqui, do setor automobilístico no Brasil, a quem alguém perguntou: “Mas por que você fabrica esses carros, essas carroças aqui, no Brasil, enquanto, na Alemanha, você fabrica carros de última geração?” Ele falou: “Deixe-me importar as peças e produtos que eu produzo como na Alemanha. Com os requisitos de conteúdo nacional e com as taxas que incidem sobre peças automobilísticas aqui, é impossível.”

Portanto, nós estamos com um sistema de empresas, por exemplo, no setor automobilístico, cuja produtividade por trabalhador é metade da do México, que tem uma empresa automobilística integrada à americana.

O segundo é a escala. Quer dizer, nós estamos trabalhando com empresas, como eu disse, em concorrência monopolística, operam com custos decrescentes, quanto maior a escala de operação, menores os custos.

E o terceiro é a concorrência, a velha e boa concorrência, que faz com que sobrem nos mercados somente aquelas empresas que são mais competitivas.

Isso é a teoria, mas a evidência dos milagres econômicos, todos os países que superaram a renda média e conseguiram se tornar desenvolvidos depois da Segunda Guerra, na periferia da Europa, no sudeste da Ásia, na Oceania, todos eles fizeram esse processo de transição através de uma progressiva e crescente integração à economia internacional.

Finalmente, nós temos as evidências empíricas. Esse paper que estou citando aqui é uma resenha recente do Donaldson. Na verdade, ele até fica encabulado porque as suas regressões entre o tamanho do PIB e o grau de abertura da economia têm uma taxa de explicação que é excessiva para o modelo que ele está utilizando.

Quer dizer, empiricamente, historicamente, teoricamente, não há nenhuma dúvida de que a integração é benéfica. E, contrastando com esse fato, nós temos a questão de

que o Brasil, apesar de o Itamaraty negar, é um dos países mais fechados do mundo. O Itamaraty recentemente emitiu uma nota dizendo que aparentamos ser fechados, porque somos uma grande economia. Não é verdade! Todas as grandes economias do mundo, maiores do que o Brasil, são também grandes exportadoras. Os Estados Unidos são a primeira economia do mundo e a segunda maior exportadora; a China é a segunda maior economia do mundo e a primeira exportadora; Japão tem a terceira e quarta; Alemanha, a quarta e terceira; França, quinta e quinta; Reino Unido, sexta e décima; já o Brasil, que vem logo em seguida, ou vinha, porque agora perdeu algumas posições, isso é de 2015, sendo a sétima maior economia, é somente o vigésimo quinto maior exportador. Temos 3% do PIB do mundo e só temos 1,1% das exportações do mundo. Nós somos um gigantinho de 3 metros em termos de PIB e somos um anão de 1,1 metro em termos de exportação.

O que a gente vê do lado das exportações obviamente se repete do lado das importações. A razão das importações para o PIB do Brasil é só 14%. Esse é o menor valor entre todos os 160 países considerados pelo Banco Mundial, exceto por Nigéria e Sudão. E entre os 160 países não entra a Coreia do Norte, portanto, é capaz de haver três países abaixo da gente.

O paradoxo dessa situação é uma coisa que os brasileiros não entendem, mas os estrangeiros entendam muito bem. Dizem: “Mas como estão abertos? Você diz que o Brasil é tão fechado. Olhe todas as multinacionais.” Claro, há milhões de multinacionais aqui no Brasil ocupando uma parcela significativa da economia brasileira. Nós temos este contraste: nós abrimos a conta capital para as multinacionais virem ao Brasil, mas fechamos a conta de comércio para impedir que elas importem. O resultado disso é que as multinacionais vêm ao País para substituírem importações, explorarem o mercado interno, beneficiarem-se dessa posição monopolística, ela e seus empregados, enquanto o resto do País empobrece. Todos nós que estudamos na década de 1960 nos Estados Unidos nos lembramos do teorema de Harry Johnson e Jagdish Bhagwati sobre o crescimento empobrecedor.

Mas, então, por que o Brasil não abre? Ocorreram-me cinco possíveis explicações, que são o tema da minha palestra de hoje.

Primeiro, o argumento pró-integração é complexo, difícil de entender; segundo, são as oposições dos interesses constituídos; terceiro, que os benefícios vêm do longo prazo e os custos vêm na frente; quarto, há uma leitura tradicional da história do País que não beneficia a abertura; e o quinto, que eu acho o mais importante, é o eventual irrealismo das hipóteses “aberturistas” sobre o funcionamento da economia.

Vamos começar pelo primeiro, argumento complexo e difícil de entender. Uma vez, um matemático descrente da cientificidade da economia perguntou ao Paul Samuelson: cite uma proposição em economia que seja ao mesmo tempo verdadeira e que não seja óbvia. O Samuelson teve que dormir, voltou de manhã cedo e disse para ele:

vantagens comparativas. E completou: “Que a teoria das vantagens comparativas é verdadeira, eu não preciso explicar para um matemático, mas que ela não seja óbvia é patente pelo fato de que muito pouca gente entende, e não adianta quantas vezes os economistas expliquem, porque as pessoas sempre vão encontrar alguma razão pela qual com ela não concordem.” Isso porque a ideia que existia antes de Ricardo era de Adam Smith, que o comércio era um *vent for surplus*, era uma vazão para o excedente da capacidade interna, e essa ideia implícita no *vent for surplus* de que você protege o mercado interno e exporta o que sobra é muito mais intuitiva do que a ideia de vantagens comparativas.

E nós vemos exemplos de políticos da esquerda à direita – Trump - com a oposição, no discurso dele de anteontem... Antes, ele utilizava a expressão “*America first*”, mas ontem ele abriu o discurso dele dizendo: “Eu sou contra o *globalism* porque era a favor do *americanism*.” E a Dilma, em 2011, defendendo o mercado interno contra a crise. Para os políticos, na verdade, a abertura parece ser um masoquismo intelectual de economistas, para usar a expressão recente de um político brasileiro. Essa primeira explicação leva os “aberturistas” a essa concepção de que somos uns iniciados confrontando-nos com os desinformados.

O segundo argumento é a oposição dos “interesses constituídos”, no sentido de que os benefícios da abertura são difusos, mas os custos são concentrados, e os que sofrem esses custos são politicamente poderosos. E nem é preciso elaborar sobre a extraordinária influência que as entidades empresariais têm sobre a política comercial brasileira. Essa segunda explicação leva os “aberturistas” à concepção de que somos defensores do bem comum confrontando-nos com lobistas.

A terceira é que os benefícios vêm do longo prazo, mas os custos vêm na frente. Os benefícios ocorrem quando os fatores de produção se deslocam para novas frentes e conseguem produzir... Quem foi que falou? Foi a Dorothea que falou que levam cinco anos para as empresas conseguirem exportar, enquanto que os custos são imediatos, ou seja, você baixa as tarifas, as importações entram substituindo a produção doméstica e com uma taxa de desconto intertemporal muito elevada. Assim, os benefícios futuros da integração parecem não compensar os custos presentes. Essa terceira explicação leva os “aberturistas” à concepção de que somos visionários contemplando míopes.

E, finalmente, alguém uma vez me perguntou: “Mas o que é específico? Isso aí parece aplicar-se a qualquer país do mundo.” Essa aqui eu creio que é mais especificamente brasileira. É uma leitura tradicional da história do País, que o Brasil teria estagnado no século XIX, por ter mantido uma economia aberta baseada na exportação primária, que o Brasil teria progredido no século XX, com uma economia fechada, baseada na substituição de importações. E por que, então, no século XXI, voltar a abrir a economia, que seria sinônimo de reprimarizar as exportações?

Essa é uma leitura simplista que ignora os ganhos que o País teria se houvesse diversificado exportações no passado, como fez a Coreia do Sul, por exemplo, em vez de especializar-se somente em café e restringido a indústria ao mercado interno. Além disso, essa hipótese, especialmente a terceira parte dela, ignora a alta produtividade dos modernos complexos agromineroindustriais integrados às cadeias internacionais de valor que hoje adicionam valor aos produtos primários.

Essa quarta explicação acho que leva os “aberturistas” a essa concepção de que nós somos cosmopolitas, confrontando-nos com provincianos.

Essas quatro explicações anteriores sobre o porquê é difícil abrir são populares. Mas eu creio que os economistas aqui entre nós concordariam que todas elas são equivocadas. Mas será que elas esgotam o assunto?

E aqui eu entro com uma quinta possibilidade que me atrai mais, que é o irrealismo das hipóteses sobre o funcionamento da economia. Porque a hipótese implícita da abertura é que a oferta cria sua própria procura, que basta reduzir as tarifas que uma realocação eficiente se produz, mantendo-se o equilíbrio tanto interno quanto externo. Mas o que pode ocorrer é que, devido à inércia alocativa, a abertura tem como consequência desemprego e desequilíbrio externo e que a transição para um novo reequilíbrio pode ser longa e penosa depois dessa queda de tarifas, ou, em regimes democráticos, a abertura pode ser simplesmente abortada, como ocorreu a partir de 1995, com a abertura do Collor de 1990.

Esse argumento, na verdade, para mim, é o que explica por que a abertura não sai do papel, como tem ocorrido no País: porque nós não tivemos uma proposta que levasse em conta essa rigidez na alocação de recursos e essa dificuldade de fazer a transição de uma economia fechada para uma economia aberta. Ou seja, uma estratégia de integração precisa ser baseada não somente em chicotes, mas também em cenouras. O que eu quero dizer com isso é que o argumento que eu apresentei, o quinto argumento, implica que temos que fazer uma transição paulatina e não somente baseada em automatismos de mercado, que temos que fazer uma integração privilegiando a reciprocidade em relação a movimentos unilaterais e que temos que adotar uma flutuação cambial administrada, em vez de um câmbio livremente flutuante enquanto fazemos a abertura.

Acontece que, três anos atrás, a proposta que eu apresentei, e que ainda considero aparentemente realista, se baseava em três pilares que levam essa crítica em conta. Ou seja, primeiro, ela é gradual, para ser implantada ao longo de um período de seis anos, dois anos do atual Governo mais os quatro do que lhe vai dar continuidade.

O primeiro é redução do custo Brasil – não preciso falar isso aqui.

O segundo é troca de tarifas por câmbio. O que eu quero dizer com isso? É que, na medida em que você reduz as tarifas, você deve cuidar para que haja uma desvalorização

compensatória, o que não ocorreu por razões específicas do período, com a abertura de 1990. Nós fizemos a abertura e, em cima da abertura, fizemos uma valorização cambial muito forte. E aqui estou dizendo que temos que ter cuidado, porque, ao fazermos a abertura, temos que cuidar que o câmbio se adeque a esse fato de que agora não vai haver mais tanta tarifa, que agora não vai haver mais tanto conteúdo nacional, que agora não vai haver mais tanta proteção para compras governamentais.

Se nós vivêssemos em um mundo de faz de conta das expectativas racionais, o mercado faria isso por você, porque se você anuncia, com credibilidade, que vai abrir a economia, o mercado vai saber que vai haver uma grande demanda por dólares daqui até os próximos seis anos. Antecipando-se a esse aumento de demanda, que obviamente desvalorizaria o câmbio no futuro, o pessoal do mercado vai comprar dólar agora e haveria uma desvalorização na frente. Isso seria uma maravilha. Quer dizer, você anuncia que vai reduzir as tarifas e o câmbio se desvaloriza, o que facilita. É verdade, mas também pode haver o contrário: o mercado ficar tão entusiasmado com essa equipe maravilhosa que agora está fazendo parte do Governo e que está até abrindo a economia, o que sempre se acreditava que era impossível, e, aí, sofrermos uma invasão de capital estrangeiro, o que tende a valorizar o câmbio – e a isso o Banco Central teria que se opor.

O terceiro ponto são os acordos comerciais. Isso, hoje em dia, finalmente entrou na pauta. Infelizmente está entrando na pauta quando nem a Europa e nem os Estados Unidos do Trump com Acordo Transatlântico, provavelmente nem vai sair do papel. A própria Hillary disse que vai rever o Acordo Transpacífico. Mas, enfim, os acordos comerciais obviamente são algo que temos que trabalhar para facilitar nosso processo de integração e evitar desequilíbrios internos.

Então, eu creio que temos hoje não somente esse meu programa. O CDPP também recentemente apresentou uma proposta, inclusive bem mais completa do que essa que eu apresentei há três anos. Hoje nós temos uma concepção do que é necessário fazer. Eu até comparo um pouco com o Plano Collor, a maneira abrupta como foi feito, com o Plano Cruzado. E agora temos uma proposta que se parece um tanto com o Plano Real. Portanto, intelectualmente, nós estamos prontos. A questão é saber se vamos conseguir fazer a passagem política. Se não conseguirmos, eu prometo a vocês que eu não vou voltar, daqui a três anos, com um “Integrar para Crescer 3.0”; eu vou propor, daqui a três anos, que façamos uma coisa mais radical.

Se, mesmo assim, a abertura não emplacar, porque não podemos sair do atavismo do mercado interno, é melhor partir para uma versão tropicalizada do Brexit, que é o Braxit da “Terra Brasiliensis”, e vamos dividir o País em sete.

Deixem-me ver se consigo achar aqui...

Aqui embaixo: a República Gaúcha – uma coisa que os gaúchos sempre quiseram: fazer o separatismo incorporando a Província Cisplatina, desde que Montevideu pudesse ser a

capital. Em seguida, o Paraná, coitado, que vai ter que ser reincorporado por São Paulo para constituir a Pauliceia Desvairada. Lá no Rio de Janeiro nós sempre nos sentimos muito integrados à Bahia e sempre com muita pena de ter perdido Dom Pedro II: vai ser o único reino, o Reino do Samba, com capital em Parati, onde Dom João já está esperando. Em homenagem a Gilberto Freyre, o Engenho e Arte, que vai se integrar plenamente à Europa e aos Estados Unidos, dada a sua localização. Minas Gerais incorpora Goiás para fazer o Grande Sertão Veredas. O Pantanal Brasiliense vem aqui com todos os políticos, exceto o Senador que aqui nos ouve. E as pessoas falam: “Mas e como se vai financiar isso?” Nós vamos financiar tudo isso, inclusive a dívida externa, que nós vamos fazer desaparecer, constituindo o Parque Eossustentável do Amazonas, que nós vamos alugar para os países nórdicos e vamos reduzir a dívida a zero.

OBRIGADO.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

Obrigado, Prof. Bacha.

Vamos para o terceiro palestrante. Antes, permitam-me só citar meu nome: Waldery Rodrigues, do Ministério da Fazenda. Estou aqui a convite – e com muita honra – do Senador Cristovam Buarque.

Prof. José Márcio Camargo, professor que dispensa apresentações.





JOSÉ MÁRCIO CAMARGO:

– Bom, eu ia falar lá do meu lugar, mas, como todo mundo falou daqui eu resolvi falar daqui também.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite. É um enorme prazer estar aqui.

Eu, na verdade, não cheguei a ser aluno do Prof. Werner Baer, mas cheguei a conhecê-lo e participar de várias conversas com ele. A minha geração era um pouco mais jovem; a minha geração, na verdade, foi apadrinhada pelo Edmar.

Vou falar um pouco sobre a economia brasileira hoje. Vou falar um pouquinho sobre os últimos 15 anos e sobre o que eu estou pensando daqui para frente.

A primeira coisa importante que temos que olhar é que o Brasil passou por duas fases extremamente importantes, desde 1990, e está passando por uma terceira fase agora, que eu espero que seja bem diferente da fase imediatamente anterior. Entre 1990 e 2006, a economia brasileira fez uma verdadeira revolução pacífica: nós abrimos a economia, como disse o Edmar; nós privatizamos grande parte das empresas estatais brasileiras; criamos uma série de programas condicionados de transferência de renda, o que é uma invenção brasileira – todos esses programas condicionados foram, de alguma forma, inventados e discutidos aqui no País, e o Senador está aqui para mostrar isso. Estabilizamos a economia, fizemos uma série de reformas no mercado de trabalho, uma série de reformas na previdência social, criamos o câmbio flutuante; em suma, transformamos essa economia, de uma economia extremamente fechada, com uma hiperinflação espetacular, um déficit público financiado pela hiperinflação, em uma economia muito mais organizada, que caminhava, bem ou mal, em uma direção, aparentemente... Quer dizer, não cresceu muito, como disse o Edmar também, mas, de alguma forma não teve um período recessivo muito forte. Muito pelo contrário, cresceu algo em torno de 2%, 3% ao ano, mas teve um aumento significativo da taxa de desemprego, porque, com a abertura da economia, houve uma grande mudança tecnológica no parque industrial brasileiro e desempregou-se um número relativamente grande de trabalhadores.

Eu aprendi nessa época – eu ainda era jovem, agora já estou bastante mais velho – que esse negócio de retrainar trabalhador é quase impossível. Tentaram-se vários

programas de retreinamento e, efetivamente, era muito difícil reincorporar os trabalhadores à força de trabalho.

Essa foi uma experiência que aconteceu no Brasil, mas também na Europa dos anos 80. Depois, estudando sobre desigualdade de renda, após esse período, eu comecei a ler uma série de pesquisas, resultados de pesquisas de neurociência, e os neurocientistas chegaram à conclusão de que, depois dos 15 anos de idade, ninguém aprende mais nada. Então, se depois dos 15 anos de idade ninguém aprende mais nada, podemos esquecer, não se vai conseguir retrainar trabalhador. Não é que não se aprenda mais nada; é que fica muito mais difícil aprender. O esforço para se obter a mesma quantidade de aprendizado é muito maior. Isso significa que é extremamente difícil programas de retreinamento funcionarem. De qualquer forma, o ponto importante para o qual quero chamar atenção é o fato de que, bem ou mal, parecia que, lá em 2005, 2006, estávamos caminhando para uma situação de estabilidade, com algum potencial de crescimento no futuro.

De 2006 até 2015, o Brasil fez uma contrarrevolução. Nós resolvemos voltar à década de 80. Conseguimos. Fechamos a economia, re-estatizamos várias coisas, voltamos a ter inflação alta, a controlar preços, voltamos a controlar taxa de câmbio; em suma, fizemos uma contrarrevolução.

Voltamos, tentamos e conseguimos – porque, quando você tenta, você consegue – voltar à década de 80. Esse foi um problema. Claro que o resultado disso é o aumento do desemprego, a inflação, que estava começando a ficar descontrolada e que gerou este terceiro período que está começando agora. A pergunta, no fundo, é como vai ser este terceiro período que está começando agora.

Os primeiros meses parecem razoáveis. A primeira coisa importante é o fato de que este Governo fala português. O governo anterior falava uma língua que ninguém entendia direito. Então, o grau de incerteza era de tal ordem que ninguém queria trabalhar, ninguém queria investir, ninguém queria empregar, ninguém queria fazer nada, e a recessão em que nós vínhamos ao longo de 2015 mostrou exatamente isso.

Do meu ponto de vista, quando você olha 2015, você observa que, a cada mês, a expectativa de crescimento ia diminuindo e a expectativa de desemprego ia aumentando. Foi impossível acompanhar a realidade ao longo de 2015, impossível. Você previa: “Este ano a economia vai cair 1%.” No mês seguinte, você tinha que prever que ia cair 1,5%, porque foi pior do que você esperava. No seguinte, caía 2%, porque foi pior, e assim foi. A mesma coisa com o desemprego: “O desemprego vai ser 7% da força de trabalho.” Aí, no mês seguinte: “Não, não é 7%, é 8%; não é 8%, é 10%; não é 10%, é 11%.” Em suma, você tinha que sair correndo atrás, e acho que a razão disso era que ninguém entendia o que estava acontecendo. Cada um falava uma coisa, cada um ia para um lugar, e isso, obviamente, gerava uma incerteza que paralisou o País.

O novo Governo, bem ou mal, fala português, você entende o que ele fala. Consequentemente, independentemente de você concordar, só de falar a língua que você entende já diminui muito o grau de incerteza. As pessoas que concordam investem; as pessoas que não concordam não investem. Pelo menos, agora, você tem alguém que investe. Isso é melhor do que o que a gente tinha antes, quando ninguém entendia nada, ninguém fazia nada, ninguém conseguia caminhar para frente.

A segunda coisa importante, obviamente, é o fato de se ter uma equipe econômica crível, que, bem ou mal, tem um projeto, e esse projeto – você pode concordar ou não – é racional. Você pode dizer que discorda de tudo o que eles estão fazendo; pode achar que esse negócio de criar limite para o crescimento do teto do gasto é um absurdo, porque vai congelar gasto com educação e saúde – o que é um disparate – pode achar que esse projeto de fazer uma reforma na previdência é também um disparate, porque vai diminuir pensões etc. Você pode discordar de tudo. Mas isso não importa. O ponto que acho importante é o seguinte: hoje você tem uma direção, e isso faz diferença. Mesmo que você não concorde, faz diferença, pelo menos no curto prazo. Acho que essa é uma questão que vai ser muito importante, desde que se mantenha o discurso. Vai haver oposição e vai haver situação. Você vai lá, faz o discurso e tudo bem.

A pergunta que tenho me feito sistematicamente é a seguinte:

- suponha que se crie um limite de gastos e que seja aprovada a PEC do limite de gastos. Na verdade, se você aprovar a PEC do limite de gastos e não aprovar a PEC da Previdência, em 20 anos, 100% dos gastos públicos vão estar alocados à previdência. Então, se aprovar a PEC do limite de gastos, vai ter que aprovar a PEC da Previdência, porque é insustentável! Em 20 anos, 100% dos gastos do Governo Federal seriam com a Previdência, caso se aprovem o limite e não aprovem a PEC da Previdência. É conta, não há nenhuma previsão aqui, é aritmética, não é previsão. Dado isso, terá que aprovar. Ou acaba com o limite de gastos ou não sei o que vai acontecer.

A pergunta que acho que temos de nos fazer é: será que, depois de 40 anos de estagnação, vamos conseguir crescer? Essa, para mim, é a grande pergunta. A curto prazo, independentemente de concordar ou não, você pode dizer que queria ter mais gastos com saúde e educação, que acha que Previdência é fundamental, a pensão é muito importante, é distributiva, mas a PEC da Previdência e a PEC do limite de gastos, provavelmente, vão resolver dois problemas que temos de “curto prazo” – entre aspas – que são: primeiro, um desequilíbrio fiscal grave, você tem um déficit público de 10% do PIB, sendo 8% devido a conta de juros, como disse o Rosenberg, e 2,5% devido ao déficit primário. Você tem um país cujo gasto público cresce em termos reais sistematicamente, sempre. Então, criar um limite para o crescimento do gasto é bom - pelo menos pela primeira vez você tem um limite. Os legisladores e o Executivo vão ter de se conter dentro daquele limite. O fato de termos tido um processo de *impeachment* da Presidente, que acabou de sair com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, é extremamente positivo,

pela simples razão de que, pela primeira vez no Brasil, alguém que desrespeita a lei fiscal foi punido. Isso é um antecedente bem bom para o futuro.

Do ponto de vista de curto prazo, ainda que você simule com diferentes taxas de crescimento do PIB, você vai ver que, com a PEC do limite de gastos e a PEC da Previdência - com limite de idade de 65 anos e uma penalização de 50% a mais para se aposentar para o cara que tem mais de 50 anos - você só vai começar a reverter a trajetória de aumento da relação dívida/PIB em 2022. E a relação dívida/PIB vai bater acima de 94% em 2022. A pergunta aqui é: será que o mercado vai ter paciência até chegarmos lá? Não sei, mas espero que tenha. Isso é uma discussão, e espero realmente que o mercado tenha paciência sabendo que vai chegar.

Como vai chegar? O mercado, como disse o Rosenberg outra vez, antecipa. Como o mercado antecipa, eu sei que vai chegar; então, vamos esperar, porque vai chegar lá.

Mas a pergunta é: “E no longo prazo? Será que nós vamos conseguir voltar a crescer no longo prazo?”

Eu tenho me lembrado muito de uma frase da ex-Primeira-Ministra Margaret Thatcher que acho muito boa. Ela tem várias frases boas, mas essa eu acho especialmente boa. Uma vez perguntada sobre o que ela achava dessa questão relacionada a paraísos fiscais, ela se virou para a pessoa e falou: “Só existem paraísos fiscais porque existem infernos fiscais.”

Acontece o seguinte: o Brasil resolveu criar uma série de infernos para o crescimento. Nós temos um inferno fiscal; um inferno tributário; um inferno regulatório; um inferno educacional; um inferno trabalhista. Todos eles precisam, de alguma forma, ser resolvidos se nós realmente quisermos crescer no longo prazo, porque o que esses infernos fazem é expulsar o investimento. O Brasil tem algumas coisas impressionantes. A gente fala muito de investimento estrangeiro. O Brasil recebe de investimento direto estrangeiro mais ou menos o que o Chile recebe por ano. Olhem o tamanho do Brasil e comparem com o tamanho do Chile. É inacreditável! Na verdade, o Brasil é um país muito pouco atraente para o capital. Não é à toa que a taxa de investimento no Brasil é 17% do PIB. A taxa de investimento no Chile é 25%. Alguma coisa está errada.

O que acho que está errado é exatamente essa quantidade de infernos que nós resolvemos criar na economia brasileira. Você tem uma legislação trabalhista que é um horror, uma legislação trabalhista cujas principais características são incentivar a rotatividade, criar uma enorme insegurança em relação ao custo do trabalho, desincentivar a geração de emprego e incentivar a informalidade. Essas são as características principais da legislação trabalhista brasileira.

Nós temos uma legislação educacional que coloca 13 matérias por ano no segundo grau. Eu tenho uma filha de 18 anos – linda, hein, modéstia à parte. Há dois anos,

ela quis fazer intercâmbio na Austrália. Foi, passou seis meses lá, estava no segundo grau. Chegou lá, ela ligou e disse: “Pai, eu só tenho cinco matérias. Que espetáculo!” Realmente, é inacreditável o Brasil ter 13 matérias. É claro que o jovem de família pobre com pais pouco educados não vai conseguir passar do segundo grau. Esquece! A probabilidade é muito baixa. Para a minha filha fazer 13 matérias... É verdade que ela estava num colégio que nem é tão excepcional, mas era um dos bons colégios do Rio de Janeiro, tinha que estudar, acompanhar.

Aprendi isso com o Prof. Darcy Ribeiro numa discussão quando fizeram os CIEPs no Rio de Janeiro. O Prof. Darcy Ribeiro foi o pai dos CIEPs, que eram escolas de tempo integral. Eu estava num jantar – não importa na casa de quem – onde estava o Prof. Darcy Ribeiro, e houve uma enorme resistência ao negócio dos CIEPs.

Estava o Prof. Darcy Ribeiro do lado, nós começamos a conversar, e as pessoas criticando o negócio do CIEPs: “Esse negócio de tempo integral é uma bobagem, um absurdo”, “é gastar dinheiro à toa”. Aí o Prof. Darcy Ribeiro virou para o cara e disse assim: “Escute, deixe-me fazer uma pergunta para você: quando o seu filho chega em casa e não consegue conversar com as pessoas, o que é que você faz?” “Eu o ensino a conversar com as pessoas, não é, Professor?” “E quando ele não consegue fazer o dever, o que é que você faz?” “Eu sento à mesa com ele e o ajudo a fazer o dever”. “E se ele chegar aqui e der um chute na sua canela, como é que vai ser?” “Aí eu o pego pela orelha, levo para o quarto e o coloco de castigo”. “E se ele não souber comer com garfo e faca?” “Não, se ele não souber comer com garfo e faca, minha mulher o ensina a comer com garfo e faca”. “Pois é, rapaz, deixe-me te dizer uma coisa: família de pobre não tem nada disso. Se ele não consegue fazer o dever em casa, ele não vai fazer o dever, porque o pai também não sabe fazer o dever. Se ele não consegue conversar, ele também não vai aprender a conversar, porque o pai nunca foi ensinado a conversar. Então, ele não foi educado para ser assim”. E assim por diante. Então, pobre, ou ele aprende na escola, ou ele não aprende. Mas se o cara tem que fazer 13 cadeiras num semestre, ele não vai aprender nada, porque ele não vai conseguir acompanhar as 13 cadeiras. Não tem jeito.

Então, tem que se fazer uma reforma educacional. Só 16% dos jovens brasileiros chegam à universidade. Com esse ensino de segundo grau, não tem muito jeito. Nós temos que acabar com o inferno tributário que é este País. A quantidade de impostos é uma loucura. E assim por diante. A pergunta é: nós vamos conseguir fazer? Essa é uma grande questão.

A primeira coisa importante é a seguinte: cada reforma dessas significa prejudicar alguns grupos e favorecer outros. Não tem jeito. Quando você fala “vou fazer uma reforma educacional”, alguns grupos vão ser prejudicados, outros vão ser favorecidos. Se você tentar fazer a reforma olhando para os diferentes grupos, não vai fazer. Ou você entende, acredita que vai ser bom para o País e faz, ou você não vai fazer. E nunca ficou muito claro, no Brasil, se você vai conseguir fazer isso.

E o problema mais grave é o que nós estamos no momento, na minha avaliação... E eu vou discordar aqui um pouco do Rosenberg; eu acho que o cenário internacional é bem complicado para o Brasil neste momento, bem complicado. É complicado não porque a taxa de juros esteja alta. Muito pelo contrário: a taxa de juros, no mundo desenvolvido, é negativa. Mas o cenário é complicado. Você tem muita liquidez, está tudo muito bom, mas há uma coisa que é complicada: existe uma enorme reação do mundo desenvolvido ao processo de globalização. Trump, Brexit, os países de direita da Europa, tudo isso é parte desta reação do mundo desenvolvido ao processo de globalização.

A razão dessa reação tem a ver com um fato que tem um pouco a ver com essa coisa dos infernos que eu estava falando. O que aconteceu ao longo dos últimos 40 anos, desde o final da Guerra da Coreia, foi que os países asiáticos criaram vários paraísos, enquanto os países desenvolvidos do Ocidente mantiveram seus infernos para os investimentos.

O resultado disso foi que uma grande parte dos investimentos nos setores produtores de bens comerciáveis, que é o que se pode exportar, migrou para a Ásia. Isso significa o seguinte: a indústria do mundo ocidental praticamente foi dizimada, exceto na Alemanha. Não existe indústria francesa; não existe indústria espanhola; não existe indústria inglesa – quer dizer, muito pouco de cada coisa –; acabou a indústria americana. Então, tudo o que consumimos hoje de bens industriais é, de alguma forma, produzido na Ásia. Pegue um *smartphone*. Como funciona o *smartphone*?

Que tipo de economia temos hoje no mundo ocidental? Nós temos uma economia basicamente da seguinte forma. É um tipo de “*Apple economy*”: há um pequeno grupo de pessoas pensando, planejando, produzindo pensamentos e produzindo coisas novas, novas tecnologias etc., e há um grande grupo de pessoas vendendo, como na Apple. As lojas da Apple são da Apple. É curioso por que a Apple quer ser dona das lojas que vendem os *smartphones* etc., e ter lá o cara que fica pensando. Entre o cara que está pensando e o cara que está vendendo, está tudo na Ásia, tudo é feito e montado na Ásia. Nada é feito e montado nos Estados Unidos, na Europa. Não há nada disso. Tudo é feito na Ásia.

Isso gerou um enorme desemprego e redução de qualidade do emprego no mundo desenvolvido. Só não aconteceu na Alemanha. E a pergunta é: por que não aconteceu na Alemanha? Porque, em 1989, caiu o muro de Berlim. Quando houve a queda do muro de Berlim, como a produtividade na Alemanha Oriental era um quinto da produtividade na Alemanha Ocidental, a taxa de desemprego explodiu, a economia entrou numa recessão cavalgar e o governo do Schröder teve que promover um grande conjunto de reformas institucionais – mercado de trabalho, reforma tributária, reforma fiscal, reforma do Estado etc. –, o que resolveu uma boa parte dos infernos que existiam na Alemanha. A Alemanha foi o único país do mundo ocidental que conseguiu preservar as suas indústrias. A Alemanha hoje é um país que consegue exportar para a China, para o Japão, para a Coreia, da mesma forma que importa da China, do Japão, da Coreia e assim por diante.

Será que vamos conseguir fazer isso? Será que vamos ter condições de fazer isso? O grande problema é que estamos num momento – por isso falei que estou um pouco pessimista – em que há uma enorme resistência nos países desenvolvidos do mundo ocidental contra a globalização. Nós gostamos de falar do Trump, mas o programa de governo da Hillary e o programa de governo do Trump parecem programas de governo de candidatos a presidente de países latino-americanos: é de um grau de protecionismo inacreditável.

Ambos propõem, por exemplo, taxar empresas americanas que investem fora dos Estados Unidos, o que é um negócio completamente fora de propósito. Ambos propõem não fazer o acordo com o Pacífico. Então, em um mundo que está se tornando cada vez mais protecionista, será que nós vamos, efetivamente, conseguir fazer as reformas necessárias para nos incorporarmos a esse mundo? Eu estou um pouco pessimista em relação a isso. Eu acho que nós teremos que fazer muito esforço para convencer a sociedade brasileira de que isso faz sentido.

Para encerrar, e ao contrário do livro do Pikety, chamou muito a atenção a questão da desigualdade gerada por esse processo de globalização. Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para o fato de que é verdade, aumentou muito a desigualdade nos Estados Unidos, na Europa e tal. Agora, o processo de globalização retirou da pobreza milhões de pessoas na Ásia. Se olharmos a desigualdade no mundo, veremos que ela caiu absurdamente nos últimos 20 anos por causa do processo de globalização, porque esse processo permitiu que milhões de pessoas na China, na Índia, no Japão e na Coreia saíssem dos níveis mais baixos de pobreza.

MUITO OBRIGADO.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

Obrigado, Prof. Márcio Camargo.

Teremos, a possibilidade de abertura para perguntas ao final da reunião.

Nosso quarto palestrante é o Dr. Clóvis Cavalcanti.



ANTÔNIO LÍCIO:

– Peço permissão para fazer um registro.

O Dr. Clóvis vai fazer a sua palestra agora, porém há um convidado especial que chegou para render homenagens ao nosso Senador, que é o nosso querido Ricardo Lima, que está aqui em cadeira de rodas e vai aparecer aqui no palco – por favor, tragam o Dr. Ricardo aqui. Ele veio, fazendo um esforço especial para comparecer ao nosso seminário, especialmente para render homenagem ao Senador, do qual é um grande amigo, além de ser amigo de nós todos. O Ricardo começou em Vanderbilt; depois, acabou em Berkeley. Fez o mestrado em Vanderbilt e, depois, o doutorado em Berkeley. Professor da UnB desde os primórdios.



CLÓVIS CAVALCANTI:

– Muito obrigado.

Inicialmente, quero agradecer o convite para participar deste importante momento; agradecer, especialmente, ao Senador Cristovam Buarque, meu ex-aluno que chegou para estudar Economia vindo da Engenharia Mecânica em 1967, primeiro ano de funcionamento do Pimes, o Programa Integrado de Mestrado de Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, criado por Roberto Cavalcanti e por mim. Depois tivemos também como aluno o querido amigo Ricardo Lima.

Tenho todos os motivos para me sentir privilegiado de participar deste evento, sobretudo também porque eu tive uma relação muito próxima com Werner, que, inclusive, foi professor do meu filho, Tiago, que hoje é professor na Universidade de Cambridge,

na Inglaterra, e da minha nora, Juliana, casada com meu filho Tiago. Juliana foi T.A. de Werner na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. E, por sua vez, ela é filha de um grande economista pernambucano, Leonardo Guimarães. E nós todos formamos uma comunidade próxima, muito próxima de Werner.

Werner chegou a Pernambuco em 1962, fazendo aquilo que Cláudio mencionou hoje de manhã: atrás de dados. Ele chegou lá em dezembro de 1962 e começou a procurar as pessoas atrás de informação. Foi à Sudene, o lugar mais indicado para que ele conseguisse acesso àquilo que queria. Mas Werner demonstrava tanto interesse em invadir, digamos assim, a privacidade do Nordeste que, quando o conheci, logo depois recebi a advertência de um estagiário de jornalismo – eu era estagiário na Sudene também, estudante – que me disse: “Clóvis, tenha cuidado com Werner porque ele é um informante da CIA.” De modo que o meu primeiro contato com ele foi, pelo lado positivo, o encontro com alguém que estava atrás de informação; e, do outro lado, havia aquela coisa que pairava no ar de que todo mundo era informante da CIA. Eu disse isso tempos depois para ele, e ele riu muito.

O nosso encontro foi tão cordial que, no dia seguinte – era meu aniversário, eu fazia 22 anos, em 8 de dezembro de 1962 – eu o convidei para almoçar. Eu não ia me encontrar com a família, então perguntei a ele: “Vamos almoçar em um restaurante?” E fomos, junto com um TDE (Técnico de Desenvolvimento Econômico) da Sudene, uma categoria profissional criada com apoio da Cepal por iniciativa de Celso Furtado, que formou ótimos quadros no Nordeste – era um advogado que fazia trabalhos como TDE. Nós tivemos um almoço no Restaurante Casemiro e, nesse almoço, comi filé à Gilberto Freyre.

Eu me lembro muito bem da situação, porque eu apresentei Werner a Gilberto Freyre. Ele já o conhecia um pouco, mas eu mostrei a importância de Gilberto Freyre e, mais tarde, eu aproximei Werner de Gilberto Freyre, assim como o fiz com muitas pessoas, como, por exemplo, Alice Canabrava e Cláudio Moura Castro. Foi inclusive convidado, mais tarde em janeiro de 1974, para um encontro na linha das reuniões que Gilberto Freyre realizava, para discussões interdisciplinares, multidisciplinares, combinando múltiplos olhares, múltiplas narrativas, múltiplas interpretações da realidade, porque Gilberto Freyre era totalmente contrário às especializações.

Com o tempo, convivendo com Gilberto Freyre, eu fui incorporando coisas que ele dizia, a ponto de ele me chamar de “além de economista”. Ele me apresentava como “o além de economista, Clóvis Cavalcanti”. E isso me levou, no final, a ser um pós-economista: hoje sou um pós-economista. Por quê? Também tem a ver com Werner de certa forma, porque Werner me convidou, em 1970, para ser professor visitante em Vanderbilt – passei lá três meses do início de 1970. Nessa ocasião, eu tive o privilégio de conviver com Nicholas Georgescu-Roegan.

Bom, indo para Vanderbilt – eu já conhecia Nicholas Georgescu-Roegan –, deram-me uma sala, no Departamento de Economia, vizinha à de Georgescu. Eu o encontrava

todos os dias. Ele, então, me deu seu livro *Analytical Economics*. Esse livro realmente me modificou completamente, porque era um livro de belos artigos na linha da economia tradicional, artigos importantíssimos que Nicholas Georgescu-Roegan escreveu, com uma introdução de umas 70 páginas formulando um entendimento da economia numa perspectiva completamente diferente. Essa perspectiva culminou com a criação de um campo de trabalho chamado de “Economia Ecológica”. Essa denominação “Economia Ecológica” foi decidida numa votação em Barcelona em 1987. Por quê? Os participantes da discussão eram físicos, químicos, biólogos, ecólogos, economistas, cientistas políticos, filósofos, matemáticos, que estavam num grande encontro convocado por Joan Martínez Alier, Professor da Universidade de Barcelona. E aí quiseram inventar um nome para essa área de trabalho. Várias sugestões foram apresentadas, inclusive “Economia Ecológica”, que foi o nome que, submetido a votação, teve o maior número de votos.

Quer dizer, eu não acredito que haja uma área de trabalho profissional em que a denominação tenha sido escolhida por uma votação. Esse caso é bem interessante.

E em que consiste isso, que é exatamente uma projeção das ideias de Nicholas Georgescu-Roegan? Consiste em formular uma visão ecológica da economia. É diferente da economia ambiental, que constitui uma visão econômica da natureza, enquanto a economia tradicional é a visão econômica da economia. Na perspectiva da ciência econômica, não existe natureza, ela é considerada uma externalidade, como a vida é uma externalidade, como a felicidade é uma externalidade. E Georgescu chamava a atenção exatamente para o sentido do processo econômico. O processo econômico, segundo ele, era a produção de riqueza e lixo, do ponto de vista termodinâmico. Ele dizia: “Não faz sentido que você tenha produção de lixo com toda essa mobilização de recursos.” De fato, o produto final do processo econômico é o enjoyment of life, o gozo da vida, a felicidade. Aí ele explicava todo este conceito do enjoyment of life.

Isso mexeu com um economista que já tinha uma perspectiva meio crítica do que os economistas faziam, porque, em 1970, quando eu estava em Vanderbilt, acontecia algo absurdo, que era um rio pegar fogo. O Rio Cuyahoga, no estado de Ohio, se incendiava por conta de indústrias petroquímicas que lançavam dejetos nas águas do rio. De repente apareciam fumaceiros enormes. As populações vizinhas tinham que ser evacuadas. Foi criada uma brigada do corpo de bombeiros no estado de Ohio para combater incêndio na água. É a coisa mais estranha do mundo combater incêndio na água, com uma brigada do corpo de bombeiros especializada nessa tarefa, usando recursos químicos para fazer aquilo que a água deveria fazer: apagar o fogo. Isso pode ser visto em imagens do Google. Está lá: 1970, Ohio, fire, Cuyahoga. É algo inacreditável!

Para mim eram dois absurdos. Primeiro, destruir um recurso que era a água; segundo, mobilizar recursos, aumentando os gastos públicos, para evitar um desastre maior, porque as pessoas ficavam doentes, tinham problemas respiratórios, tinham que abandonar suas casas. Os incêndios eram monumentais.

Nessa ocasião, eu conversava com Georgescu-Roegan, e ele começou a formular ideias – não dá tempo de trabalhar aqui – e me convidou para a casa dele, para um jantar – ele, minha mulher e Anibal Villela, que estava lá também como professor visitante nessa ocasião. Então, tive uma conversa ótima – uma pessoa culta, inteligente, agradável. Ele era considerado rabugento – muita gente não gostava dele porque ele fazia cara feia, tratava mal pessoas que tinham um desempenho medíocre na disciplina dele, que não entendiam o que ele dizia –, mas comigo ele sempre foi muito amável.

Em 1972 ele foi ao Recife, e eu traduzi uma palestra dele. Aliás, ele foi trazido justamente por esse modelo implantado a partir do trabalho de Werner – no caso, já com o apoio forte de Miguel Colasuonno –, para movimentar os centros pós-graduados de Economia do Brasil. E o centro de Pernambuco, pouco a pouco, foi adquirindo excelência. Foi um centro de boa qualidade, boa qualificação. Era exigente.

Nós tínhamos muito apoio da Fundação Ford para pagar a complementação de salários. Era um centro de tempo integral, havia dedicação exclusiva, e os alunos que entravam nesse programa eram todos com um bom *background*, preparados, e foram quase todos enviados para fazer o doutorado.

O primeiro aluno a fazer mestrado nessa turma que eu ensinava foi Adriano Dias, colega de Engenharia de Cristovam Buarque. Adriano Dias fez uma dissertação sobre distribuição de renda, mas ele não sabia muito de distribuição de renda – um engenheiro? Então, ele sofreu na minha mão para poder ler tudo que era importante com relação à distribuição de renda, a tal ponto que ele foi fazer o doutorado em Vanderbilt, terminou o doutorado, e na volta é que ele defendeu a sua dissertação de mestrado. Então, ele concluiu o mestrado depois do doutorado – porque ele foi cobrado. Isso é para mostrar o nível. E Werner fiscalizava, digamos assim. Não era um fiscal de posto, era uma pessoa que ia duas vezes por ano lá, que se reunia com a gente e procurava saber das coisas. Uma delas foi um desastre provocado por esse processo: a vinda de um professor visitante, chamado Carlos Manuel Peláez, cubano, exilado, com doutorado em Columbia, bom conhecedor de História Econômica, mas um *bon vivant*.

Chegou a Recife, foi morar numa cobertura em Boa Viagem, convivendo com a oligarquia pernambucana mais inútil, digamos assim, mais improdutiva, só pensava em ganhar dinheiro. E ele, então, passava o dia todo lá. Aparecia pouquíssimo na universidade. Descia para a praia com uma cesta, com um carrinho de bebidas que ele comprava no supermercado dos americanos, da Usaid, a preços ridículos – o litro de uísque custava US\$2. Comprava gim, comprava rum, comprava conhaques franceses e champanhe, ia para a praia e ficava lá. Era rodeado de todo mundo que gostava da boa vida. Claro: lembrava muito Cuba, da qual ele fugiu, segundo ele, escondido num avião. Carlos Peláez foi professor de lá.

Em 1968, nós recebemos a visita, também sob patrocínio do sistema, de Gunnar Myrdal. Eu soube que ele estava vindo para o Brasil, falei com o pessoal da Ford, aí ele foi para o Recife.

Então, Roberto Cavalcanti e eu pegamos Myrdal – e com Carlos Peláez –, fomos para o Hotel Boa Viagem, que era o único que existia em Boa Viagem na época. Levamos para jantar, para passear, para conhecer Olinda. E levamos para palestras. Uma delas, inclusive, com o Superintendente da Sudene, outra com Dom Hélder Câmara, à noite, e bispos que Dom Hélder chamou, inclusive o Bispo da Paraíba, de João Pessoa, que era conhecido como Dom Pelé, José Maria Pires, que era um negro. Foi um momento muito agradável, uma semana com Myrdal lá.

Então, esse Carlos Peláez inventou de oferecer um almoço, porque cada um de nós ofereceu um jantar, ele, um almoço. Nessa época não se levava para restaurante, levava-se para casa. Eu cansei de levar Werner para a minha casa, porque, quando a pessoa me convida para comer fora, eu prefiro chamar para comer na minha casa. Venha comer na minha casa, vai comer melhor do que no restaurante, não vai pagar nada, vai tomar um bom vinho, vai tomar um bom uísque, puro malte, um *single malt*, não vai tomar porcaria. Garanto que você vai passar bem. Todo mundo que vai gosta. Vai comer um bode assado. Então, é tudo o que você pode esperar de um nordestino convicto, como eu.

Aconteceu que Peláez convidou para um almoço no dia do programa. Então, nós fomos primeiro para o apartamento de cobertura dele, uma coisa acintosa. Myrdal tinha acabado de publicar o livro dele *Asian Drama*, falando dos problemas da Índia. Eu até perguntei a Myrdal que metodologia ele tinha usado para escrever esse livro. Sabe qual foi a metodologia? Ler jornal. Isso aproximou muito Myrdal de Gilberto Freyre. Eu levei Myrdal para conhecer Gilberto Freyre. Por quê? Porque Gilberto Freyre fazia pesquisas exatamente desse tipo, utilizando material relegado, material considerado sem importância. Gilberto Freyre tinha gavetões. Como dizia Edson Nery da Fonseca, que era o maior entendedor da obra de Gilberto Freyre, ele tinha isso guardado em gavetões. Puxava os gavetões e estava tudo quanto era papel, recorte de jornal, história, folhetos, receitas de bolo, páginas de diários de família. Com isso, ele construiu aquilo que depois virou uma escola da sociologia francesa, de estudar as coisas simples, o cotidiano. Myrdal se parecia com Gilberto Freyre. Eu levei Myrdal para conversar com Gilberto Freyre. Foi muito interessante, porque eles se entenderam, e eu fiquei no meio, escutando o diálogo e me enriquecendo com isso.

Houve o almoço, a ida ao apartamento de Peláez. Myrdal ficou enjoado com essa história. Na verdade, o almoço foi na casa de um americano da Usaid que estava de férias e tinha entregue o apartamento para Peláez tomar conta. Nós fomos para o apartamento, muito bem decorado, outra coisa acintosa. E aí nós tivemos um almoço, que Myrdal não gostou. Ele perguntou para Carlos Peláez: "O que você faz aqui?". Ele disse: "Eu sou professor visitante". Ele perguntou: "Você ensina o quê?". Ele disse: "Econometria". Aí Myrdal comentou: "Econometria é *play in numbers*". Peláez ficou revoltado e, quando não estava na vista de Myrdal, disse: "Quem é esse homem? Esse homem não conhece

economia. Esse homem não conhece Samuelson”. Começou a falar mal de Myrdal. No ano seguinte, Myrdal ganhou o Nobel de Economia.

Bem, aí, o problema foi levado para Werner: “Olha, Werner, esse cara está aqui estragando a nossa vida! Ele é um desastre!”.

Foi imediatamente removido. Participou também do processo, junto com Werner, que era assessor da Ford, o antropólogo de Harvard, David Maybury-Lewis, que sempre visitava o Recife. Os dois até passaram um ano lá, como professores visitantes. Os dois eram responsáveis pelo Pimes: Werner, economia; e David Maybury-Lewis, de sociologia.

Pelaez Foi retirado. Fez uma confusão enorme. Denunciou Werner, chamou de tudo, dizendo que era infiltração comunista. Pouco tempo depois, Werner foi preso pelo regime militar e, na mesma ocasião, Peláez foi preso com ele. Os dois foram presos juntos.

Aí, Werner perguntou: “Poxa! Como sou preso com esse cara?”. A sorte é que alguém, no apartamento de Werner, viu a movimentação, avisou a um amigo seu e acionou o pessoal de Delfim, que veio em socorro de Werner. Deixaram Peláez para lá, graças a Deus! (Risos.)

Werner contava essas histórias e era uma pessoa muito carinhosa, conforme Luis Paulo Rosenberg falou, e amável, tanto que eu fazia questão, quando ele chegava, de buscá-lo no aeroporto e levá-lo para a minha casa, para a praia, a piqueniques. Ele visitou a minha propriedade, que comprei em 1976, uma fazenda orgânica que tenho no interior de Pernambuco. Ele foi lá e ficou muito admirado, porque eu ia apresentando os trabalhadores da fazenda como colaboradores. Eu dizia: “Este aqui é fulano de tal, o meu colaborador”. Depois, ele ficou brincando comigo, dizendo que eu apresentava os meus trabalhadores rurais como colaboradores.

Bem, não sou um típico proprietário rural. Sou um proprietário que leva em conta o lado humano da vida, mas é claro que sigo tudo dentro das leis trabalhistas. Werner passou um Natal em minha casa, uma vez que foi ao Recife. Ele foi almoçar na minha casa, um almoço de família que fazemos todos os anos, com todos os meus irmãos, sobrinhos, mãe, filho, neto e agregados de todos os tipos. Werner foi a esse almoço. E lá, na nossa tradição, no final do almoço, há uma cantata de Natal. Então, cantamos *Adeste Fideles* em latim. Ele participou disso, assim como participava de missas a que eu assistia no Mosteiro de São Bento de Olinda, celebradas por um padre muito moderno, que falava muito bem e motivava todo mundo.

Ele gostava muito dessas missas. Ele sempre me pedia para ir a essas missas do Mosteiro de São Bento quando estava lá. Ele também ia à missa com Aníbal Villela, no sítio de Araras de Aníbal Villela, perto de Petrópolis, lugar onde eles costumavam passar o Ano Novo.

Aníbal Villela foi um grande amigo dele, assim como o Isaac Kerstenetzky e Mário Simonsen. Foi graças a Werner que eu tenha ido para a Fundação Getúlio Vargas, porque eu ia fazer, ia tentar o CAE (Centro de Aperfeiçoamento de Economistas), depois o EPGE, quando estava na faculdade, mas eu conheci Werner um ano antes, e ele me estimulou mais para ir.

Em julho de 1963, eu estava voltando do congresso da UNE em Santo André, em que Serra foi eleito Presidente da UNE, e foi aí que eu conheci Serra. Aliás, já o tinha conhecido em Fortaleza, em janeiro de 1963. Parei no Rio, sempre ficava na casa de um grande amigo meu, Sérgio Trindade. Vocês conhecem Sérgio Trindade, que estudou no MIT e era concunhado de Aníbal Villela. Werner nos convidou para jantar e, nesse dia, convidou Simonsen também. Então, nós quatro jantamos. Foi aí que eu conheci Simonsen. Eu fiquei impressionado com ele porque ele bebia muita cerveja, muito mais do que nós juntos. Era uma coisa impressionante como ele, Simonsen, gostava de uma cervejinha e cantava. E aí, de repente, começou a cantar. Nessa ocasião, nos jantávamos de terno e gravata. Ao jantar na casa de Werner, eu fui de terno e gravata. E Simonsen também estava de terno e gravata.

Depois eu fui para o Rio de Janeiro, para o CAE. E o Werner me acompanhou, me monitorou. Quando chegou o momento de perguntar quem deveria ir para Yale, em 1964, no meio do ano, Simonsen indicou Edmar e eu. Então, nós fomos para Yale. Fomos aceitos em Yale. Mas entrou na história o representante do Brasil no FMI. Kafka. Kafka não gostava de Werner. Então, ele chegou ao Rio de Janeiro antes de Werner e me convenceu a não ir para Yale, a ir para Stanford. Conseguiu a minha aceitação em Stanford e conseguiu desfazer a relação com a Usaid, que ia pagar a bolsa.

Quando Werner chegou, ficou uma fera: “Vamos à Usaid”. Fomos à Usaid. E, quando estávamos andando, encontramos o carro do Embaixador americano Lincoln Gordon saindo da embaixada. Aí Werner bateu na janela de Lincoln Gordon, que abaixou o vidro, e falou, uma fera, não sei o quê. Lincoln Gordon não tinha nada a ver com isso. Mas nós fomos à Usaid. Chegando lá, ele, que já havia me convencido, conversou com o pessoal e disse: “Ele não vai para Stanford. Ele vai para Yale”. Ele está aqui para dizer que concorda. Eu disse: “Eu concordo, sim”. E eu fui, então, para Yale.

E lá foi fantástico porque Werner – aí, mais uma vez a importância dele em todo esse quadro – levou para Yale, no mesmo ano, como professor visitante, Celso Furtado. Eu conheci Celso Furtado de longe, na Sudene. Celso Furtado era superintendente. Ouvia as falas dele lá, muito interessantes. Ele levou muitos economistas importantes para lá, latino-americanos, europeus, americanos. Era uma verdadeira escola. Mas, pessoalmente, nunca tínhamos conversado. Lá, ele foi nosso amigo, ia jantar conosco em nossa casa. Nós íamos para a casa de Celso Furtado. Assistimos, na casa dele, ao discurso de Johnson, em janeiro de 1965, apresentando o State of the Union. Nós estávamos na casa de Celso Furtado. E Celso Furtado, sempre com aquela visão, inclusive nos contava muitas histórias pessoais dele. Ele estava sofrido nessa ocasião.

Contou-nos sobre Julião, sobre João Goulart, sobre Arraes, e falou uma coisa que eu achei muito interessante, que foi o encontro dele com Kennedy, na Casa Branca, pouco antes das eleições em que Arraes foi eleito em Pernambuco. Você conheceu Arraes nessa ocasião, no nosso encontro de economia. Paulo Haddad, Cláudio e Edmar nos encontramos. Eu promovi o primeiro encontro de estudantes de Ciências Econômicas do Brasil, no Recife, e eles foram. Nós nos conhecemos, convidamos Arraes para fazer uma palestra, e Cláudio disse: "Poxa, quem é esse homem de ideias tão arcaicas?". (Risos.) Arraes era o nosso líder.

Nesse momento, houve eleição para o primeiro presidente da União dos Estudantes de Economia do Brasil. Eu fui candidato. Havia outro candidato. Eu nem fazia questão, podia retirar a minha candidatura, não estava atrás de nada. O meu colega estava com mais vontade de ser presidente, mas, naquele impasse, o Cláudio chegou para mim e disse: "Clóvis, se você estiver com dificuldade de se eleger, pode contar com os votos do meu grupo". Eu nem sei que grupo era esse. Ele tinha votos e me ofereceu os votos dele, mas o meu adversário retirou a candidatura e eu fui eleito por unanimidade, inclusive com o meu próprio voto, porque eu não sabia que ele ia retirar a candidatura. Quando eu votei, para não perder por um voto, eu votei em mim. Então, resultado: foi um momento de crescimento que nos aproximou cada vez mais de Werner.

Werner foi organizando tanto a nossa vida que terminou levando o meu filho e minha nora para estudarem em Illinois. Foram ótimos alunos. Meu filho hoje é professor na Universidade de Cambridge, Tiago Cavalcanti. Werner ficou muito satisfeito quando soube que ele tinha sido chamado para ser professor em Cambridge.

Uma coisa interessante é que Werner tentou levar para Illinois também Eduardo Campos, que era um ótimo aluno. Eduardo Campos foi apontado pelos professores como uma pessoa que deveria ser estudante de doutorado em Illinois. Entretanto, ele preferiu ficar do lado do político de "ideias arcaicas", que era o avô dele, Miguel Arraes, e seguiu outros rumos e, infelizmente, acabou-se daquela forma triste, em 13 de agosto de 2014, em um acidente terrível.

Bom, eu tinha muito mais coisas para dizer. Eu não sou um economista de macroeconomia, eu sou um economista ecológico. Sou presidente eleito da Sociedade Internacional de Economia Ecológica e presidente de honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, e devo isso a Georgescu, que, por sua vez, foi aproximado de mim graças a Werner Baer.

Com Aníbal, nós escrevemos uma resenha para a revista do Ipea - *Pesquisa e Planejamento Econômico* - onde nós analisamos um livro chamado *Entropy: A New World View*, de Jeremy Rifkin, que é conhecido como um agitador americano, mas escreveu um livro muito interessante, que tem posfácio de Nicholas Georgescu-Roegen. Isso nos aproximou mais ainda de Georgescu, mas sem aquele entusiasmo de Werner, que não era, evidentemente, um economista ecológico.

Mas um dia ele teve a ousadia de me convidar para dar uma palestra sobre isso no Departamento de Economia da Universidade de Illinois, em 1996. Depois de cinco minutos falando, fui interrompido pela plateia, que não me deixava continuar dizendo o que eu havia preparado para falar. Foi uma agressividade incrível por parte de pessoas que lá estavam, como se fossem defensoras de um credo, de uma fé religiosa, de um fundamentalismo em cima de um herege. Mas eu consegui terminar minha exposição. E, no final, um professor veio me pedir desculpas pelo mau comportamento dos seus colegas. Em seguida, tivemos um bom almoço em um restaurante, segundo Werner, patrocinado pela Fundação Lemann. Tenho aqui todos os motivos para agradecer à Lemann, porque depois voltei duas vezes, patrocinado por ela, à Universidade de Illinois, onde tenho parte do coração, porque Werner, realmente, foi uma grande pessoa, um grande amigo, a quem eu presto todas as minhas homenagens.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Muito obrigado, Prof. Clóvis. Foi uma fala emocionada e extremamente rica em informações.

Agora, gostaria de passar a palavra a uma pessoa muito, muito especial, que, em junho de 1996, quando cheguei ao Ipea, me acolheu e me orientou, o Prof. Ricardo Lima.



RICARDO ROBERTO DE ARAUJO LIMA:

– Eu, naturalmente, não vou ser tão longo quanto o Clóvis e também não vou entrar em tantos detalhes, inclusive porque o Clóvis já se referiu a várias pessoas com quem eu também convivi, como, por exemplo, acho que poucas pessoas viveram aqui a eleição do Serra em Santo André, já que ele se referiu, e também o Celso Furtado, que financiou todo o meu curso de Engenharia – não só o meu; eu fiz uma espécie de apresentação para todos os meus colegas, os mais pobres naturalmente, e ele financiou esse período todo de cinco anos de Engenharia.

Mas o que eu prometi fazer é o que vou fazer agora. É algo que não tem tanta graça, tanta verve como a fala do Clóvis. O que eu vou fazer, de fato, é uma homenagem ao Prof. Werner Baer.

Eu acho que vou repetir o que várias pessoas já devem ter falado antes. Eu também prometi alguma contribuição escrita para o livro que o Cristovam estava organizando, está ainda, imagino, e ao que o Luis também se referiu.

Bom, no final dos anos 60 e nos anos 70, eu fui aluno do Werner e com ele convivi. Nesse período, ele foi também meu orientador. Werner foi um professor dedicado, excelente professor, escreveu e publicou bons livros e um grande número de artigos. Entre os livros está *A Economia Brasileira*, Nobel Franquias, 3ª edição, de 2009, 541 páginas. Não sei se vocês conhecem esse livro, mas ele é um pouco de história e bastante economia, e é um livro extremamente interessante, talvez dos mais interessantes que ele escreveu.

Além disso, ele sempre foi uma grande pessoa, constantemente disposta a ajudar os outros – eu acho que o Luis Paulo já se referiu a isso, eu não ouvi, mas o Clóvis também transmitiu isso –, disposta a ajudar a todos, como acadêmico e como pessoa humana também.

Ele contribuiu em várias áreas, como desenvolvimento econômico e industrial, além de vários outros temas, eu não vou listar aqui, inclusive siderurgia e outras coisas. A sua grande contribuição, de fato, converteu-se num bem para todos nós, com uma dedicação de norte a sul do Brasil, contribuindo grandemente para o desenvolvimento econômico e industrial, mestrado e doutorado em Economia, incluindo Belo Horizonte, o Cedeplar; Rio, o IBGE, o Ipea; depois, Brasília; ainda no Rio, a PUC; em São Paulo, a Fipe; em Brasília, UnB; em Recife, o Pimes; em Fortaleza, o Caen; em Belém, o Naea; em Manaus, a Ufam; em Porto Alegre, o PPGE; e outros.

Esses nomes, com o tempo, foram mudando e foram ganhando maior dimensão. Tem ensino à distância, por exemplo, tem Economia misturada com Direito, com Engenharia, enfim, essas coisas crescem.

Talvez as pessoas tenham se lembrado de outras contribuições do Werner: orientação de dissertação e teses.

Minha proposta para esta homenagem é a publicação de uma orientação de mestrado e duas ou três de doutorado. Naturalmente, tratar-se-á de um pequeno resumo que inclua alguns temas importantes para o Brasil e que envolva qualidade também. Alguém precisa selecionar esses temas, a ideia central desenvolvida, a metodologia, quando houver, as principais conclusões e o mérito dos métodos quantitativos. Tem gente que não gosta de métodos quantitativos, mas eu acho muito importante.

Ao que eu saiba, Werner foi orientador em Vanderbilt, na Universidade de Illinois, possivelmente em Yale, não sei se orientou pós-graduados no Brasil também, mas pelo grande trabalho que essa atividade envolve estou certo de que, além de artigos, seus resumos, capítulos de livros, vale a pena acrescentar alguns dos resumos mais significativos de orientação, fruto do trabalho do Prof. Werner Baer.

Eu sei que a minha sugestão envolve um pouco de dificuldade porque alguém vai ter – estou olhando para o Cristovam – que organizar este tipo de coisa e tem, talvez, um custo.

Basicamente, o que eu queria apresentar e que me propus a fazer era isso. Como vocês veem, eu tive um problema, há um ano e pouco, que eu não sei ainda o que foi que causou, mas é algo que afetou a minha medula. Não é uma infecção, não é uma bactéria, não é vírus. Não é nenhuma dessas coisas. É algo mais simples, mas que me afetou profundamente e me deixou... Eu tenho os braços bons, mas não as pernas. Agora, já estou entrando em conversas que não estavam previstas na minha fala.

Eu agradeço a todos vocês por me ouvirem. Às vezes, como vocês veem, eu esqueço algumas coisas, algumas palavras. Eu agradeço muito por vocês terem convivido com isso.

MUITO OBRIGADO.



FRANCISCO SALLES:

– Eu posso falar só uma palavrinha?

Eu sou o Chico Salles, amigo do Cristovam há 43 anos, não é Cristovam? Eu também sou parte disso. Eu vim morar aqui... E o Luis Paulo, não é, Luis? Nós jogávamos futebol. O que eles falam de mim: “Chico, você era um ‘cracão’ de bola, não é?”. Ele e eu jogávamos juntos. Ele falava: “Chico, você é um líder dentro do campo”. Nós fazíamos o meio de campo. Eu joguei no time do Vanderbilt. Fui um herói lá. Não na parte acadêmica, porque todos eles são extremamente brilhantes.

Mas eu quero falar alguma coisa do Georgescu. O Georgescu – nós tivemos esse privilégio, eu comentei isso com o Claudio – escreveu o livro *Analytical Economics*. Eu

li. É um livro difícil, como ele disse. Levei para ele me dar um autógrafo. O Georgescu levou o livro. Em duas semanas, ele me devolveu e disse o seguinte: “To Francisco Salles de Souza – *to remember our common struggle to discover the truth in economics*”. Eu falei: “Puxa, mas se ele não descobriu a verdade, quem sou eu?”. Então, realmente aquilo mostra que estar com ele, fazer o esforço, isso foi algo fantástico.

Mas eu quero dizer uma coisa. Está aqui o Ministro Paulinelli. Sem ele e sem o apoio do Antonio Lício e do Paulo Romano, eu não teria feito o meu PhD, porque, como paulistano, nasci na Barra Funda, em São Paulo, escrevi, na minha tese, uma análise econômica do mercado de leite de São Paulo. E eu fui assessor do Ministro, que é mineiro – e esse foi o melhor Ministro que nós já tivemos, que veio da Universidade de Lavras. Então, o Chico Salles, paulistano, vem assessorar o Ministro, que é mineiro, e na área de leite. Poderia ter sido na de café. Depois, escreveu o livro *O Estado e o Cartel do Leite no Brasil*. Até me chamavam de Chico Leite, não é, Ministro? Segundo alguns, eu fiquei tão bom nisso, que passei a ser inconveniente, porque fiz o que a Dorothea falou. Eu não só entendi a lógica da economia leiteira, a dinâmica dela, mas também vivenciei. Eu só falei subir em caminhão de leite para entregar leite com os trabalhadores, lá em São Paulo. Eu me reunia com todo o setor e aprendi brutalmente com eles. Então, devo a ele, porque foi realmente uma fase fantástica.

Depois, eu fui assessorar o Ministro do Trabalho, com Ramonaval Costa e com José Pastore. Fiz meu pós-doutorado na Universidade de Wisconsin e escrevi o livro *Relações do Trabalho no Brasil*, com enfoque didático. Ali eu entendi o sindicato. Acompanhei todo o movimento do Lula, do novo sindicalismo, vivenciei, conheci todos os líderes sindicais, no dia a dia. Então, eu me aprofundei nessa área.

Na primeira vez em que eu escrevi – *O Estado e o Cartel do Leite no Brasil* –, eu fui promovido a Chefe de Divisão de Pecuária.

Quando eu terminei o meu livro, no pós-doutorado, fui convidado pelo Ephraim Gordon, um cubano chefe do Escritório da OIT, para trabalhar na reforma da CLT. Eu seria a contraparte do projeto. Aí, eu esperei seis meses, falei com o Ministro, que era o Pazzianotto, e fui demitido. Em vez de ser promovido, fui demitido, porque estava pronto para isso.

É até engraçado porque hoje eu os ouço falando de coisas que nós discutimos com o José Pastore há 40 anos. Nós já tínhamos tudo pronto, tudo elaborado para fazer essa reforma da CLT. Então, de repente, perde-se tudo, e eu tive que partir para outra aventura.

Mas nesse processo todo, eu queria falar do Werner Baer.

O Werner Baer era muito chegado. Ele vinha em casa. Minha esposa é muito boa cozinheira, e ele adorava comida, como o Clóvis falou. Eu o convidava para vir à minha casa, ele me convidava para ir a restaurante, ele jantava comigo. No IPE, a mesma coisa. Eu fui aluno

dele, fiz curso de desenvolvimento econômico com ele, de comércio internacional, lá em Vanderbilt. Então, ele era muito chegado. Ele amava o Brasil, amava os brasileiros. Isso é o que nós temos que agradecer. Em outras palavras, é isso que nós recebemos de todos. Quer dizer, aqui tem um contexto que nós aprendemos uns com os outros, diferentes ideias, diferentes experiências. Eu posso discutir horas e horas a questão do leite, as relações de trabalho, aprender com o Luis Paulo, aprender com o Bacha, de quem li todos os livros, assim como também li tudo sobre o Clóvis; o Haddad, tudo sobre clusters, toda a contribuição dele. O próprio Cláudio, que tinha um caderno do Georgescu, de economia, de Leontief, e eu peguei esse caderno dele e, como sou muito caprichoso com as coisas, montei tudo direitinho. E sabe o que o Licio falou? “Chico, olha, passamos isso para todos. O caderno que você recebeu do Cláudio foi passado de turma para turma, de um para outro, lá”.

O Tollini também está aqui. Trabalhei com ele um tempo. Então, realmente tenho que agradecer. Eu estou nos Estados Unidos agora. Sou professor universitário da North Greenville University. Estou lá há 10 anos. Estou no exílio. Ele sabe disso. Mas quem me mandou para lá foi Jesus. Então, tenho que seguir o que Ele falou para mim.

Até o Toninho Trevisan, um dia, num jantar nosso – não é, Cristovam? – lá em São Paulo, foi dar uma aula na universidade, ele era Ministro da Educação, perguntou: “Qual é o partido do Chico?”. Eu falei: “Partido? Eu não tenho partido”. Aí o Cristovam falou: “Eu sei qual o partido do Chico. O partido do Chico é o PC”. Perguntei: “PC? Partido Comunista?”. “Não, Partido de Cristo”. Foi o que você falou. E realmente hoje esse é o meu partido. Eu estou lá nessa universidade, uma universidade cristã, Deus me levou para lá para realmente fazer algo que eu nunca poderia imaginar. Eu passei por um processo de transformação. E hoje, falando com o Clóvis – não é, Clóvis Cavalcanti? – que, realmente, como o Georgescu disse... Eu escrevi um artigo para integrar minha fé cristã com a economia, e eu cito Georgescu, porque o que sai do processo econômico é o lado material, é o *waste*, o lixo, mas, na realidade, o único motivo do processo econômico que sai dele é o *enjoyment of life*, que é um fluxo.

E aí, eu vou ao Velho Testamento e vejo Deus falando para Adão: “Eu quero que você tenha tudo isso para você. Aqui está isso. Aproveite. Goze isso tudo. É isso o que eu quero para você”.

E o Georgescu diz, no livro dele, *Analytical Economics*, que, sem o *enjoyment of life*, não existe economia, não existe razão da economia. Tudo existe por causa disso.

Não estava programada a minha fala, mas vim de longe, viajei a noite inteira, de 17 a 18 horas dentro de um avião. Foi difícil convencer o meu chefe, para me liberar, porque eu estou dando aula, estou no meio do semestre, mas, graças a Deus, estou aqui, para ver vocês de novo e lhes dizer e, principalmente,... (*Fora do microfone.*) (Palmas.)

Então, eu agradeço muito, e que Deus abençoe todos vocês aqui.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Muito obrigado, Chico.

Passamos agora para o próximo palestrante, Professor Eduardo Haddad.



EDUARDO AMARAL HADDAD:

– Gostaria de agradecer o convite do Senador Cristovam Buarque, parabenizá-lo pela iniciativa e agradecer enormemente ao Lício pela organização do evento.

Bom, minha incumbência aqui é falar sobre a geração de Illinois. Muito se falou durante todo o dia sobre a geração pré-Illinois, o papel de formação da rede e o que eu tenho a fazer é o seguinte: prestar uma singela homenagem ao Werner. Fiz um trabalho, tentando quantificar a sua genealogia. Primeiro, os números, só para que a gente tenha uma ideia. A gente está falando de mais de 40 anos da atuação do Werner na Universidade de Illinois. Fui um dos felizardos de poder fazer o meu doutorado com ele, tendo sido orientado no mestrado e tendo tido também a oportunidade de conviver com um de seus grandes parceiros, que foi o Professor Jeffrey Hill.

Eu consegui identificar 107 alunos brasileiros que obtiveram o título de mestre ou doutor em Illinois durante esses 42 anos. Na verdade, há 14 que ainda estão fazendo doutorado em Illinois e estão espalhados por vários setores da sociedade, com grande concentração na academia.

Fazendo as contas, cheguei a identificar 1.788 sucessores do Werner, incluindo filhos acadêmicos, como eu, netos, bisnetos e até trinetos. E vou mostrar como cheguei a essas informações.

O que vou fazer, na verdade, é, primeiro, um preâmbulo para contextualizar o desenvolvimento recente da produção científica no Brasil. A ideia é mostrar a atuação visionária do Prof.

Werner, que abraçou o projeto mencionado hoje pelo Professor Paulo Haddad, a formação que culminou com a constituição da Anpec, como isso de certa forma antecipou muitos dos processos que somente recentemente têm sido vistos em outras áreas da ciência brasileira. Os dois outros pontos que vou mencionar referem-se a esse estudo de genealogia acadêmica do Werner, focando na geração de Illinois. Depois, vou contar uma história de sucesso, dentre várias, que é o caso da rede de pesquisa em economia regional e urbana, que culminou, há dois anos, com a inclusão do Departamento de Economia da USP, do qual faço parte, na lista das dez melhores escolas do mundo em economia regional, sendo o Departamento de Economia da USP o único no Hemisfério Sul. Aqui temos a presença do Prof. Hélio Cruz, nosso Chefe de Departamento, que veio dar sua contribuição ao evento.

Esse preâmbulo, basicamente, trata de um estudo que fiz, em colaboração com o colega da computação e com um aluno de mestrado, no qual examinamos a base de currículo, mais de um milhão de currículos, mais de 7 milhões de publicações, tratando de identificar coautorias para formar as redes de colaboração, nas várias áreas do crescimento, período pré-internet. Então, examinamos de 1990 a 2010, mostramos o crescimento acelerado da produção científica em todas as áreas, a intensificação da colaboração entre os pesquisadores e, muito importante, o papel da proximidade geográfica, que, mesmo com o advento de todo o desenvolvimento em telecomunicação que conhecemos, ainda permanece como elemento fundamental na colaboração científica. Quer dizer, a distância geográfica ainda tem importância fundamental na colaboração. Acho que o Werner entendia isso, dada a frequência de suas visitas ao Brasil.

É nesse estudo que mostramos a grande heterogeneidade espacial da produção e da colaboração científica, o papel da expansão das redes de colaboração, e aqui estou falando de todas as áreas do conhecimento, com o papel no desenvolvimento da ciência, principalmente no que chamamos de regiões cientificamente menos tradicionais, fora do eixo Rio/São Paulo. Enfim, apesar de haver diferenças entre as áreas de conhecimento, o papel da geografia ainda é muito importante.

Vou mostrar alguns mapas para que tenham ideia desse processo, sem nenhum juízo de valor, mostrando algumas informações.

Nós agrupamos as publicações nos triênios associados aos ciclos de avaliação da pós-graduação feito pela Capes. No ciclo mais antigo, que é de 1992-1994, temos um mapa com os Municípios, com a produção científica no Brasil. Eu vou manter a mesma escala e vamos ver a figura 20 anos depois, como houve uma expansão da produção científica no Brasil. Não estou falando de qualidade. Estou falando, por enquanto, de quantidade. O que é interessante também é que há uma grande correlação espacial com a presença de universidades públicas. Eu acho que o Werner entendia bem o papel das universidades públicas e também, no caso da economia, de algumas privadas na formação de redes de pesquisa e de pesquisadores atuantes no sistema.

Na parte de colaboração científica, o que esse gráfico nos mostra, na verdade, é uma evolução, a título de exemplo, na área de ciências exatas, das colaborações científicas até 2020. E vemos um aumento do número de colaboradores por pesquisador ao longo desse período, que aumentou sistematicamente. Quando olhamos espacialmente para os padrões de colaboração, vemos que as áreas de conhecimento têm padrões espaciais muito distintos. Esses, por exemplo, são os fluxos de conhecimento no Brasil para as ciências agrárias. Vemos um papel muito importante das universidades de Lavras, de Viçosa, da Esalq, com as Embrapas. Vemos o papel da produção também, dos locais de produção como centros de pesquisa. O papel da Embrapa é fundamental. Quando se observa uma área de saúde, vemos muito concentrados os fluxos, principalmente em São Paulo – USP, Campinas, Ribeirão Preto. E quando vamos para a nossa grande área, que são as Ciências Sociais Aplicadas, vemos um mapa que nos remete um pouco à criação da Anpec, com alguns atores importantes nessa rede, associados aos centros criados no âmbito da Anpec.

Eu estou preparando essa apresentação porque daqui a três semanas haverá uma homenagem ao Werner na Universidade de Illinois, e eu dei o título de *Building and Expanding Relationships within Economic Networks*. Na verdade o nome do Werner está muito, muito claro nesse título. Basicamente, a atuação visionária do Werner permitiu gerar uma rede com características muito peculiares. Muito foi falado da construção dessa rede. Muitos dos principais atores estiveram presentes – falaram hoje pela manhã e no início da tarde –, mas eu vou falar agora um pouco da consolidação e expansão dessa rede e do papel que o Werner teve nesse processo. Aqui, eu gostaria de citar que houve uma homenagem da *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos* ao Werner, e aqui há um trecho que eu gostaria de citar:

Desde a década de 60, o professor Werner tem proporcionado a economistas brasileiros oportunidades de estudo nas melhores universidades americanas. Sem preconceitos intelectuais, independentemente das preferências ideológicas e dos interesses acadêmicos, possibilitou a vários de nós a experiência única de uma formação sólida e consistente.

O mosaico de ideias econômicas que se constituiu no Brasil a partir desta iniciativa, que ainda persiste, possibilitou a criação e consolidação da pós-graduação em Economia em nosso País, refletindo e reproduzindo nos centros a diversidade das várias escolas de pensamento econômico, com frutos positivos para o desenvolvimento nacional.

Aqui é o retrato da rede atual de colaboração entre os programas de pós-graduação em economia no Brasil. O que percebemos é justamente essa diversidade com os atores, endogenamente, identificando seus parceiros preferenciais. Basicamente, o que essa rede de colaboração nos diz é que, na parte superior, haveria uma sub-rede menos integrada, mas mais associada, que nós chamamos de *mainstream* da economia.

Aqui abaixo, uma sub-rede que utiliza abordagens alternativas mais intensamente. Há uma sub-rede muito interessante ligada aos programas com ênfase em economia agrícola. E temos a USP no meio dessa rede, que é uma escola mais plural, mais aberta, dialogando com as demais sub-redes.

Esse é um gráfico que nós construímos, baseado nas colaborações entre professores que atuam nos programas de pós-graduação em Economia no País.

A partir dos currículos Lattes, o que fizemos – é o segundo ponto que eu gostaria de discutir com vocês – foi a genealogia acadêmica do Werner. O que é genealogia acadêmica? Basicamente, nós pegamos todos aqueles 107 brasileiros de Illinois, mestres e doutores formados em Illinois – não necessariamente, nesse caso, nem todos foram orientados por Werner, mas todos foram para Illinois por causa do Werner. Então, são os filhos acadêmicos que nós identificamos para definir, para construir essa genealogia acadêmica honorífica para identificar exatamente qual a influência acadêmica do Prof. Werner no Brasil do ponto de vista mais qualitativo, a partir dessa lista de ex-alunos do Departamento de Economia.

Então, como fizemos isso? Pegamos essa lista. Na verdade, a associação de ex-alunos de Illinois não pode passar essa lista por questões de confidencialidade, mas temos uma rede muito ativa. Eles puderam validar essa rede. De acordo com eles, desses 107, ainda faltam 5 nomes na lista. Então, estamos falando de 112 brasileiros que passaram e obtiveram o título na Universidade de Illinois, principalmente no Departamento de Economia. Pegamos todos os currículos dessas pessoas, e um colega, o Prof. Jesús Mena-Chalco, nos ajudou a montar essa rede aqui. É um retrato. Eu vou passar para vocês depois. Há uma rede interativa que preparei para disponibilizar. Temos o Werner no centro da rede. Aqui em verde, os 107 filhos acadêmicos; uma segunda geração de netos acadêmicos, que são mestres e doutores formados no Brasil por brasileiros que obtiveram o título de PhD em Illinois; uma terceira geração aqui já de bisnetos acadêmicos. Estamos falando de 693 também mestres e doutores, além já de começar a identificar uma quarta geração de trinetos.

A genealogia acadêmica tem uma versão interativa, em que a gente pode identificar todos aqueles que se formaram. Então, aqui, você pode entrar no nome de qualquer pessoa – vamos pegar um com a bolinha grande –, você tem a rede, quem são os mestres e doutores, todas as informações que a gente consegue puxar do *Lattes* e isso a gente disponibiliza. É um processo que está em andamento, nós temos todas as ligações.

Criamos também um banco de dados com essa leitura do *Lattes*. Então, temos a lista de todos os sucessores, para cada aluno identificar todos os sucessores. Então, aqui, vou pegar um caso que eu conheço melhor, que é o meu, tirei o primeiro título formal, em 1994. Foi o mestrado com o Werner e, depois, o doutorado, em 1997. Tenho 24 filhos,

9 de doutorado, 15 de mestrado. Se eu clico no meu nome, aparece a lista de todos eles, e a gente consegue, então, observar qualquer um. Por exemplo, vamos pegar aqui o Edson Paulo Domingues, do Cedeplar, que foi meu orientando, foi para o Cedeplar, a gente tem os filhos dele e, assim, a gente consegue identificar toda a rede.

Então, é um trabalho, com *big data*, que presta essa homenagem ao Werner.

Fomos além para entender como que esses sucessores do Werner estão atuando. Eu acabei de terminar um estudo sobre os professores de economia, ligados aos programas de pós-graduação, estudo esse que vai ser apresentado na Anpec, agora, em Foz do Iguaçu, são 578 professores docentes permanentes, que são aqueles docentes cuja produção, cuja atuação na pós-graduação é avaliada pela Capes. Nos 46 programas de pós-graduação em Economia, havia 478 docentes registrados como docentes permanentes, dos quais 14 filhos acadêmicos do Werner e 45 sucessores no total. Esse conjunto de 578 docentes permanentes, que estariam associados, quer dizer, os centros, podem designar quem são aqueles professores que vão pontuar na avaliação.

Então, temos, de certa forma, uma auto-seleção dos principais professores atuando na pós-graduação em Economia.

Ao longo do período de 2004 a 2015, aproximadamente 15 mil publicações com foco em artigos periódicos foram selecionadas. Eu fiz uma comparação usando um pouco de econometria para mostrar a inserção qualificada da geração de Illinois nos programas de pós-graduação no Brasil, e, basicamente, o que essa tabela nos traz é uma noção em geral pela pontuação Qualis, pela internalização. Quer dizer, produzem mais em termos qualitativos pelo Qualis, produzem mais internacionalmente, colaboram mais, têm mais coautores no Brasil e fora do Brasil, são mais citados, têm um Índice H, que é outro índice de citação relativamente mais alto, e um índice multidimensional, que abarca várias áreas de atuação; na média, também, é um grupo que se destaca.

Em relação aos sucessores, do ponto de vista estatístico, não tem nenhuma diferença em grande parte desses indicadores, mas tem um indicador que se mostra muito importante, que são professores que tendem a colaborar mais dentro dessa rede.

É um pouco talvez do que o Werner ensinou a seus filhos e que nós temos tentado passar para os nossos alunos.

Em relação ao terceiro ponto - vou contar sobre o estudo de casos de economia regional - o Werner sempre escreveu com autoridade sobre desenvolvimento regional no Brasil. Esses dois artigos que estou destacando, são dois trabalhos localizados em dois pontos distantes no tempo e que caracterizam o fôlego do Werner como pesquisador.

O primeiro já é um artigo clássico na área, chamado "Regional Inequality and Economic Growth in Brazil". Foi publicado em 1964 e é um artigo em que o Werner dialoga com Celso Furtado, foi mencionado aqui, com Myrdal – o Clovis mencionou – e Hirschman,

este último um de seus autores prediletos. E dialoga pensando sobre os desequilíbrios e as desigualdades regionais brasileiras do ponto de vista de seus aspectos estruturais de longo prazo.

Em minhas conversas com o Werner, certa vez ele me confidenciou que esse trabalho sempre esteve presente em suas inquietações intelectuais, tendo estabelecido as bases para a discussão sempre tratadas em seus trabalhos, direta ou tangencialmente.

Em 2012, editou um volume chamado *The Regional Impact of National Policies*, e aí estamos falando de quase cinco décadas desde a sua primeira contribuição qualificada para a área de economia regional no Brasil. É um livro editado que revela duas características marcantes de sua atuação. Em primeiro lugar, a preocupação recorrente com o tema das desigualdades regionais no Brasil, tema este tratado ao longo de sua trajetória, com a sabedoria daqueles que estão sempre aprendendo com os pares e a experiência e não apenas reciclando velhos conceitos. Em segundo lugar, demonstra sua capacidade de mobilização da comunidade científica para pensar os problemas brasileiros de forma profunda.

Dentre os vários autores que contribuíram com capítulos para a coletânea, há vários pesquisadores cuja formação se deve profundamente ao nosso saudoso mestre Werner. E isso é o gancho para a minha história sobre a rede de economia regional do Brasil. As contribuições do Werner para a área de estudos regionais no Brasil vão além de sua produção bibliográfica. Acho que isso tem que ficar claro e acho que vai ficar mais claro ainda a partir da história que vou descrever para vocês.

Ele esteve diretamente envolvido com a criação da pós-graduação em Economia no Brasil nos anos 60 e 70, além de ter tido papel fundamental no processo de criação da Anpec. Contribuiu de forma marcante para a criação de programas de pós-graduação fora do eixo Rio/São Paulo, muitos dos quais se tornaram centros de referência em pesquisas em economia regional e urbana: Cedeplar, Pimes, Caen, Naea, enfim. Mais recentemente, que é quando a minha história começa, ele estabeleceu uma profícua parceria com o professor Geoffrey Hewings, revitalizando a área no Brasil, experiência esta que vou descrever.

Basicamente essa experiência está associada à criação do *Regional Economics Applications Laboratory*, que é um laboratório de pesquisa em economia regional na Universidade de Illinois.

Foi criado numa parceria de Illinois com o Federal Reserve Bank, de Chicago.

Hoje, é um dos principais centros de referência e pesquisa em Economia do mundo. E o que eu vou fazer é olhar para os efeitos – a gente viu na linhagem do Werner – diretos e indiretos na formação. Agora, eu vou olhar os efeitos induzidos daqueles pesquisadores que passaram pelo REAL, a partir dessa experiência.

Estamos falando, ao longo desses 25 anos, de 50 brasileiros ex-alunos do REAL, que estão trabalhando aqui. A gente tem o Ricardo Cavalcante, está aqui a Simone. Enfim, há vários dos que passaram pelo REAL que fazem parte dessa rede.

Então, houve essa parceria entre o Werner e o Hewings. Na verdade, muito do desenvolvimento inicial do REAL se deu por causa do fluxo constante de estudantes brasileiros para o departamento de Economia, que tinham interesse específico na área de economia regional e urbana. Antes da criação do REAL já havia alguns alunos do Werner que interagiram com Professor Hewings, criando as raízes dessa rede.

Este aqui é um exemplo. Pensando na árvore genealógica do Professor Hewings, são sete dos brasileiros que estavam, principalmente, no departamento de Economia e foram orientandos de PhD do Hewings. E aí começou um processo de visitas frequentes de pesquisadores brasileiros, não necessariamente para obter o título na Universidade de Illinois, mas que estavam fazendo seus doutorados no Brasil e que passaram um ano no REAL, no programa de bolsa-sanduíche, que gerou um efeito multiplicador enorme.

Quer dizer, o número de pesquisadores brasileiros do REAL cresceu desde a sua criação, chegando, nos últimos cinco anos, a quase 25 brasileiros passando períodos de, pelo menos, três meses no laboratório.

Aqui, eu mostro para vocês a evolução da rede endógena. Os pontos em vermelho são os colaboradores internacionais principalmente ligados ao REAL. A gente vê a evolução da rede, iniciada com o papel fundamental da interação do Werner e do Hewings, e como essa rede foi adensando ao longo do tempo. Isso considerando apenas aqueles ligados ao REAL.

Quando a gente abre para olhar os colaboradores no Brasil, ainda quanto à colaboração endógena, a gente percebe também os pesquisadores da USP, como talvez uma plataforma da colaboração internacional, disseminando para outros centros brasileiros.

E aqui a rede. Quando a gente coloca os colaboradores brasileiros ligados a essa rede, a gente vê o efeito multiplicador, e a gente tem 501 colaboradores brasileiros, que não estiveram necessariamente fisicamente no REAL, e a distribuição espacial, mostrando como essa rede tem um alcance regional bastante interessante.

O que essa rede produz.

Aqui eu não vou falar sobre os trabalhos, mas peguei os títulos dos artigos publicados por esses pesquisadores, e a gente vê claramente quais são as preocupações nas publicações científicas: o Brasil, a análise regional, a economia, sempre com foco em endereçar problemas concretos de desenvolvimento regional e urbano do País.

Eu vou encerrar essa minha apresentação, deixando aqui essa lembrança do nosso saudoso Werner – aí ao lado é o Prof. Hewings. Esses são os meus dois pais acadêmicos.

E eu deixo aqui um agradecimento pessoal pelos conselhos, pelo incentivo e também pela paciência que teve comigo em vários momentos. Eu guardarei para sempre os seus ensinamentos. Sua contribuição estendeu-se além do papel de orientador, contribuindo não só na minha formação acadêmica, como também na minha vida pessoal. E, ao falar em nome de uma geração de economistas diretamente influenciados por sua atuação, agradeço-lhe também em nosso nome.

MUITO OBRIGADO.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Obrigado, Professor Eduardo.

Hoje é uma tarde bastante feliz. Há pessoas que são atratores, como a gente fala... Eu fiz engenharia no ITA e tenho a honra de ter dois professores do ITA aqui presentes: Professor Luis Paulo Rosenberg e o nosso grande mestre aqui presente também. O Professor Cristovam Buarque também se mostra um atrator. Poucas pessoas têm a capacidade de, como político, ter uma liderança de reunir tantas pessoas para um tema tão relevante e tão atual que é a discussão dos rumos da economia.

E, até este momento – antes de passar a palavra para o Antônio Lício –, essa questão do atrator, como economista matemático que sou, é fácil de ver, porque polarizar vetores e convergi-los é exatamente o caso do Professor Werner Baer.

E a árvore genealógica apresentada pelo Professor Eduardo Haddad – tenho certeza, orgulha a tradição da família Haddad – faz toda uma síntese do que nós economistas pensamos de como racionalizar decisões.

Ao longo da apresentação, a gente teve também algumas discussões às vezes provocativas, às vezes mais expositivas. Assisti apenas à metade do Professor Rosenberg, mas aquele fluxograma – o Senador Cristovam estava elogiando da mesa – foi muito bom, muito sintético como sempre.

O Professor Bacha, que já teve que se ausentar, apresentou alguns pontos sobre a abertura da economia. E esse casamento de economia brasileira com a economia internacional

realmente é muito forte. A nossa economia ainda precisa ter uma participação maior. A nossa participação, em termos de comércio internacional, é menos de 1,5% do PIB mundial, então é muito pequena.

O Professor José Márcio Camargo colocou diversos apontamentos com sua larga experiência, mas também algumas provocações do ponto de vista da disciplina fiscal, como tem que ser feita. Eu não vou qualificar aqui como membro do Ministério da Fazenda – hoje cedido do Senado para o Ministério da Fazenda –, mas podemos ver, mais a frente, na questão do debate.

Eu gostaria muito mais de aproveitar o momento para repassar para os senhores a fala de outra pessoa que vai enriquecer bastante esse debate, o Antônio Lício.



ANTÔNIO LÍCIO:

– Para quem não me conhece muito, eu sou também da UFMG, sem nenhuma discriminação contra as outras, mas juro que há uma prevalência aqui. O Senador Cristovam sabe que não houve nenhum viés nessa escolha, mas nós éramos 70% da UFMG. Agora, sem brincadeiras, isso não é acidental, é porque existiu na UFMG, nos anos 60 – sendo que os dois mais antigos estudantes da época formados estão aqui, Paulo Haddad e Cláudio de Moura Castro, depois vem o Bacha, depois, talvez, o Roberto Macedo, que foi da UFMG e depois USP, depois eu, Dorothea, José Márcio Camargo — um diretor meio louco que resolveu dar bolsa para os estudantes ficarem em tempo integral. Então, os estudantes ficavam ali estudando o dia inteiro, coisa que praticamente não existia em outras universidades, quebrando a cara com aqueles livros, com aquelas traduções horrorosas de livros textos em francês, que você não entendia. Não é que não entendia a economia, você não entendia a tradução. Quando você aprendia a língua, ia para o original, você conseguia entender. Então era muito difícil para o economista aprender, porque não existia matéria-prima.

E por conta de uma dedicação integral desses primeiros estudantes, que depois vieram a ser professores nossos, como o querido Paulo Haddad, que estendeu esse tipo de tempo integral para outros que vieram nos anos 70, houve realmente uma concentração de boa qualidade no ensino de Economia na UFMG, independente das demais escolas.

Eu me formei em 1968. Acho que fui da primeira turma que fez a Anpec, ainda não tinha esse nome – o Paulo lembra. A primeira turma que tinha que optar entre EPGE, (o antigo era CAE), o IPE, na USP, e o primeiro de fora, do Nordeste, que foi o CAEN, em Fortaleza. Eu fui alocado no CAEN, do CAEN fui para Vanderbilt, onde completei o doutorado. Voltei

para a UFMG, em 1974, por concurso; o Paulo Haddad me puxou para ser professor da Cedeplar e passei o meu primeiro ano de 74 todo na UFMG, no Cedeplar. Pedi a licença, e Paulinelli me chamou para trabalhar com ele em Brasília. Vim e nunca mais voltei.

Essa é a minha história curta, para quem não me conhece. Portanto, nesses quarenta e poucos anos, eu trabalhei, a maior parte do tempo, com agricultura, guiado por Paulinelli, aprendendo com Paulinelli, com Paulo Romano, o que é agricultura. E acho que demos uma grande contribuição à economia do Brasil através da transformação agrícola que o País sofreu, dos anos de 70 e 80 para cá, com a transformação tecnológica, recursos humanos, pesquisa, etc.

Nos últimos anos, nós vimos tentando levar para a sociedade um discurso que mostra o verdadeiro valor ou o papel do setor agrícola na economia.

Eu tenho pensado muito sobre isso. Nós todos temos pensado muito sobre isso. Há uma distorção no entendimento do que é economia agrícola, o que é agricultura, o que são os setores da economia e os respectivos valores no PIB. E eu tento, então, fazer uma revisão.

No nosso tempo, o livro principal, o livro-texto, era o do Samuelson, *Economics*, que, em termos de livro-texto, era o mais utilizado, o mais importante, o mais brilhante de todos, em que o PIB – está escrito lá e em todos os lugares –, o Produto Interno Bruto, é definido como a soma de todos os produtos finais de consumo e investimento. Já agora, na década de 2000, de 1990 talvez, apareceu um grande professor em Harvard, chamado Mankiw, que tem um livro que é a bíblia dos garotos que estudam introdução à economia, a nova bíblia, *Principles of Economics*, em que está escrito: o que é o PIB? É o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país em um dado período de tempo.

Por que eu falo isso? Fica parecendo uma definição idiota, uma definição elementar de PIB, que todos nós deveríamos saber. Mas eu falo o seguinte: todos que estão aqui, provavelmente, passaram, nos últimos anos, por bancos de universidade e aprenderam, pois tinha uma cadeira por lá, quase obrigatória, chamada Introdução à Economia. E, nessa cadeira de Introdução à Economia – não estou falando dos economistas, não; estou falando de outros profissionais –, devem ter aprendido isto: o que é PIB. Mas parece que não aprenderam, porque nós vimos todos os dias, na mídia, com jornalistas, às vezes com economistas também – não sei por que houve esse descolamento –, o PIB ser falado assim: o PIB da agricultura, o PIB da indústria, o PIB do comércio e serviço. Meu Deus! De onde tiraram isso? Não há uma raiz, uma explicação.

Nós sabemos que o conceito de PIB é um conceito econômico antigo, mas foi Keynes, nos anos 40, que sugeriu que o mundo utilizasse o conceito de PIB e fizesse cálculos uniformes em todos os países para se poder medir comparativamente o PIB de um país vis-à-vis aos outros. E foi contratado um estatístico chamado Colin Clark, inglês – morreu nos anos 90, já com quase 90 anos –, que resolveu separar a economia em setores primário, secundário e terciário. No primário, ele jogou agricultura, mineração;

no secundário, botou indústrias de transformação, indústrias de construção civil; no terciário, botou comércio, serviços, etc. E eu não sei por que – isto é algo para nós economistas começarmos a pensar – houve essa digressão que deformou tudo.

Começaram a fazer PIB no setor primário; agrega o valor no setor da indústria de transformação ou construção civil, no setor secundário, e, depois, na terceira fase de agregação de valor, começam os serviços. Eu falei: “Mas nenhum dos livros-textos fala isso.” O livro-texto fala em produtos finais. Finais.

Como isso está me incomodando, há muito tempo – o Paulo Haddad sabe disso desde o início, há três, quatro anos –, eu comecei a me preocupar e a procurar um pouco mais de informação, pesquisar e penetrar um pouco mais. Comecei com a carne bovina. Qual é o valor do PIB da carne bovina? Eu me refiro à carne bovina produto final. Não é o bovino dentro da fazenda, dentro da indústria, dentro do frigorífico nem no comércio. Qual é o PIB da carne bovina, indústria, produto final? O Brasil produz 10 milhões de toneladas de carne bovina. Oito milhões de forma oficial e dois milhões com abates clandestinos. Qual seria o preço no varejo, que é produto final, da carne bovina? Qualquer um de vocês que for ao mercado vai ver o preço médio: carne de segunda, R\$15; carne de primeira, R\$20, R\$25, R\$30. Não é só no supermercado. Deve-se fazer a conta também no restaurante. Quanto custa o quilo da carne bovina que vocês comem no restaurante? Um filé custa R\$200/kg. Isso é produto final.

Bom, fazer toda a análise tomou-me tempo procurar saber, na cadeia... aliás, não se deve falar em “cadeia” hoje em dia, em se tratando de economia. Vamos falar de “complexo”, como o Bacha costuma falar. Não na cadeia bovina, mas no complexo bovino, a parte agrícola colabora com a agregação de valor de 20% somente; a parte industrial, com cerca de 15% a 20%, e a parte de comércio e serviços, com 60% a 65%. Considerando o preço médio na ponta, produto final, carne bovina, entre o que é consumido no restaurante e o que é vendido para a família - alimentação em domicílio - e sabendo que, hoje, o brasileiro come 40% fora da residência e 60% na residência (pela Pnad contínua e pela POF nós temos essas informações), enfim, fazendo todas essas continhas aritméticas, balanceando, eu cheguei a um número que o preço do produto final carne bovina seria R\$30. Um pouco menos, porque nós sabemos que exportação também é produto final. Então, produto final: exportação, mercado para residências e restaurantes ou alimentação fora do lar, em geral. Deu um preço médio de R\$30 o quilo, vezes dez milhões de toneladas, são R\$300 bilhões. PIB, produto final de carne bovina: R\$300 bilhões.

O senhor sabe qual é o PIB, produto final, da indústria automobilística? Isso em 2013. Alguém lembra qual é o PIB, produto final, de toda a indústria automobilística? Automóveis, caminhões, tratores, ônibus? Não sabem? É outra distorção, está vendo? Nós aprendemos a não saber PIB por produto final. Sabemos só o PIB da agricultura, da indústria e do comércio. Então, só o PIB, produto final, carne bovina, trezentos e pouquinho, em número

redondo, R\$300 bilhões. O máximo que a indústria automobilística no Brasil, produziu, em 2013, foi 3,6 milhões de veículos, partindo, em 2002 de 1,6 milhão. Ela cresceu 140%. Depois, decaiu novamente pela saturação do mercado, claro. O PIB máximo da indústria automobilística, em 2013, foi de 150 bilhões. Então, estamos comparando agora PIB, produto final, como devia ser, e não como setores de Colin Clark. O PIB só da carne bovina no Brasil, em 2013, quando a indústria automobilística atingiu seu máximo com 3,6 milhões de veículos – agora são 2,8 milhões/ 2,5 milhões –, foi duas vezes mais do que a indústria automobilística. Mas só se fala nessa indústria no Brasil! Que indústria? Carne bovina? É um complexo, indústria frigorífica. Quando se trata de produto final, só a carne bovina foi o dobro da indústria automobilística, que leva todos os favores do Governo. “Vamos melhorar o crescimento?” Dê-se subsídio para a indústria automobilística, cortem impostos e IPI da indústria automobilística. Ela é muito pequena hoje. Já foi muito importante em 1950, 1960, quando estávamos no processo de industrialização, indústria metal e mecânica, eletroeletrônica, etc. Hoje ela é pequena.

Agora, eu faço aqui uma comparação com o que o José Márcio falou: o que está acontecendo no processo industrial através da globalização em todos os países do mundo, com exceção da Alemanha, no mundo ocidental. E os países do mundo oriental estão tomando conta disso.

Voltando, a indústria da carne bovina, produto final, é mais do que o dobro, três vezes mais – porque houve um encolhimento dos automotivos – do que a grande “joia da coroa”, que é a indústria automobilística. Mas, se pegarmos, além da carne bovina, também a carne suína, a carne de aves, ovos, peixes, leite, enfim, proteínas animais... Vocês têm ideia de o que seja isso? Proteínas animais calculadas através de produto final. São R\$650 bilhões. Está lá a nossa “joia da coroa” com 150 bilhões, em 2013, e hoje deve estar com uns 120 bilhões. De onde vem essa distorção, pelo amor de Deus? Eu insisto: de onde vem essa distorção?

Quando se fala em PIB, fala-se em PIB da agricultura, PIB da indústria – que indústria? – e PIB de comércio e serviço. Tem que ser PIB do produto final, da cadeia, do complexo. Porque, quando se faz política econômica, não se faz política econômica nem análise econômica só com um pedaço do produto; faz-se incidindo todos os instrumentos de análise ou de política sobre um produto como um todo, seja um automóvel, seja a carne, seja um produto eletrônico. E nós estamos com uma distorção que está complicando tudo.

Aí eu fui mais longe. E, durante um ano e meio sem financiamento – o Paulo Haddad sabe disso, o Paulinelli sabe disso –, resolvi calcular o PIB global de todos os produtos de origem agrícola. Não é agricultura dentro da fazenda, não. Desculpem-me por falar com essa ênfase, mas eu vejo grandes jornalistas falando assim: “Ah, a agricultura foi muito bem. Pena que ela tem só 6% do PIB.” Meu Deus! Meu Deus! Vamos corrigir isso...

Quanto é o verdadeiro valor dos produtos finais de origem agrícola? Eu calculei: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... 38 produtos, que completam 95% de toda a grade de produtos de origem agrícola do PIB. E coloquei preços com o produto final, seja no porto, seja no restaurante, seja no mercado. E deu um número, sempre para 2013 – depois vou falar por que 2013. Deu um número perto de R\$1,5 trilhão. Produto final. Aí eu dividi isso. Por quê? Pelo PIB de 2013, que foi na primeira revisão... O primeiro PIB foi de R\$4,8 trilhões; a primeira revisão foi de R\$5,1 trilhões; a segunda revisão foi de R\$5,3 trilhões, por aí, e eu fiquei na segunda revisão.

Eu dividi pelo PIB global, de R\$5,1 trilhões, mas não é justo, porque o PIB é formado, como nós sabemos, pelos bens de consumo... Alguém falou: “Ah, é o consumo da família...” Que consumo da família... É produção de bens de consumo, produção de bens de investimento – formação de capital fixo –, exportação menos importação, etc., variação de estoques e governos. Tudo bem. Eu posso dividir e colocar no denominador qualquer um desses números, mas já que nós estamos falando de consumo, o denominador deveria ser o quê? Consumo geral. Eu optei por consumo da família. E apareceu isso aqui: PIB de 2013, brasileiro, valores correntes, bilhões... Cinco bi, 158... Em cima disso foi a primeira revisão. A segunda revisão foi cinco, trezentos e pouco. E o consumo (das famílias) foi de 3,2 trilhões. Formação bruta de capital fixo foi de cerca de um trilhão, e o governo sempre, também, com cerca de um trilhão.

Como eu disse, o meu cálculo de produtos de origem agrícola, em 2013, montou a 1,450 trilhão, que tinha que ser dividido por esse número de \$3,2 trilhões. Ocorre que, nesses 3,2 trilhões, o IBGE aloca também todas as despesas públicas em educação e saúde. Ele classifica, em consumo de famílias ou produção de serviços privados ou serviços em geral, os serviços públicos de educação e saúde. Não sei por que isso, mas, em vez de estar aqui em governos, está lá no consumo das famílias ou bens e serviços de consumo. Isso deu cerca de 560 bilhões, educação e saúde pública. Se se retirar do valor de 3,2 trilhões, nós temos um total de 2,650 trilhões, mais ou menos. E, dividindo 1,450 trilhão, quase 1,5 trilhão, por dois trilhões, seiscentos e cinquenta, deu uma razão de quase 60%, entre 55% e 60%, 56%, 57%.

Então, nós temos essas razões, digamos, sabendo que, em 2014, os outros produtos, principalmente os puxados para baixo pela indústria automobilística, que encolheu por razões de saturação de mercado - ela cresceu 140% em 11 anos, não podia crescer tanto durante tanto tempo. Fazendo essa consideração, por alto, os produtos de origem agrícola são 60%; os produtos de origem não agrícola são 30%; e os famosos serviços que a televisão sempre mostra... “Ah, serviço é que agrega valor.” Vem um cabeleireiro ou serviços da padaria. Perto da minha casa há uma padaria, no Lago Norte, que deve ter 50 metros quadrados em cima e 50 metros quadrados embaixo e emprega 120 pessoas. Uma padaria emprega 120 pessoas. Vem os economistas, com parte da mídia, e falam assim: “Quem emprega e quem gera renda é o comércio e serviço.” Existiriam padarias se não houvesse

o pão e as outras coisas lá vendidas? Porque é a ponta do complexo. A ponta do complexo é que gera mais renda e emprego. É essa ponta que gera mais renda e emprego, mas precisa haver a carne para chegar ao produto final, tem que haver a venda no mercado ou no restaurante. Essas distorções é que complicam tudo. Por que complicam tudo? Porque confundem a opinião pública, confundem o governo – como se diz, pena que a agricultura tem só 6%. O que é isso? – e tiram também poder político de um setor em detrimento de outros. Mas, sem problema político, ainda vamos ter um problema prático.

Eu termino a minha exposição com um problema prático. Eu não vou falar de outro problema que aconteceu também na mensuração do PIB, que está no meu artigo que foi publicado no *Valor*, há pouco tempo.

E o artigo é grande. Houve um erro na mensuração do PIB – eu já falei isso com o nosso Paulo Rabello de Castro, que deveria estar aqui –, houve um erro na mensuração do PIB entre 2002 e 2013, quando, em vez de desinflacionar por um item, o que seria o mais razoável, pelo menos, os bens de consumo, em vez de aplicar um deflator, como o IPC, aplicaram um tal de deflator implícito. Agora, eu não vou falar sobre isso, mas, se vocês entrarem no que é para o IBGE o deflator implícito, é uma confusão que gerou um crescimento do PIB real que não tem nada a ver com a realidade – não tem nada a ver! Mas eu não vou entrar nessa discussão aqui, agora.

Eu quero dizer o seguinte: se o setor agrícola, de origem agrícola, detém 60%, e a produção de bens de origem não agrícola detém 30%, e os serviços sem bens... O que são serviços sem bens? Televisão, cinema, corte de cabelo, o que não tem um produto físico agregado - esses são, mais ou menos, 10%. Mas, se é essa a proporção – e aí eu me alio à tese do José Márcio Camargo –, está acontecendo um fenômeno, no mundo atual, pela globalização, que é: a globalização está incidindo positivamente na industrialização dos países da Ásia e negativamente nos países do Ocidente, com exceção, como ele falou, da Alemanha. Por quê? Não sabemos direito, mas isso é um fenômeno.

Enquanto isso perdurar, não esperemos que esses produtos venham a ser a locomotiva do Brasil. Não vai acontecer, mesmo porque eles representam 30% somente. “Ah! Mas se o Brasil crescer na origem agrícola?” Aí pode acontecer muita coisa.

A China e, muito breve, a Índia – quando se somam Índia e China, são 2,6 bilhões de bocas – desestabilizou o mercado agrícola para cima. Aí vem o que o senhor falou: a alteração de preços relativos. Os preços de origem agrícola explodiram; os preços de origem não agrícola caíram. Por quê? Não sei, mas é o que o José Márcio falou, caíram e estão caindo. Não é que vão destruir tudo, não vão destruir a indústria mecânica, elétrica do Brasil, mas parte dela.

Vai parar onde? Pergunte a David Ricardo onde vai parar! E foi a palestra aqui do nosso Edmar Bacha. Quando nós abrimos mercados, eles se ajustam através da teoria das

vantagens comparativas, de David Ricardo. Não vai destruir toda a nossa indústria não agrícola – não vai destruir! Vai reduzir proporcionalmente aos parâmetros da teoria das vantagens comparativas. Nós vamos reduzir proporcionalmente.

Mas, por outro lado, essa mesma China e, muito proximamente, a Índia também vão continuar fazendo essa alteração brutal de preços relativos entre preços para cima de origem agrícola e para baixo de origem não agrícola. Nós crescemos muito entre 2002 e 2013/2014 por conta da duplicação e da triplicação de preços de origem agrícola. Por quê? Porque a agricultura brasileira respondeu. Ela tinha espaço e tinha tecnologia. O mercado apareceu lá fora. Já tinham aberto mercado, já sabiam produzir carne para fora, etc. Ela respondeu, ela explodiu. Não apareceu nas contas do IBGE por outra distorção de que eu já falei, mas é outra distorção.

Resumindo e concluindo, o caminho é esse. Nós podemos, sim, continuar crescendo via o caminho que foi perseguido durante esses últimos 11 anos entre 2002 e 2013, que seria aproveitando das vantagens das alterações de preços relativos em favor da agricultura. E, em mais cinco anos, nós vamos ser a agricultura mais importante do mundo. Mais cinco anos no máximo. Nós somos a segunda hoje.

Quanto aos itens não agrícolas, a resposta não é fechar a economia. Jamais. É abrir os livros de David Ricardo – que é Ricardo e não Richard porque era filho de português, – que as respostas estão lá. Acredito que isso muda completamente o enfoque e, por que não dizer também, o poder político dos setores dentro da economia brasileira.

OBRIGADO.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Muito obrigado, Antônio Lício.

Antes de passar para perguntas – estamos nos aproximando do final –, um brevíssimo comentário que eu gostaria de fazer.

Nós temos, nestes debates aqui, uma riqueza muito grande. As pessoas que estão aqui, não só capitaneadas pela influência direta ou indireta do Prof. Werner Baer, são extremamente

capazes. Até dispensam apresentação as pessoas com as quais eu tive a honra de compor esta Mesa hoje à tarde, assim como na parte da manhã também: Dorothea Werneck, Claudio de Moura Castro, Paulo Haddad e outros. Então, é extremamente importante. É bom enfatizar, Senador Cristovam, que é o nosso atrator de ideias aqui, assim como o Werner Baer é um atrator de gerações e gerações de economistas – eu continuo impressionado com o mapa que o Eduardo Haddad montou –, que nós temos a honra também de ter pessoas extremamente qualificadas na audiência. Eu já tinha citado o Prof. Joanílio e o Prof. Rosenberg, que está aqui em cima, mas estão Formiga, Zé Carlos, Tolini, Borba, Tom, Prof. Vamireh... Nós temos muitas pessoas aqui capazes... Desculpem-me outros que eu não sei o nome de cor, mas eu acho este momento extremamente rico.

Estou há cerca de dois meses e meio cedido do Senado para o Ministério da Fazenda, onde estou na assessoria direta ao Ministro da Fazenda, o Ministro Henrique Meirelles.

É um momento único que estamos vivendo. Nós estamos passando por uma sequência de crescimento negativo do PIB que nos leva, na história republicana, a uma situação *sui generis*; é comparável ao biênio 1929-1930. É algo que precisa ser analisado. Eu gostei muito do slide que o Antônio Lício passou, comparando Samuelson com Mankiw, que é hoje o pop, é um dos livros mais vendidos na Amazon, e o Samuelson influenciou gerações e gerações. Então, parte dessa abordagem, ou seja, do conhecimento de contas nacionais. Mesmo corrigindo por metodologias, por questões de contas nacionais, *national accounts*, o que a gente tem é que o modelo utilizado recentemente não só se mostra esgotado, mas gerou uma série de situações a serem consertadas, e é extremamente difícil. Confesso para vocês que vez ou outra dá saudade daqui do Senado; dá vontade até de voltar para cá. Várias noites com quatro ou cinco horas de sono, apenas. Mas há muita coisa para ser feita.

Certamente, a disciplina fiscal, olhar o lado fiscal, é extremamente importante. É uma junção. Aí o Prof. Werner Baer acaba sendo um bom exemplo pela influência que teve – eu não fui aluno diretamente dele, mas o estudei muito; trouxe até o livro dele, que eu li e reli, e está com o Senador Cristovam. A gente caminha de uma situação de uma macro fortemente desajustada, uma microeconomia que também precisa ser retrabalhada. Tivemos um crescimento das despesas, em termos reais, ou seja, acima da inflação, da ordem de 6%; não se sustenta. A economia não aguenta muito desaforo, é igual ao nosso corpo. Então, você tem que tratar dessas situações. Não é sustentável uma economia que tem 38 trimestres consecutivos com crescimento do consumo agregado. O aumento do crédito concedido dobrou – algo como 25% do PIB em 2002-2003 para, em 2014-2015, o dobro desse valor. E ainda estamos longe do perfil de economias desenvolvidas.

O Prof. Samuelson, aqui citado, dizia que não queria ser, por exemplo, chefe do Council of Economic Advisers, algo como seria o Ipea ou um *think tank*, um conselho para os presidentes. Ele recusou, inclusive. Ele dizia: “Prefiro escrever os livros dos economistas.”

Isso me faz lembrar do Senador Cristovam, que tem sempre essa posição muito intelectual dos problemas, antes de partir para a proposição legislativa – e aqui estamos numa Casa legislativa, cuja grande força se dá por meio de mecanismos legislativos. O Paul Samuelson também tinha essa colocação e é um gigante, assim como Werner Baer foi um professor de altíssimo calibre.

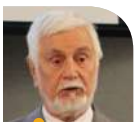
Falando ainda sobre o Werner, nós temos tanto essa parte de economia brasileira quanto comércio internacional. O Prof. Bacha apontou uma proposição de como alterar e, ao final, colocou, de forma bastante pitoresca, como seria o Brasil. O Ceará ficou dominado por Pernambuco – eu que sou cearense, Pernambuco acabou capitalizando ali, seria certamente, talvez...

(INTERVENÇÃO FORA DO MICROFONE.)



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Confederação. Talvez...



EDMAR LISBOA BACHA

– E Minas continua sem mar, não é?



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– E Minas continua sem mar, mas faz parte. E é extremamente adequado.

Eu lembro que, em comércio internacional, existe uma proposição – e aqui até faço uma provocação ao Senador Cristovam do *created in Brazil* e não *made in Brazil*. Então,

saímos com um problema de valor agregado, de produtos de baixo valor agregado infelizmente. A nossa pauta de importação precisa ser mudada, certamente há essa consciência no Governo de que precisa ser alterada. Há um longo caminho. Este é o ponto: há um longo caminho.

A questão fiscal serve como condição *sine qua non*. Deve-se trabalhar o fiscal, para que você possa pensar em mudar o perfil de ter, como o Prof. José Márcio Camargo falou, uma atração de investimento estrangeiro para o Brasil, que é a sétima economia do mundo aproximadamente, parecida com aquele filete de país chamado Chile, que fez, em boa parte do tempo, alguns exercícios muito bem-sucedidos de macroeconomia – outros não, mas boa parte, de fato, com um grande ponto.

Economia são dois pontos: extremamente expectacional, depende de expectativa; segundo, depende de escolhas. E eu posso falar isso como engenheiro que sou, olhando e admirando a Economia – no quinto ano de Engenharia, todos os meus livros eram de Economia, eu pensava: “Eu acho que tenho que fazer isso”. Um dos culpados está aqui, é o Prof. Rosenberg. Eu perguntei, em 1994, para ele: “Saí do ITA, vou fazer Economia?”. Ele disse: “Faça, que é bom”. Ele foi uma das pessoas que me aconselhou, ele e o Ricardo Paes de Barros, lá em 1994, 1993.

O ponto é: na Economia, você tem que fazer escolhas.

Há uma frase também aqui citada pelo Senador coordenador deste evento, que diz: se as escolhas são bem-feitas, elas representam um tipo de corrupção, talvez a mais perversa, se você não coloca as prioridades devidas.

Então, temos a Economia extremamente ligada a expectativas e extremamente ligada a escolhas. Se bem feitas, o.k.; se não, vem um custo, e um custo elevado. Estamos hoje com um mercado de trabalho extremamente pressionado. Estamos com a pauta importadora, que precisa ser retrabalhada, obviamente não só por efeito do câmbio, mas, sim, pelo lado da oferta e de aumento de produtividade. É um trabalho difícil, é um trabalho que exige tempo, é um trabalho que não sai, não pula fortemente como medidas do lado da demanda, que são muito mais fáceis de serem feitas e de serem notadas. Tem que olhar esse equilíbrio.

Fechando, a gente tem que constituir essa ciência ainda na sua infância, chamada Economia, com um arcabouço institucional. Precisamos ter esse amadurecimento que estamos passando. Esta Casa, o Senado viveu a votação do *impeachment* aqui, recentemente. Há a necessidade de um amadurecimento institucional muito forte. A Economia é muito imbricada com a questão das instituições e junta-se a disciplina macroeconômica, começando pela parte inicial, que é a fiscal, aí segue também pela microeconomia.

Nós precisamos cuidar de reformas trabalhistas que, há décadas, já têm sido pensadas, de reformas na área educacional, temos especialistas aqui de classe mundial – o próprio Senador Cristovam e o Cláudio de Moura Castro são especialistas de classe mundial e ambos ficam com o Prof. Werner Baer. Precisamos cuidar da recuperação de empresas. Temos muitas empresas no Brasil em estado pré-falimentar, com óbvio impacto sobre a geração de emprego e renda. Temos também que cuidar da questão de escolhas em termos de como proteger a nossa indústria, ou não protegê-la, ou colocar políticas mais horizontais. Então, todos esses pontos são ensinamentos horizontais.

Todos esses pontos são ensinamentos com alto impacto sobre a vida de cada um de nós, que devem, em muito, a uma formação em ciência econômica e na academia da Economia, fortemente, sobretudo, pós-graduação, ao Prof. Werner Baer.

Então, encerro aqui a minha fala e passo para as perguntas O Marcondes candidatou-se a falar, tem uma pergunta. Há mais alguém?



RICARDO ROBERTO DE ARAUJO LIMA:

– Obrigado, Waldery. Manifesto o meu grande contentamento por estar aqui neste ambiente extremamente enriquecedor.

Você colocou bem, em pinceladas rápidas, Waldery, uma agenda importantíssima do ponto de vista macroeconômico. Eu sou engenheiro de formação e vou dirigir a minha pergunta muito objetivamente à Mesa, num viés do que eu tenho atuado nos últimos 15, 16 anos da minha vida profissional, como um técnico da área de ciência, tecnologia e inovação. Eu sou vinculado à carreira de ciência e tecnologia.

Se não me engano, o Prof. Bacha foi o único que eu vi, agora pela tarde – não pude participar por toda a manhã –, introduzir em um slide apenas um aspecto fundamental em qualquer projeto de nação de melhoria de economia, que é introdução de tecnologia na economia. Isso vai agregar, obviamente, maior capacitação, vai agregar produtividade, competitividade, enfim, toda essa agenda que o mundo inteiro persegue e que o Brasil tangencia no discurso, mas, na prática, não está fazendo muito bem. Precisa olhar com mais cuidado isto.

Acho que, no início do ano, a própria imprensa brasileira – isso já é conhecido muito lá fora –, o jornal local mostrou que três empresas da área de tecnologia – não preciso mencionar quais são – têm um valor de mercado maior do que o PIB brasileiro. O professor mostrou ali o PIB brasileiro de 2013 no auge, no píncaro lá de R\$5,1 trilhões ou R\$5,3 trilhões. Com essa apreciação de câmbio, isso variou um pouco. Mas, enfim, o ponto é o seguinte: eu gostaria que a Mesa dissesse – eu vou colocar a provocação aberta para quem quiser, por favor, falar – qual é a agenda e como fazer para que o Brasil acorde para isso. Quer dizer, os países de industrialização tardia, que começaram a dar a volta por cima nos últimos 40, 50 anos, o fizeram por meio de tecnologia, inovação, acesso a mercados. Quer dizer, quando o professor coloca todo esse valor de PIB na área agrícola, será que nós temos como influenciar o mercado disso com uma *commodity* global? São perguntas que eu faço.

Vamos melhorar a tecnologia dentro da economia. Vamos melhorar isso de uma forma urgente. O Brasil não vai conseguir dar a virada, não vamos sair dessa armadilha se não focarmos nesse assunto.

Eu gostaria de ouvir as considerações da Mesa, por favor. Obrigado.



ANTÔNIO LÍCIO:

– Eu fiz a minha explanação baseado numa distorção de origens de PIB. Mas ciência e tecnologia foi algo mais bem aplicado no Brasil na área agrícola.

Até 1970, o Brasil era importador de praticamente todos os nossos alimentos – carnes, trigo, até milho, soja. Com a revolução que foi feita, liderada Ministro Paulinelli, aqui presente, e suportada pelo Presidente Geisel, houve um aproveitamento de uma área considerada inóspita e não aproveitável, inaproveitável, para a agricultura que era o Cerrado, 200 milhões de hectares. Isso foi feito exclusivamente com uma revolução de ciência e tecnologia, através da Embrapa e dos centros de pesquisa das universidades agrícolas, que também participaram disso. Então, o que era considerado inaproveitável está transformando o Brasil no maior produtor de alimentos do mundo.

Outro exemplo característico é o da Embraer. Como a Embraer conseguiu ser a segunda maior produtora de aeronaves do mundo? Por vários fatores, mas um deles a gente sabe muito claramente: parar com essa proibição de que não se pode importar, ou, então, a exigência de componentes nacionais.

No mundo global, é preciso haver alguém que produza melhor isso, melhor aquilo, etc. E à Embraer só foi possível desenvolver-se, chegar aonde chegou, porque ela

pôde importar turbinas, *avionics*, etc. Então, é claro que na história econômica do Brasil, nos últimos 50 anos, onde houve ciência e tecnologia, houve realmente um grande desenvolvimento.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Nós temos também dois comentários do Prof. Clóvis Cavalcanti e do Prof. José Márcio Camargo



CLÓVIS CAVALCANTI:

– Eu só queria fazer um comentário a respeito do fato de que se menciona muito a Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo. Acontece que a teoria de Ricardo prevê imobilidade internacional de fatores. Quando se admite a suspensão dessa cláusula, ou seja, a mobilidade de capital de trabalho, não é mais a Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo, que deve ser considerada, mas a Teoria das Vantagens Absolutas, que foi trabalhada por Bertil Ohlin. É muito interessante isso, porque a imagem que passa é a de que é possível dentro do marco teórico de Ricardo, no mundo onde há imobilidade internacional de fatores, aplicar essa teoria. Não pode! Tem que ser na Teoria das Vantagens Absolutas. Aí os elementos de cálculo mudam completamente.

Com relação a crescimento econômico: de acordo com Georgescu, para produzir, você faz o seguinte: extrai, transforma e descarta. No descarte, você tem o *enjoyment of life*, que é um fluxo imaterial. Quando você extrai, há um custo; quando você acumula, produz, você tem um benefício. Então você tem valor adicionado e valor extraído. Qual a relação? O valor adicionado será sempre maior do que o valor extraído, só que, nos cálculos do PIB, o valor extraído é zero, é como se não existisse.

Então, quando o crescimento da economia leva a uma situação em que o aumento do uso dos recursos produz menos benefícios do que custos, não há mais crescimento econômico, mas crescimento antieconômico ou crescimento deseconômico. Aí parou o sentido do crescimento econômico. Não faz mais sentido.

Acontece que, nos cálculos convencionais da contabilidade nacional, não se contempla essa situação, mas há todo um grupo de pessoas que analisam isso. Por exemplo, a Holanda está muito adiantada nisso e tem um grande personagem aqui, chamado

Roefie Hueting. Recentemente, faleceu Salah El Serafy, que foi do Banco Mundial, um egípcio que trabalhou muito com essas coisas e deu grandes contribuições. Aqui, no Brasil, já se tentou fazer algo nesse sentido, mas não se saiu do papel.

Não há um cálculo do PIB considerando valor adicionado e valor extraído. Do ponto de vista físico – não do ponto de vista monetário, que é ilusório, em que há um véu –, você extrai, transforma e acumula. Essa acumulação, muitas vezes, é de sujeira eterna. E a extração corresponde também a cavar um buraco eterno que continua sempre aumentando. O monte de sujeira continua sempre aumentando. Quem vai dar conta disso? O sistema, a natureza, o meio ambiente.

Georgescu chamava atenção para isso, indicando que não se podia fazer uma apreciação linear, com duas variáveis apenas, do processo. Tem que se fazer uma avaliação em um modelo de complexidade, introduzindo, inclusive, variáveis qualitativas. O que Georgescu diz é exatamente isto: que o mais importante do processo econômico do ponto de vista termodinâmico é a mudança qualitativa de menos para mais entropia. Isso é uma lei do universo. A economia supõe que ela esteja isenta da aplicação dessa lei no momento em que ela considera a natureza uma externalidade: “Sim, a natureza existe, mas está lá, não faz parte do processo econômico”. Muito cômodo isso. E a sociedade? E o bem-estar humano? E a felicidade das pessoas, que é o que interessa?

Há um modelo alternativo no mundo que pensa dessa forma, ao estilo de Georgescu, que é a filosofia da felicidade do Reino do Butão. Eu estive no Butão, a convite do governo, com um grupo de pessoas, em 2013. Foi produzido um relatório para a ONU, que está disponível na internet, sobre essa filosofia que tem mais de 40 anos. E o mesmo entendimento aparece, no ano passado, na Encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco. Essa Encíclica foi o resultado de um encontro um ano antes das Pontifícias Academias de Ciências e das Ciências Sociais do Vaticano, em que cientistas, como Partha Dasgupta, um importante economista ambiental; como Martin Rees, Astronomer Royal do Reino Unido, professor de Cambridge; como a atual Presidente da Academia Americana de Ciências, uma oceanógrafa; como um professor da Califórnia, de Santa Clara, indiano, climatólogo, participaram, como muito mais gente, e alguns prêmios Nobel.

O Papa não inventa nada do ponto de vista científico: ele simplesmente aplica o que lhe foi dado. E as conclusões são no sentido de que nós devemos estar advertidos para a seriedade do problema, não do ponto de vista da conjuntura econômica, mas de coisas mais básicas e estruturais – uma delas, a mudança climática. Quem é que vai poder aguentar a mudança climática? Não o Nordeste semiárido, não o Rio São Francisco, com essa transposição que é uma ameaça à disponibilidade de água – parece uma solução, mas é uma ameaça à disponibilidade de água no Nordeste.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Prof. José Márcio Camargo.



JOSÉ MÁRCIO CAMARGO:

– Eu costumo dizer para os meus alunos que economista sabe muito pouca coisa na vida, mas existe uma coisa que a gente sabe. Uma das poucas coisas que economista sabe é que crescimento de longo prazo depende fundamentalmente de progresso técnico. Só. Essa é uma das poucas coisas que economista sabe. O resto é tudo mais ou menos, pode ser, pode não ser. A outra coisa que a gente sabe é que progresso técnico depende de duas coisas – depende de inovação e de difusão. Difusão é aquela coisa: alguém inova e o resto copia. Isso, para você copiar, você precisa importar. Como o País é muito fechado, a gente importa muito pouca tecnologia; conseqüentemente, tem pouco progresso técnico.

Sobrou inovação. Inovação depende da quantidade de capital humano que a sociedade reserva para fazer pesquisa e desenvolvimento. O que significa isso? Significa o seguinte: tem de se pegar uma parte do estoque de capital humano da sociedade. Em vez de pegar esse estoque de capital humano e colocar para produzir bens e serviços no presente, você tem de tirar uma parte desse estoque de capital humano e reservar para fazer pesquisa de desenvolvimento – que vai gerar uma maior produtividade no futuro, ou seja, produzir mais bens e melhores bens no futuro. Você tem de sacrificar o consumo presente para poder ter crescimento no futuro.

Acontece o seguinte: a quantidade de estoque de capital humano que existe no Brasil é muito baixa, porque nós investimos muito mal em capital humano. Conseqüentemente, o custo de oportunidade de reservar uma parte desse capital humano para fazer pesquisa e desenvolvimento em vez de produzir bens e serviços é muito alto. Assim, a quantidade de pesquisa de desenvolvimento que se faz no Brasil é baixa, porque o custo de fazer isso para a sociedade é alto. Por isso, a escolha é essa. Eu não estou defendendo a escolha. Eu estou dizendo o seguinte: naturalmente, a sociedade escolhe investir pouco em pesquisa e desenvolvimento porque o custo de oportunidade do capital humano no Brasil é muito alto. Se você quer fazer pesquisa e desenvolvimento, se você quer investir em pesquisa e desenvolvimento, se você quer, efetivamente, reservar uma parte do seu capital humano para fazer pesquisa e desenvolvimento, de tal forma que você gere

novas tecnologias e novos produtos, você terá de investir melhor em capital humano, de tal forma que o seu estoque de capital humano aumente rapidamente.

Esse é o problema. Sem isso, esqueça, não dá para você pegar metade do capital humano que temos e colocar para fazer pesquisa e desenvolvimento, porque é caro para caramba para a sociedade. Aí a sociedade não consegue escolher isso. A sociedade escolhe deixar uma parte enorme de capital humano para produzir bens e serviços no presente, não está disposta a fazer essa poupança para o futuro.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Agradeço ao José Márcio.

Antes de passar para mais uma pergunta, temos neste seminário também participações pelo e-Cidadania e contribuições de todo o Brasil. Há uma pergunta de Guilherme Marques Veroneze, que está ligada à educação: “Tendo em vista [a dificuldade] [...] da baixa taxa de poupança [no Brasil], os senhores julgam oportuna a inclusão de noções de matemática financeira, a ser ministrada no ensino médio dentro do ensino da matemática, de modo a despertar a consciência dos futuros cidadãos para a importância de se poupar?” Essa é uma pergunta do Guilherme. Não sei se alguém da Mesa ou da plateia, até porque temos pessoas que gostariam de se manifestar sobre esse assunto.

Outra contribuição da plateia vou ler aqui rapidamente. Eu tenho aqui listadas dez perguntas, vou citar algumas. Erwin Nogueira de Andrade fala sobre críticas fortes à política de subsídios do BNDES e que, baseado na escola austríaca de Economia, isso é fortemente criticado, mas, mesmo assim, ainda não há um consenso de que esses investimentos foram feitos de maneira incorreta.

Temos também Valdemagno Silva Torres falando sobre a contraposição entre o receituário do FMI de que o Consenso de Washington, assim denominado, não teria sido ainda completamente analisado e gerado, segundo a opinião dele, problemas para o País.

Por último, está identificado, Lucas F. da Silva, de São Paulo, falando sobre um plano econômico de relação de intercâmbio, para que populações de classe pobre e média não percam a disponibilidade de recursos. Aí teria que haver um plano econômico que protegesse ou que cuidasse em particular desse pessoal com essa faixa de renda.

Então, são opiniões gerais.

Antes de passar para a mesa, eu gostaria de mais uma pergunta da plateia, de alguém que queira. Marcos Formiga, por exemplo, está conosco. Por favor.



CRISTOVAM BUARQUE:

– Eu ia responder a uma das perguntas.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Já vai dar a resposta?



CRISTOVAM BUARQUE:

– Sobre o Ensino de Matemática Financeira.

Eu sou a favor de que se ensine Matemática Financeira, mas não que haja disciplina. Basta uma palestra por semestre, depois dar uns *links* para entrar na internet, que está cheia de ensinamentos sobre isso. Daí a mais alguns meses, outra palestra, para ver se as pessoas leram.

Temos que oferecer tudo, agora não devemos obrigar quase nada.

Além disso, não precisa de disciplina no sentido de quatro ou seis horas por semana, durante um semestre. Isso não precisa mais. Já se foi o tempo disso. Hoje, com esses equipamentos, com muito menos tempo a gente pode ter.

Além disso, motiva muito mais o aluno estudar por tema do que por disciplina. Os outros países já estão substituindo isso. Até a palavra disciplina implica ordem, controle. Eu não vejo necessidade de disciplina de administração financeira, matemática financeira. Agora, ao ensino disso com palestras, de vez em quando, eu sou favorável. A esse e a muitos outros temas.



CLÓVIS CAVALCANTI:

– Sobre matemática financeira, o grande problema é o uso da taxa de desconto, porque a preferência pelo presente é muito grande. Então, a taxa de desconto desfavorece o futuro.

As pessoas podem aprender matemática financeira, mas deveriam ter talvez alguns elementos para refletir sobre a aplicação da matemática financeira. É aí que entra então você complementar o ensino de uma disciplina ou de uma cadeira ou seja lá o que for com noções que remetam, por exemplo, à preocupação com a espécie humana, com a sobrevivência da espécie humana, que está em jogo.



JOSÉ MÁRCIO CAMARGO:

– Matemática financeira pode-se ensinar ou não ensinar, tudo bem. O meu problema, na verdade, é outro. O problema é o seguinte: pelo que entendi, a pessoa estava propondo isso na matemática financeira era para incentivar a formação de poupança.

Escuta, vamos entender por que o Brasil tem uma taxa de poupança baixa. As pessoas poupam, normalmente, por duas razões fundamentais. Uma é por precaução. A pessoa pensa: “Se eu tiver um acidente, quero ter um dinheirinho para gastar com o médico que vai me cuidar”. Ou então: “Quem sabe eu vou ficar desempregado em algum momento. É bom ter uma poupança para poder cobrir o desemprego”.

A segunda razão pela qual as pessoas poupam é para suavizar o padrão de consumo ao longo da vida. Normalmente, o perfil idade e renda das pessoas é que você ganha pouco quando é jovem; à medida que você entra no mercado de trabalho e permanece nele mais tempo, sua renda começa a subir, sobe, sobe, sobe, sobe, sobe; e aí, quando chega aos 60, hoje 65 anos, ela começa a cair, você começa a perder a capacidade de trabalhar, até que você se aposenta. Quando você se aposenta, na maior parte dos países do mundo, o valor da aposentadoria é uma fração do valor do salário da pessoa quando está se aposentando.

No Brasil, 90% dos trabalhadores ganham como aposentados mais do que eles ganham quando estão trabalhando. Então, para que eles vão poupar? Não há nenhuma razão para poupar. Eu tenho razão para poupar, mas 90% dos trabalhadores brasileiros não têm nenhuma razão para poupar. Pelo contrário, por que eu vou poupar quando sou jovem, estou bem na vida, com saúde, para depois gastar mais quando eu ficar velho? Isso é uma

maluquice. Só maluco que faz isso, não é? A pessoa poupa quando é jovem para poder, quando ficar velho, ter um padrão de vida parecido com o de quando ele estava jovem.

Então, é o seguinte: com esse sistema de aposentadoria que a gente tem, dificilmente haverá uma taxa de poupança realmente alta. Esqueça, não vai ter. Porque a principal razão pela qual as pessoas poupam é suavizar o padrão de consumo ao longo da vida.



BERNARDO MONTEIRO REBELLO:

– Gostaria de fazer uma pergunta para vocês, especialistas. Eu represento o jornal ABC, da Espanha. Você falou muito sobre a questão das expectativas. Eu queria saber como é que vocês estão encarando as expectativas neste momento de transição no Brasil e tudo mais. Qual é a leitura que vocês têm?



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Luis Paulo Rosenberg vai matar no peito, vai chutar e fazer o gol.



LUIS PAULO ROSENBERG:

– Acho que você tocou num ponto crucial. Se a gente pudesse ter um desejo só do gênio, esse desejo deveria ser a reversão de expectativas. Então, a gente acompanha isso com muito cuidado.

Eu confesso que estou agradavelmente surpreendido, porque, quando o processo do *impeachment* se desenrolava, eu olhava a cara da turma que ia assumir o lugar e dizia: “Isso não vai reverter nada. Nós vamos sair do “fora Dilma” para o “fora Temer” no dia seguinte. Mas dois fatos trabalharam a favor de uma melhoria flagrante dessas expectativas. O primeiro

é que, como eu disse na palestra, o Governo surpreendeu. Ao contratar, ao mobilizar uma equipe da qualidade que contratou para a área econômica, ele conseguiu dissipar o nível de desconfiança quase que instantaneamente. Você ter um Pedro Parente, ter a equipe que está dentro da Fazenda, ter um Ilan, tudo isso é muito patrimônio de imagem. Os próprios políticos nos surpreenderam com manifestações incrivelmente, vamos dizer, ousadas para posturas geralmente arcaicas que o setor político vinha adotando no Brasil.

Mas há uma outra vantagem que para mim foi surpreendente, ou seja, nós estávamos tão machucados pelos desencontros do passado que – vamos chamar assim – o chamado mercado estabeleceu critérios de avaliação para este novo Governo extremamente generosos. Se a gente estivesse numa olimpíada e o Governo tivesse que fazer salto em altura, seria assim: a barra está colocada aqui e, se você não tropeçar enquanto estiver andando, você passa por cima dela numa boa. Essa boa vontade é uma dádiva da natureza. Podia não ser assim. Podia haver um clima bem mais cético, bem mais exigente em relação ao Governo, mas isso não está acontecendo.

E aí a gente começa a ver coisas como, por exemplo, a atitude do Banco Central: desde o primeiro discurso até hoje, o Ilan é de uma coerência, é de uma consistência, é um negócio tão aconchegante, porque ele abre o jogo e diz: “Olha, preparem, porque enquanto eu não tiver tais e tais e tais condições obedecidas, acreditem em mim, não há ninguém que queira mais derrubar a taxa de juros neste País do que eu. Mas nós vamos acompanhar isso com todo o cuidado”. Ele estabeleceu um novo padrão de comunicação com a sociedade, com o que ele informa, com o que ele detalha.

Eu vejo reclamarem muito que falta comunicação, que é preciso pegar um diplomata, mas do lado político, porque do lado econômico a coisa está absolutamente impecável.

E existe uma coisa que eu, chulamente, defino como a “síndrome do corno apaixonado”: se o marido está perdidamente apaixonado pela esposa, não precisa caprichar muito na explicação do porquê ela chegou tão tarde com cheiro de bebida e desgrehada – eu quero acreditar, eu estou apaixonado e não quero perdê-la. Existe isso no mercado. O mercado, apesar de ser fugidio, esperto, malandro, ele é apaixonado, ele quer ficar comprado em governo, porque assim a gente sabe como se ganha a vida.

E esse momento mágico está acontecendo. Então, eu acho muito importante não desperdiçá-lo. E o Governo tem sido fantástico nisso, mesmo no lado político. O que é desperdiçá-lo? Se um ministro fala uma asneira grandiosa à noite, de manhã ele tem que estar “na rua”. “Que pena! Ele é tão competente, ele traz tantos votos, ele cria tanta união...” Dança! Não há espaço. Talvez, mais para a frente, dá para ser um pouco mais generoso, mas, no momento, essa preservação de que existe uma unidade, de que existe um compromisso com uma postura pró-mercado, e todos esses abusos que a gente viu, que fazem parte da nossa história e não do nosso jornalismo, é o que estão

dando essa virada de expectativa. E como se vai ter agora queda de inflação e vai se começar o processo de queda de taxa de juros, prepara-se.

Nós vamos lembrar de épocas como as de agora e dizer: “Não é possível, isto aqui está tão bom! Mas como? Vem 1,5% de crescimento, no máximo?” Não é bem 1,5%, porque nós estamos carregando um déficit e, quando se pega a média sobre média, nós já entramos com o negativo. Então, o fato de ser 1,5%-2,0%. E é a reversão desse clima: a volta do crédito e a perda do medo do desemprego, que cerca todo mundo, dão uma virada, e quem for esperto já está aproveitando.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Obrigado pelos comentários.

Nós temos para este tema aqui pessoas que se candidataram pela importância da pergunta – e obrigado pela pergunta: José Márcio Camargo e, depois, Prof. Antônio.



JOSÉ MÁRCIO CAMARGO:

– Eu só quero complementar o que o Luis Paulo falou. Existe uma coisa fundamental que é a seguinte: a situação chegou a um ponto tão ruim, tão ruim, que até as coisas que são dolorosas são passíveis de serem aprovadas – está certo? Então, como eu já acabei de falar, precisa-se fazer uma reforma da Previdência e, se não se fizer uma reforma da Previdência, vai ser um desastre. O Governo, provavelmente, vai mandar uma reforma da Previdência para o Congresso e, muito provavelmente, o Congresso vai aprovar a reforma da Previdência, mas não é porque é fácil, é porque a situação chegou a tal ponto que todo mundo percebe que algo tem que ser feito. Então, facilita muito fazer coisas que, na verdade, parecem maldades – e são maldades! –, em curto prazo, mas que só não são maldades porque, se não forem feitas agora, o que vai acontecer, a médio e longo prazo, é um desastre tão grande que não dá para não fazer. Mas, em curto prazo, é uma maldade que vai ter que se fazer. Agora, se não fizer, o que vai acontecer, lá na frente, vai ser tão pior que não dá para não se fazer.

Eu queria só completar isso, mas é, mais ou menos, na mesma linha do que o Luis Paulo falou. Eu acho que se está com o “sarrafo baixo” e o Governo percebeu isso e está propondo coisas fundamentais que exigem um “sarrafo baixo” para serem aprovadas. Então, acho que esse é um ponto superimportante.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Por favor, Antônio Lício.



ANTÔNIO LÍCIO:

– Eu tenho observado bem essa questão das expectativas ou da confiança, e no que diz respeito a Governo, finanças públicas, nós falamos aqui da PEC dos gastos públicos. Depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, talvez a coisa mais importante. Com ela tem que ter a reforma da Previdência, talvez a reforma tributária também, tantas vezes tentada nesses últimos 30 anos – já participei de algumas delas.

Mas vamos pensar que tenhamos conseguido essas reformas, estabilizamos, não vamos nos tornar uma república bolivariana no Brasil – estávamos caminhando para lá na minha percepção. Então, agora, a expectativa é boa e a confiança é boa. Vamos crescer? Não sei. Confiança e expectativas são elementos necessários, mas não suficientes. O empresário investe; ele tem que ter confiança e expectativa: “Olha, a bagunça do Governo acabou, agora eu invisto! Mas eu invisto se eu tiver o capital – e eu acho que não é tão difícil na globalização – e se eu tiver demanda.” Ninguém investe se não tiver demanda. E aí nós voltamos novamente àquilo que já falamos aqui, o José Márcio Camargo: globalização, demanda ou expectativas de produção no Brasil dos bens de origem não agrícola, de bens industriais e os de origem agrícola.

Então, nós voltamos a um ponto em que resolvemos um grande problema. Mas não está tudo resolvido. Eu acho que estamos exagerando na questão da expectativa e de confiança. Não é suficiente, mas é necessário.



WALDERY RODRIGUES JÚNIOR (MODERADOR):

– Obrigado.

Eu mesmo gostaria de fazer alguns comentários, falando como economista, como professor que sou de economia da UnB, do IBMEC, mais do que como pertencente a

um quadro de *policymakers*. A confiança de fato é importante, e a gente precisa cuidar. Isso está nos livros do Werner Baer, que é o nosso cicerone intelectual aqui.

Nós temos reformas micro. Até já comentei que devem subsidiar, devem ser um anteparo para posse fiscal. Comentei sobre lei de recuperação judicial, sobre a questão também de reforma trabalhista, mas há várias outras. A gente pode citar de novo aqui o Senado – um projeto que está em segundo turno na Comissão Especial, brilhantemente feito pela Consultoria da Casa e com relatório da Senadora Simone Tebet, para as agências reguladoras. É um assunto extremamente discutido e amadurecido a partir de um relatório inicial dos Senadores Walter Pinheiro e, se não me engano, de autoria do Senador Eunício. É um trabalho que trata de cerca de dez agências reguladoras e que cria um ambiente para uma regulação econômica do ponto de vista eficiente.

Saiu um editorial em um grande jornal que não correspondia totalmente ao que estava sendo colocado. Sugiro aos senhores e a quem nos assiste pela Internet que vejam esse projeto, que certamente vai ter um impacto forte do ponto de vista não só “expectacional”, mas também do lado real da economia pela melhora na área de regulação.

Há a questão tributária, tantas vezes tentada. Talvez começar pelo PIS/Cofins, que são tributos com maior impacto, tributos onde o ganho da racionalização seja mais direto e onde haja menos conflito no sentido de qual é o formato ideal. É diferente, por exemplo, de uma colocação sobre o ICMS.

Há outro item que tem que ser tratado urgentemente, e aí eu entro na questão da transparência. Aqui presente há um Parlamentar que, em abril de 2014, pela primeira vez, requisitou uma audiência pública sobre contabilidade criativa. O Senador Cristovam fez isso. Não conseguimos colocar na CAS, mas isso foi discutido na Comissão de Direitos Humanos. Somente o Jornal O Globo colocou isso de maneira mais incisiva.

No início da discussão, em abril de 2014, quando houve uma audiência pública, chamamos o Mansueto Almeida, que falou sobre isso, o “Contas Abertas” também colocou essa questão. Nós tínhamos o TCU, o Contas Abertas e um grande especialista em finanças públicas, Mansueto Almeida, em abril de 2014 – está registrado, está na internet. Foi um dos pontapés importantíssimos para essa discussão de transparência. Precisamos ter transparência. O tanto que se desonerou neste País, de maneira não necessariamente bem-feita ou bem formatada, a questão do conteúdo nacional também precisa ser retrabalhada. Então, há uma série de ações e políticas microeconômicas que embasam a política macroeconômica, e temos que seguir para esse ponto.

E fechando, a confiança é imaterial, ela é intangível, mas tem que ser traduzida em alguma medição. Nós economistas prezamos por ser talvez a mais *hard*, a mais dura das ciências sociais. Claramente, o Luis Paulo Rosenberg pode falar isso de cátedra, e outros aqui presentes também. Mas tivemos melhoria significativa sobre indicadores tanto intra quanto internacionais. Quanto aos indicadores internacionais, podemos citar, por exemplo, o *Credit Default Swap* (CDS), que teve uma queda tanto para o País como também – e aí espetacularmente – para a Petrobras, pela gestão de Pedro Parente e a equipe. Então, temos esse alívio.

O prêmio de risco para o País caiu significativamente e isso pode ser acoplado? Depende de como seja gerado. É um equilíbrio tênue, você tem que ir cuidando aos poucos. Temos hoje uma liquidez internacional que é impressionante, talvez nunca antes vista. Cerca de 30% de todos os ativos ligados à renda fixa no mundo têm rendimento abaixo de zero – desculpa –, têm um rendimento nominal que não vale a pena. São recursos que estão esperando oportunidade de investimento.

Eu não estou falando de paraísos fiscais – lembrando aí do clima dantesco ou das situações dantescas de diversos infernos que o Prof. José Márcio Camargo apontou – nem de infernos fiscais; estou falando de Alemanha, Japão, Estados Unidos. Nesses países há investimento com taxas reais negativas, esperando um bom investimento, um ativo para ser chamado de seu e para aportar recursos. Então, se fizemos o dever de casa – e precisa ser bem-feito –, acho que se transforma de expectativa em impacto real sobre emprego e renda.

Acredito que ninguém mais da Mesa queira se pronunciar sobre essa pergunta. Já estamos pelo avançado da hora. Eu gostaria de, em nome da Mesa, mas em particular, agradecer o convite do Senador Cristovam Buarque, agradecer o esforço gigantesco do Antônio Lício em organizar, em capitanear esses nomes que orbitam no nome do Prof. Werner Baer.

Eu conheço boa parte do gabinete. O gabinete certamente trabalhou mais do que 24 horas por dia, em função do comprometimento que tem com o mandato do Senador Cristovam. O Lício pode falar isso mais detidamente, é claro, mas eu tenho certeza de que foi um esforço grande.

Quero chamar o Lício e o Senador Cristovam para fazerem o encerramento. Permita-me, Senador. O senhor encerra aqui, por favor.



CRISTOVAM BUARQUE:

– A prova de que nós reunimos realmente uma turma experiente é que eu já não consigo subir aqui facilmente – coerente com os cabelos brancos da maioria dos que ficaram com cabelos.

Mas eu quero dizer a vocês que vieram aqui que eu tive hoje um dia muito agradável. Emocionado porque foi algo muito especial: lembrar o Werner e aproveitar para discutir o Brasil e o futuro.

A ideia de “E agora, Werner?” fica ainda em aberto porque há muito para a gente discutir sobre qual é a economia que a gente quer. A questão não é mais, Clóvis, como crescer, mas a economia que a gente quer, para quem a gente quer, o que ensinar hoje em dia.

E aí volto ao Clóvis: a ideia de pós-economia não é mais simplesmente um conjunto de disciplinas da área econômica, mas como fazer um conjunto de pensamento pós-econômico e onde aprender isso. Nossas faculdades não estão dando esse ensino. E já não há mais necessidade nem condições de enviar levas de brasileiros para o exterior como antes, embora ainda precise, sempre, nem que seja para arejar a cabeça.

Então, eu espero que o “E agora, Werner?”, que foi um seminário muito agradável, transforme-se em uma espécie de movimento: um movimento, um processo em que a gente começa publicando as falas, e vamos publicar, talvez fazendo um vídeo que reúna isso, e não tantas horas – vamos ver se isso é possível, se a equipe consegue –, e vamos nos manter unidos, debatendo através de internet ou de outra ferramenta possível.

Eu vou cuidar da parte gerencial disto: de a gente se manter em contato, ampliando a informação para todos aqueles que você mostrou – os netos, os bisnetos.

Mais uma vez, deixo um grande abraço para cada um. Foi um prazer imenso, do ponto de vista emocional, receber o Ricardo Lima, que foi quem deu a ideia de eu vir dos Estados Unidos, do Banco Interamericano, para cá, o Bacha, que era o chefe de Departamento de Economia da UnB e que me trouxe para cá – o Janio sabe disso. Então, toda essa carga de emoção foi muito boa e nós, nessa idade, precisamos disto: nós precisamos dessas emoções para continuar na luta.

Eu só lamento – estava dizendo ao Cláudio, mas ele me deu a explicação –, porque eu ia dizer muito obrigado a cada um de vocês, e deveria dizer também a cada uma. E eu

estava dizendo: Cláudio, só teve um problema: há poucas mulheres nisso. E ele explicou perfeitamente: “Na nossa geração, quase não havia mulher fazendo essas coisas que a gente fazia”. Então, só a Dorothea veio, porque realmente há poucas mulheres na lista que o Lício organizou.

MUITO OBRIGADO E VAMOS CONTINUAR UM PROCESSO “E AGORA, WERNER?”



ROBERT ROBIN
EL SISTEMA PRIVADO
DE PENSIONES EN EL PERU

WILLIAM BAILEY
THE REGIONAL
IMPACT OF NATIONAL
POLICIES
The Case of Brazil



巴西
THE CHINA PATH

THE CHINA PATH
RECONSTRUCTION
AND
MODERNIZATION
1949-1979

John Hicks
CONTRIBUTIONS TO MODERN ECONOMICS

will be back
at 2:00 PM
on 11/10/10

BERT REPETTO
AMERICA'S
CLIMATE
PROBLEM
THE WAY
FORWARD

will be back at
9:00 AM
11/10/10

John Hicks



will be back at
9:00 AM
11/10/10